

# Diário do Legislativo de 21/10/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 24ª Reunião Especial - Destinada a Discutir o PMDI e o PPAG 2004-2007

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 16/10/2003

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Adjunta Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras do Secretário João Leite - Palavras do Sr. Luiz Aureliano Gama de Andrade - Palavras do Secretário Bilac Pinto - Palavras da Secretária Maria Emília Rocha Mello - Palavras do Secretário Adjunto Hely Tarquínio - Palavras do Secretário Adjunto Luiz Flávio Saporì - Palavras do Secretário Adjunto João Antônio Filocre Saraiva - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Luiz Fernando Faria - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Laudelino Augusto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa a Exma. Sra. Maria Emília Rocha Mello, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; o Exmo. Sr. Deputado João Leite da Silva Neto, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado Adjunta de Planejamento e Gestão; e os Exmos. Srs. João Antônio Filocre Saraiva, Secretário de Estado Adjunto da Educação, representando a Secretária Vanessa Guimarães Pinto; Hely Tarquínio, Secretário de Estado Adjunto da Saúde, representando o Secretário Marcus Vinícius Caetano Pestana; Luiz Flávio Saporì, Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social, representando o Secretário Lúcio Urbano da Silva Martins; Luiz Aureliano Gama de Andrade, representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Deputado Bilac Pinto, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Esta reunião integra um conjunto de audiências que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais está realizando em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão, com a finalidade de discutir o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para 2004-2007.

## Palavras do Sr. Presidente

Esta Casa, por meio da Mesa e com a aprovação dos Deputados e Deputadas, criou a Comissão de Participação Popular, que tenho a honra de presidir. Um de seus objetivos é abrir no processo legislativo oportunidades de participação e expressão da vontade popular, das idéias e sugestões da sociedade civil, seja através de projetos de lei sem a exigência mínima de 10 mil assinaturas, seja através da convocação de audiências para debater assuntos específicos durante o período de tramitação do PPAG, do PMDI e da LDO. Em seu Regimento Interno, a Comissão prevê um prazo para consultas populares. Por isso propôs ao Governo do Estado parceria para, no mês de outubro, época em que se apresentam emendas à LDO, ao PPAG e ao PMDI, realizar um conjunto de audiências públicas com o objetivo de tornar públicos esses projetos, suas diretrizes e as metas estratégicas do Poder Executivo Estadual. Nos trabalhos em grupo desenvolvidos nessas audiências, os projetos que compõem os planos do Governo serão submetidos a avaliação por parte da sociedade civil, possibilitando-se a apresentação de sugestões.

Na parte da manhã, haverá a exposição de políticas públicas sociais pelos Secretários e Secretárias. O final da manhã será dedicado ao debate geral para esclarecer dúvidas. A discussão mais específica ocorrerá nos grupos, na parte da tarde.

O PPAG veio estruturado em torno de 30 projetos, que foram agrupados. Cada um será objeto de uma apresentação específica do bloco social, à tarde. Nos grupos, as sugestões serão incorporadas a um relatório que será apresentado em Plenário. De posse desse relatório, o Presidente da Comissão de Participação Popular designará um Deputado relator, e as sugestões serão transformadas em emendas da referida Comissão.

Assim como os Deputados podem apresentar emendas ao orçamento, ao Plano Plurianual, as sugestões que vierem dos debates em grupos, hoje à tarde, poderão ser transformadas em emendas da Comissão de Participação Popular. O prazo de apresentação de emendas se encerra no dia 3/11, e, durante o mês de novembro, uma comissão especial, que tem a coordenação da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, analisará o conjunto das emendas, seja da Comissão, seja dos demais Deputados.

Agradeço a presença de vocês que atenderam o convite da Assembléia Legislativa. Esse bloco de políticas públicas é fundamental para o Estado de Minas Gerais; são direitos de cidadania e dizem respeito diretamente à vida do cidadão. Quero também, em nome da Secretária Renata, agradecer a participação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, compartilhando a organização deste evento. É um evento que foi organizado com uma cooperação técnica muito grande entre a SEPLAG e os assessores da Assembléia Legislativa. Agradeço a presença dos Secretários e Secretários Adjuntos e quero dizer que o trabalho não pára nessas audiências.

Já estamos construindo, com a SEPLAG, uma fórmula de monitoramento da execução do Plano Plurianual. É bom que se tenha um plano para Minas. Há muito tempo não se tem essa noção de planejamento para o Estado. É muito bom que a Assembléia abra essa participação para que as pessoas aperfeiçoem a proposta do Plano apresentada pelo Governo, mas é mais importante que o Plano se traduza na vida prática do cidadão. Não queremos um plano para enfeitar mesa de Deputado, estante de Secretário e ficar na encadernação; queremos um plano para ser utilizado no cotidiano; daí, a participação popular ser um vetor importante de garantia da própria tradução do plano em iniciativas concretas. Muito obrigado a todos.

## Palavras da Secretária Adjunta Renata Maria Paes de Vilhena

Bom dia a todos. Quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade e parabenizar a Assembléia Legislativa pela iniciativa de parceria com o Executivo. É uma parceria que, pela primeira vez, proporciona uma discussão tão ampla e tão participativa da elaboração do planejamento estratégico de Minas Gerais. É uma forma de dar publicidade e de coletar sugestões da sociedade para aprimoramento do nosso plano.

Cumprimento o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, que está coordenando essa iniciativa, e os colegas do Executivo, que têm sido nossos companheiros nesta tarefa de elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, juntamente com a Lei do Orçamento. Pela primeira vez houve um trabalho totalmente integrado, em que pudemos construir, de forma conjunta, a peça orçamentária.

Tentarei dizer o que foi o processo de construção do planejamento estratégico de Minas Gerais. O planejamento estratégico começou com a elaboração do PMDI, que é um plano estratégico indicativo para o futuro de Minas Gerais, construído num horizonte de 20 anos. Começamos a construção do Plano com um documento elaborado pelo BDMG, o "Minas Século XXI", que contém um diagnóstico de todas as potencialidades do Estado de Minas Gerais.

No "Minas Século XXI", eles nos mostram claramente, por meio desse diagnóstico, a situação presente, em que estamos atualmente, em que Minas Gerais está inserida. A partir, então, desse diagnóstico, foram construídos cenários exploratórios para Minas Gerais que mostram

oportunidades e riscos que o Estado pode enfrentar, ou seja, aonde podemos chegar. Eles foram construídos com base em análises dos contextos mundial, nacional e estadual. Foi feita uma série de projeções e de cruzamentos. A partir daí, tivemos um indicativo de aonde Minas Gerais pode chegar, de acordo com quatro cenários bastante detalhados.

A partir do diagnóstico e do conhecimento sobre aonde poderíamos chegar, era importante saber também aonde queríamos chegar. Foi pedido a alguns membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que, de forma bastante livre, escrevessem a "Carta do Futuro" e imaginassem como, daqui a 20 anos, estaria Minas Gerais. Eles poderiam colocar ali todos os seus sonhos para construir um futuro desejado para a população mineira. As cartas, então, deram-nos o indicativo para a visão de futuro e de onde gostaríamos de estar inseridos daqui a 20 anos.

A partir desse momento, foram elaboradas as orientações para o Governo e extraídas três opções estratégicas e também uma agenda de prioridades. Isso foi construído de forma intensa e em conjunto, por meio do Colegiado de Gestão Governamental, do qual participam o Governador, todos os Secretários, Secretários Adjuntos e Subsecretários. A agenda de prioridades tornou-se comum entre o Governo e a sociedade, a partir do momento em que foi levada para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. As sugestões da sociedade participativa que faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foram inseridas por meio das suas representações. A partir daí, descobrimos como operacionalizar todo o planejamento estratégico. Chegamos, então, às iniciativas estratégicas que serão desdobradas no PMDI e no PPAG.

O PPAG é composto do Geraes, um conjunto de projetos estruturadores - mais à frente, explicarei o que significam esses projetos -, e dos programas prioritários. É importante destacar que essas iniciativas estratégicas são o elo entre o planejamento de longo prazo e a forma de operacionalizarmos isso, de tornarmos realidade todo o estudo prospectivo feito.

Obviamente, tudo isso se materializa na Lei Orçamentária, que está totalmente integrada com o Plano. A partir do momento em que se lê PMDI com PPAG, isso é fielmente retratado na Lei Orçamentária, em que estão todos os programas, com as metas físicas e financeiras. O orçamento passa a ter uma transparência e uma visibilidade muito maior que a que se tinha até então. Há uma perfeita consonância entre o Plano e o orçamento. Pela primeira vez, elaboramos um orçamento com base em planos, ações e programas indicados pelas iniciativas estratégicas traçadas pelo Colegiado de Gestão e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Agora temos uma visão em conjunto de como materializarmos tudo isso. Em primeiro lugar, foi planejada uma visão de futuro definida para tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver.

Minas Gerais é a segunda economia do País, e não é compatível com isso estar em 11º lugar em termos de IDH. Desejamos realmente ter orgulho de viver em Minas Gerais; queremos que este Estado apresente todas as condições para que a população tenha uma melhor qualidade de vida.

Depois da visão de futuro, três opções estratégicas foram definidas. A primeira é reorganizar e modernizar a administração pública estadual, por meio da implantação do choque de gestão, tão falado e discutido. Inclusive foi aprovado nesta Casa um primeiro conjunto de projetos de lei e emendas à Constituição que possibilitarão materializar esse choque de gestão e transformar uma administração em que toda valorização se dava pelo critério do tempo de serviço. Hoje, a administração é voltada para resultados, desempenho e valorização daqueles que nela estão inseridos.

Outra opção estratégica é promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis. Hoje, o modelo de desenvolvimento prioriza o capital humano, principalmente em questões de saúde, educação, trabalho e meio ambiente, trazendo qualidade de vida para todos os cidadãos mineiros. Além disso, também, recuperar o vigor turístico de Minas Gerais, fazer com que o Estado esteja inserido nas grandes discussões e desafios nacionais e seja um exemplo de gestão empreendedora.

A partir das opções estratégicas, foram traçados os dez objetivos prioritários e a carteira de projetos estruturadores. Falarei separadamente sobre cada um desses objetivos. Quero lembrar que todos foram elaborados por um colegiado ampliado, com a participação efetiva do Governador, de todos os Secretários, dos Secretários Adjuntos e dos Subsecretários; e discutidos, incorporando-se as sugestões feitas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O primeiro objetivo é melhorar substancialmente a segurança dos mineiros, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, contando o agravamento dos índices de criminalidade. Uma das primeiras iniciativas foi a criação da Secretaria de Defesa Social, que vem desenvolvendo programas que buscam a integração das suas ações com a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, com um banco de dados unificado e um serviço de inteligência, todos trabalhando de forma coordenada.

O segundo objetivo é prover a infra-estrutura requerida por Minas Gerais, com ênfase na ampliação, recuperação e melhoria da malha rodoviária e do saneamento básico. Sabemos que infra-estrutura, inclusive do saneamento básico, é uma questão prioritária para promover o desenvolvimento econômico. Assim, esse foi destacado como um dos objetivos estratégicos, contendo uma das metas que consideramos mais relevantes, que é interligar, com asfalto, 224 municípios de Minas Gerais, e, ao mesmo tempo, aumentar a cobertura e o fornecimento de água tratada, sistema de esgoto e coleta de lixo a todos os municípios mineiros.

Outro objetivo é melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão, por meio da oferta de serviços públicos de qualidade, especialmente na educação, saúde e habitação. Obviamente, não há somente educação, saúde e habitação, mas prioritariamente essas três áreas, buscando ações preferencialmente integradas com as diversas áreas do Governo, com focos definidos e com metas específicas, para diminuir a mortalidade infantil, aumentar o número de equipes de médicos de família, descentralizar o atendimento à saúde, expandir e melhorar a educação fundamental, universalizar o ensino médio, diminuir os índices de defasagem habitacional, enfim, implementar uma série de ações para melhorar a qualidade de vida no Estado.

Não há prioridade entre esses objetivos estratégicos, todos têm a mesma importância, que é a de intensificar a atuação do Governo nas gestões do meio ambiente transformando-o em oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Estado.

A sustentabilidade é a base do planejamento do Estado e, para tanto, estão sendo construídas ações integradas dos diversos atores envolvidos na questão do meio ambiente, para que possamos reduzir o prazo de resposta a elas, a fim de que todas as potencialidades existentes em Minas se tornem oportunidade e não obstáculo.

Contribuir para a geração de empregos por meio de iniciativas e do incentivo a atividades que incluam jovens, mulheres e o segmento populacional maduro no mercado de trabalho, é outro objetivo importante, pois o modelo atual de desenvolvimento gera um mercado informal, além de desemprego crescente. É importante criar condições para levar essa população ao mercado de trabalho, intensificando ações nas áreas de cultura, esporte e turismo, segmento que tem grande oportunidade de geração de empregos. É importante lembrar a questão agrária, que não está totalmente resolvida e pode gerar grande número de empregos no Estado.

É também importante fomentar o desenvolvimento econômico estadual, com ênfase no agronegócio, de forma regionalizada e com mecanismos

inovadores que não comprometam as finanças estaduais. Está sendo feito um grande esforço para atrair investimentos e empreendedores para Minas Gerais. Para tanto, é necessário facilitar a instalação de novas empresas e novos investidores no Estado. Trata-se de um trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico com o Banco de Desenvolvimento e várias outras Secretarias, incentivando o agronegócio e o turismo, com o projeto da Estrada Real e outros, que serão detalhados, à tarde, nos grupos de trabalho.

Outra meta é reduzir as desigualdades regionais, com prioridade para a melhoria dos indicadores sociais da Região Norte e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Sabemos que Minas Gerais é um retrato do Brasil; que possui grandes potencialidades e grandes carências, com uma área muito rica e outra muito pobre. Se queremos buscar a transformação social, é preciso enfrentar a questão das desigualdades regionais. Por isso, a necessidade de atenção especial às regiões mais carentes, com a criação de uma secretaria extraordinária para atendê-las.

Conta-se, ainda, entre os objetivos, o estabelecimento de novo modelo de operação do Estado, saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública por meio de um efetivo choque de gestão.

Este é um objetivo prioritário, voltado basicamente para a melhoria interna da gestão da máquina pública, buscando o equilíbrio fiscal por meio de ações intensivas, inclusive com a unificação do plano do orçamento e gestão, para gerar receitas não apenas com a tributação, mas com a melhoria da arrecadação, por meio de projetos modernizadores, melhorando, assim, a qualidade do gasto, fazendo mais com menos, focando nossos objetivos nas ações prioritárias e estratégicas.

E a questão previdenciária, que está sendo discutida em todo o mundo hoje, é o grande desafio do País e dos Estados que temos de enfrentar firmemente, se realmente quisermos a modernização e a agilidade da máquina administrativa.

É preciso, ainda, viabilizar novas formas de financiamento dos empreendimentos, construindo novo marco legal orientado para as parcerias público-privadas. Atualmente, há uma demanda de investimentos muito maior do que a capacidade do Estado de fazer todos os investimentos e de providenciar a infra-estrutura necessária. Por isso, está sendo proposta, por meio de projeto de lei que já tramita nesta Casa, a instituição do marco legal que possibilite a parceria entre os setores público e privado. A idéia é fazer com que a iniciativa privada seja parceira do Governo na prestação de serviços essenciais, com o estabelecimento de um fundo que dará garantia aos parceiros privados nesses investimentos, com o auxílio de uma unidade de parceria público-privada que fará parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Por fim - mas não menos importante - destaca-se o objetivo consolidar a posição de liderança política de Minas Gerais no contexto nacional, fazendo com que Minas volte a ser uma voz de referência, um exemplo de ética, de responsabilidade, de competência administrativa e de empreendedorismo para o Brasil.

Esses são os dez objetivos prioritários, que serão operacionalizados, inicialmente, por meio da carteira de 30 projetos estruturadores, que não estão ligados a um objetivo em especial - um projeto estruturador pode atender a dois, três, até seis objetivos estratégicos. Essa carteira de projetos estruturadores, essa agenda para o desenvolvimento foi batizada de Geraes e é a gestão estratégica dos recursos e ações do Estado. Como são projetos muito relevantes, terão um acompanhamento intensificado e diferenciado, com monitoramento constante por parte do Governo. Cada um desses 30 projetos tem um gerente, e eles serão acompanhados por meio de acordos de resultados, com avaliação permanente pelas diversas Secretarias, entre as quais a Secretaria de Planejamento e Gestão. Os projetos estruturadores têm alto poder de alavancagem; sabemos que esses projetos, se implementados com eficiência, farão com que todos aqueles objetivos e orientações sejam materializados e que alcancemos resultados que promovam realmente a transformação do Estado de Minas Gerais.

Falando rapidamente em números, para os projetos estruturadores estão previstos no orçamento fiscal - incluindo todas as fontes, até mesmo convênios, transferências e recursos internacionais -, para 2004, em torno de R\$1.000.000.000,00, e, para o período de 2004 a 2007, em torno de R\$6.000.000.000,00. A participação das empresas estatais é de R\$693.000.000,00; e das parcerias, de R\$765.000.000,00, totalizando quase R\$2.500.000.000,00.

JO dispêndio total do plano se divide da seguinte maneira: 88% estão previstos no orçamento fiscal; somente 8%, em empresas e 4%, pelas parcerias. Segundo o agrupamento, 46% dos recursos estão destinados para as ações de manutenção da administração pública; 19% para o desenvolvimento econômico; e 35% para o desenvolvimento social.

Vemos aqui um agrupamento por objetivo prioritário, ou seja: melhoria da segurança contando com R\$322.000.000,00; infra-estrutura, com R\$2.000.000.000,00; e melhoria e ampliação dos serviços públicos, com R\$3.900.000.000,00. Então, por objetivo estratégico, temos a distribuição dos recursos fiscais.

Gosto muito deste quadro a seguir, porque foi feito por regionalização. Essa era uma grande demanda de regionalização do orçamento da Assembléia. Quanto à distribuição "per capita", o vale do Jequitinhonha, com R\$328.000.000,00 previstos para 2004, é a região para a qual há a maior destinação do orçamento. Então, a maior destinação de recursos financeiros "per capita" é para o Jequitinhonha, o Noroeste e o Norte de Minas.

Por fim, os principais investimentos por programas: a questão do saneamento básico, fundamental para o desenvolvimento social; geração de energia elétrica; os lares gerais, habitação; e eletrificação rural, mostrando como estão distribuídos aqueles 46% de investimentos para os programas da área social.

Então, buscamos, na elaboração de todo esse planejamento estratégico, mudar o histórico da construção do orçamento. Historicamente, construíamos o orçamento colocando um "plus", um percentual de um ano para outro. Assim era construída, ano a ano, a peça orçamentária.

Este ano, mudamos totalmente a forma de construção. Primeiramente, a partir das orientações estratégicas, foram definidos os planos e programas. Depois que todas as Secretarias encaminharam os planos e programas, distribuíram-se as cotas orçamentárias, e fez-se a alocação financeira. Se a cota não fosse suficiente, cada Secretaria cortaria ações e planos. Todo o indicativo fez-se por intermédio do plano, e não mais do orçamento. O orçamento passa a ser a forma de materializar toda a construção do plano, todo o planejamento estratégico, por meio do PMDI e do PPAG. Fizemos grande mudança estratégica na forma de construção do planejamento para Minas Gerais. Obrigada.

Palavras do Secretário João Leite

Bom dia. Saúdo o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; os colegas Secretários e integrantes do Governo aqui presentes; meu Secretário Adjunto, Dr. Paulo Bregunci; Subsecretário de Assistência Social e Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Prof. Rômulo Viegas; e os colegas da SEDESE.

Solicito rápida apresentação no "power-point".

Está acontecendo, no Palácio da Liberdade, a posse do Conselho Estadual do Idoso, por isso peço desculpas por solicitar minha liberação após a apresentação, para acompanhar essa solenidade

O trecho que lerei agora é extraído do livro "Mitos e Falácias do Desenvolvimento Social", do Prof. Bernardo Kliksberg: "Como ressalta o Informe de Desenvolvimento Humano 2000, do Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento: "A erradicação da pobreza constitui uma tarefa importante dos direitos humanos no século XXI. Um nível decente de vida, nutrição suficiente, assistência médica, educação, trabalho digno e proteção contra as calamidades não são simplesmente metas do desenvolvimento, são também direitos humanos.

O PNUD (1999) traça um amplo plano de linhas de ação que os governos deveriam impulsionar, entre elas: restaurar o pleno emprego e aumentar as oportunidades como importante prioridade da política econômica; eliminar os preconceitos contra os pobres no âmbito macroeconômico; investir na capacidade das pessoas pobres, reestruturando o gasto público e a tributação; zelar pelo acesso das pessoas pobres a recursos produtivos, incluindo o crédito; aumentar a produtividade da agricultura em pequena escala; promover a microempresa e o setor não estruturado; promover a industrialização com densidade de mão-de-obra para aumentar as oportunidades de emprego.

Para reduzir a desigualdade no mundo em desenvolvimento, propõe ainda as seguintes medidas, por meio de alianças de governos, empresas e ONGs: formar a capacidade humana mediante a educação, zelar pelo acesso das pessoas pobres à educação - demonstrou-se que a educação é o ativo mais importante em que se baseia a disparidade de renda, e a dispersão salarial entre níveis de aptidão passou a ser significativa; fazer com que o abastecimento público de água limpa, a prestação de serviços de saúde e moradia sejam acessíveis às pessoas pobres; colocar mais ativos financeiros e recursos produtivos à disposição das pessoas pobres e criar empregos produtivos e remunerativos para eles; reduzir a desigualdade mediante a tributação progressiva da renda e outras políticas redistributivas; fazer transferências de renda e adotar outras medidas de proteção social durante os períodos de ajuste e crise e executar programas contra a pobreza, em benefício dos mais pobres.

Hoje é difícil discutir as evidências de que o investimento social gera capital humano e que o mesmo se transforma em produtividade, progresso tecnológico e é decisivo para a competitividade. Na verdade, a política social bem delineada e eficientemente executada é um poderoso instrumento de desenvolvimento produtivo". Recentemente, tive oportunidade de discutir essas questões com o Prof. Bernardo Kliksberg.

A SEDESE, criada pela Lei Delegada nº 49, está dividida em quatro Subsecretarias: de Esportes, Antidrogas, de Direitos Humanos e de Trabalho e Assistência Social. Como órgãos vinculados à Secretaria, temos a ADEMG, que administra o Mineirão e o Mineirinho; a Coordenadoria de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - CAADE -; a UTRAMIG e os Conselhos Setoriais.

Os Conselhos Setoriais vinculados à Secretaria são os seguintes: Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra; Conselho Estadual do Idoso; de Assistência Social; da Juventude; da Mulher; da Criança e do Adolescente; do Trabalho, Emprego e Renda; de Defesa dos Portadores de Deficiência; de Defesa dos Direitos Humanos; Antidrogas; de Direitos Difusos e de Desportos.

A elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental 2004-2007, da SEDESE, tomou por base as orientações estratégicas do Governo, buscando estar em consonância com o PMDI.

No que tange à sua área de atuação, a SEDESE procurou desenvolver ações que contribuam para a consecução dos objetivos prioritários do Governo, dentre elas: geração de emprego, com o Programa Primeiro Emprego e os Centros Públicos de Promoção do Trabalho - posteriormente, detalharei mais esses programas e, à tarde, a Gerente do Programa, Profa. Carmem Rocha, Superintendente de Emprego e Renda da Secretaria, trabalhará a questão; melhoria da segurança pública, uma vez que o combate às drogas pode, por meio do Programa Estadual de Prevenção e Tratamento do Uso de Drogas, tornar-se um agente redutor dos índices de violência, além do trabalho integrado especialmente com a Subsecretaria de Esportes nos aglomerados em Belo Horizonte; e a Parceria Público-Privada, presente nos programas estruturados e em outros desenvolvidos pela SEDESE. Destaco o Programa Primeiro Emprego, onde temos presença forte dessas parcerias. Além disso, a SEDESE vem atuando na defesa e proteção da criança e do adolescente, na qualificação profissional, na intermediação de mão-de-obra, na defesa dos direitos humanos e no fomento ao desporto.

Hoje há o Programa de Proteção às Vítimas e às Testemunhas. Presido esse programa, que envolve muitas pessoas.

Na área de assistência social, a Secretaria vem desenvolvendo e coordenando diversas ações, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; serviços assistenciais de ação continuada; a unidade de atendimento especializado e o atendimento ao migrante; a concessão de benefícios eventuais; o sistema de informação para a infância e adolescência e a implantação de equipes de Agentes Sociais de Proteção à Família, que está prevista para os próximos anos. O Governo criará a figura do Agente Social; portanto, queremos a parceria dos municípios, pois os agentes sociais visitarão as famílias em suas residências, para que a assistência social seja efetivada diretamente com elas.

Há outros programas: centros educacionais; Projeto Curumim - que atende a aproximadamente 6 mil crianças na RMBH, com jornada ampliada -, e CIAMA e Casa de Família, que também acompanhamos. Essas, dentre outras atividades, compõem as 48 ações dos 16 programas finalísticos executados pela SEDESE.

A Secretaria, por determinação do Governador Aécio Neves, faz a interlocução do Programa Fome Zero. Esse programa compõe-se por dezenas de ações integradas voltadas à erradicação da fome e à implementação de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional. Atividades a serem desenvolvidas: capacitação dos agentes locais de segurança alimentar, criação de comitês gestores e administração do Cartão Alimentação.

Os técnicos da SEDESE acompanharam a capacitação dos gestores municipais no Estado, ocorridas em Teófilo Otôni e Janaúba; e a presença da Secretaria em Guaçuí, no Espírito Santo, também participando da capacitação dos gestores municipais, tanto de Minas Gerais quanto daquele Estado e do Rio de Janeiro.

Meta executada: a capacitação de 217 agentes locais de 109 municípios e a preparação para a formação dos comitês gestores na região Norte e nos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do rio Doce. Atendimento: 108.729 famílias. O valor do investimento até outubro de 2003 é de R\$5.436.450,00 do Programa Fome Zero em Minas Gerais. O Governo do Estado fez um termo de cooperação técnica com o Governo Federal para a implantação desse programa em Minas Gerais.

A Secretaria participa também, apoiando a agricultura e a EMATER no Minas Sem Fome, que está voltado para o combate à fome, à desnutrição e à pobreza. Seu objetivo é contribuir para a inclusão da população, em situação de maior vulnerabilidade social, no processo produtivo, com a implementação de projetos de produção de alimentos e de geração de renda em 600 municípios, visando à conquista da independência na obtenção de seu próprio alimento e a garantia da segurança alimentar e nutricional. Atendimento: 1 milhão de famílias, que representam 6.500.000 pessoas do meio rural de periferias urbanas.

Metas para 2004 - ações estratégicas simultâneas: implantação de 900 lavouras comunitárias; implantação de 171.200 hortas; implantação de

31.400 pomares; instalação de 10 mil unidades familiares de criação de aves; implantação de 400 apiários; instalação de 85 unidades coletivas de processamento de alimentos; realização de 440 eventos de capacitação em segurança alimentar; construção de 80 centros de integração rural; construção de três restaurantes populares; construção de seis fábricas da Vita Sopa. Investimento: R\$50.000.000,00 por ano. O gerente é o nosso Presidente da EMATER.

Na parte da tarde teremos uma descrição mais detalhada dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho. É uma entidade pública de caráter comunitário, que se destina a articular oportunidades de inserção produtiva do trabalhador, em especial de educação profissional, aliada à prestação de serviços, para responder de forma mais ágil e auto-sustentada às demandas dos trabalhadores do setor produtivo e da comunidade. Deve-se concretizar como resultado da interação e participação multipartite de diferentes atores, reunindo representantes do Governo, dos trabalhadores, das empresas e da sociedade civil organizada. A idéia do Governo é trazer para os Centros Públicos de Promoção do Trabalho todas as iniciativas que visem dar acesso ao trabalhador e sua preparação para o trabalho. Então, a idéia é ter, nesses Centros, o Sistema Nacional de Emprego - SINE -, com a possibilidade de dar também ao trabalhador as competências básicas e a qualificação profissional. Hoje, tudo isso é oferecido de forma muito dispersa. Também fizemos uma parceria com a Secretaria da Educação, que dará, dentro dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho, a elevação da escolaridade para aquele trabalhador que dela necessitar. Esse Centro será a referência permanente do trabalhador que tem dúvidas e precisa qualificar-se.

O programa visa possibilitar o desenvolvimento integrado das ações da política pública de trabalho e renda, quais sejam educação profissional; intermediação de mão-de-obra; acesso ao microcrédito; obtenção de documentos; elevação de escolaridade; inclusão digital, entre outras possibilidades que os Centros Públicos poderão oferecer.

Os Centros Públicos de Promoção do Trabalho ainda darão a oportunidade do primeiro emprego. É um programa instituído pela Lei nº 14.697, de 2003, destinado a ampliar as chances de inserção dos jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho.

Assinatura de acordo do Governador Aécio Neves com o Governo Federal para que o Programa Primeiro Emprego, do Governo Federal, seja apoiado pelo Governo do Estado. O Governo do Estado, junto com as Prefeituras, nos 80 postos do SINE, fará a inscrição desses jovens no Programa do Governo Federal. Foi anunciado, no primeiro semestre, que até 30 de junho seriam feitas inscrições nos postos do SINE. Tivemos 60 mil inscrições desses jovens, a partir daquele anúncio feito pelo Governo Federal, após ser aprovado no Senado o Programa Primeiro Emprego, que deverá ser sancionado pelo Presidente. Os postos do SINE estarão nos Centros Públicos de Promoção do Trabalho, cuidando desse programa em Minas.

Cheguei ao final, agradeço a oportunidade. Peço licença para me retirar, voltarei para os debates. Espero que a solenidade seja rápida. De qualquer forma, o Prof. Rômulo Viegas, Subsecretário de Trabalho e Assistência Social, estará aqui, se for necessária qualquer intervenção da SEDESE. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Aureliano Gama de Andrade

Cumprimento todos os integrantes da Mesa, na figura do Deputado André Quintão, e os participantes deste encontro. Estamos discutindo política social, que não é uma tarefa banal, especialmente em uma época em que os recursos são escassos. Significa, em primeiro lugar, que é preciso que haja maior articulação e coordenação dos diferentes escalões de Governo. É preciso que a ação do poder público elimine desperdícios, para que haja eficiência na política social.

A necessidade de articulação não é só para evitar desperdícios, mas para obter maior sinergia dos diferentes escalões do Governo. Isso exigirá outras atividades e iniciativas por parte do poder público, com ênfase, sobretudo, nos aspectos de planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas.

Em terceiro lugar, em função desse quadro de escassez de recursos, há necessidade de colaboração e íntima cooperação entre poder público e sociedade civil. Não se pode fazer política social sem a mobilização da sociedade, sem articulação intensa, íntima e estreita entre o poder público e a sociedade.

A tarefa de política social é complexa. Normalmente justifica-se porque, à medida em que o sistema econômico cresce, produz desequilíbrios. O capitalismo, como já dizia Schumpeter, tem como característica destruir e criar simultaneamente. Ao destruir e criar, gera determinadas necessidades de ação por parte do poder público, para evitar custos sociais grandes, como daqueles que perdem emprego em função da modernização dos processos de trabalho, das mudanças tecnológicas, das modificações nos objetos de preferências e assim por diante.

Há necessidade de uma política social, em primeiro lugar, para aparar as arestas, para evitar que os desequilíbrios causados pelo desenvolvimento gerem sofrimento, dor, desigualdade, iniquidade social. Em um país com as características do Brasil há uma série de desigualdades que exigem ações deliberadas de política social para minimizar as diferenças da população e para aproximar a ação do Estado do ideal que toda democracia deve perseguir, que é o ideal da igualdade das oportunidades de todos os cidadãos, independentemente de classe, gênero, raça, etnia, em suma, de qualquer característica de ordem pessoal.

Isso nos leva necessariamente a uma questão. Para funcionar adequadamente, o poder público deve dispor de programas e projetos eficientes, o que não é simples. Não se sabe, por exemplo, como erradicar a pobreza. O problema não é simplesmente aliviar o miserável, mas promover sua inclusão social, o que é mais complexo e exige mais tempo do que a simples tarefa de alimentar os famintos, embora essa função também seja importante. É preciso dispor de respostas eficientes para os problemas que confrontam a sociedade em determinados momentos, como segurança pública, saúde e educação. Cada um exige engenhosidade, criatividade, experimentação social, porque nem sempre se tem uma resposta pronta e acabada para cada problema. Muitos envolvem gestão governamental, a articulação dos Governos ou a articulação na esfera pública estadual, mas há outros aspectos sobre os quais nem sempre se tem clareza. Poderia enumerar quatro ou cinco problemas de grande significado para os quais as ciências sociais não têm uma política adequada, não têm subsídio próprio e testado. Por exemplo, não se sabe como recuperar grande parte dos criminosos. Várias sociedades têm experimentado diferentes modelos, e a taxa de reabilitação é baixa. Não se sabe, por exemplo, qual é o tamanho ótimo das cidades. É uma questão que perpassa a história, vem desde os tempos gregos. Platão dizia que as cidades deveriam ter 5.040 habitantes, porque esse é o fatorial de 7, que é um número cabalístico. Mas qual é o tamanho ótimo das cidades? Essa questão, fundamental, deveria ser respondida antes de se planejar e de se tomar uma série de decisões a respeito das cidades.

Tampouco se sabem algumas coisas cruciais relativas à educação. Há uma faixa da população infantil que tem dificuldades de aprendizado de alfabetização, desafiando o próprio conhecimento. E assim por diante. As políticas sociais precisam enfrentar esse desafio com certa humildade. Esses problemas são novos, e talvez as soluções anteriores não sejam adequadas.

O Estado precisa posicionar-se em relação às políticas sociais. Desde a Constituição de 1988, com a divisão de funções entre a União, os Estados e os municípios, há uma forma de especialização, cabendo à União a tarefa de normatização, de financiamento e de indicação de diretrizes sobre as políticas de modo geral.

Aos municípios cabe a execução dessas políticas, a prestação de serviços públicos. O Estado ficou como que emparedado, sem ter muita clareza

sobre qual seria o seu papel. Um desses papéis seria o de coordenar a oferta dos bens e serviços públicos, aparar as arestas, combater as desigualdades, evitar que haja disparidade e buscar, em última instância, a realização desse ideal, que é o ideal da equalização das oportunidades entre todos os cidadãos. Muito obrigado.

#### Palavras do Secretário Bilac Pinto

Bom dia a todos. Em primeiro lugar agradeço a oportunidade que, mais uma vez, o Poder Legislativo, por intermédio da Assembléia Legislativa, juntamente com o Governo do Estado de Minas Gerais, dão ao povo mineiro para que ele possa conhecer o que é este Governo e a sua maneira de proceder.

Quero fazer uma saudação aos meus colegas parlamentares, às Deputadas Maria José Hauelsen, Maria Tereza Lara, Marília Campos, aos meus colegas Secretários que estão aqui conosco, João Leite, Maria Emília, Renata, Hely Tarquínio, e a todos os membros da Mesa, na pessoa do Deputado André Quintão, que está coordenando os nossos trabalhos.

Vou fazer uma exposição dos objetivos da área de ciência e tecnologia. Estamos fazendo a indução de um vigoroso sistema de inovação tecnológica para o Estado de Minas Gerais por intermédio de articulações concretas entre a universidade, os institutos de pesquisa, o setor privado e o Governo. Se não buscarmos esse entendimento, com a atual situação financeira do Estado de Minas Gerais, e colocarmos o que temos de mais precioso, que são os nossos pesquisadores, os nossos professores, em parceria com a sociedade civil, com o Governo do Estado e com o setor produtivo, provavelmente dependeremos apenas do Tesouro Estadual e não teremos como avançar naquilo que Minas tem de potencial. Esse é o nosso conceito, é o conceito de parceria. Temos, dentro da Secretaria, a idéia do resgate do ensino superior para a área de ciência e tecnologia. Não é possível que se faça, efetivamente, pesquisa, desenvolvimento, formatação e formação de tecnologia sem a universidade. São áreas estritamente ligadas.

Vamos fazer uma apresentação da nossa estrutura para que vocês conheçam um pouco da Secretaria. Temos uma estrutura pequena, com aproximadamente 70 funcionários. Temos a Assessoria Especial de Novos Projetos, para buscar fontes de financiamento para o ensino superior; temos a Superintendência de Ciência e Tecnologia, de Pesquisa e Desenvolvimento e a Superintendência de Planejamento e Gestão Financeira. Temos as entidades vinculadas ao sistema de ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais, que são o CETEC, a FAPEMIG, o IGA, o IPEN, a UNIMONTES, que é a universidade que tem um papel fundamental numa das regiões que consideramos mais precárias de Minas Gerais. Se Minas quer melhorar o seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, o melhor caminho para isso é fazer políticas públicas voltadas para a educação nas regiões onde há maior carência. E nessa região a UNIMONTES tem um papel fundamental.

Talvez seja o grande progresso, a grande travessia construída pelos Governos anteriores, para a qual estamos tentando dar uma dinamização maior, a fim de que ela chegue aos lugares em que temos a verdadeira história triste do Estado de Minas Gerais. Vamos mudá-la e transformá-la por meio da educação, e a UNIMONTES tem um papel preponderante nisso.

Temos também a UEMG, conhecida dos que estão na Capital do Estado, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ela reúne algumas fundações, chamadas de agregadas, que estão espalhadas por todo o território de Minas.

Há programas já aprovados pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONECIT -, e tivemos a honra da presença do Ministro Roberto Amaral, da área de ciência e tecnologia, e do Governador Aécio Neves, que deu posse a ele. Tivemos uma demonstração de que o Conselho tem uma importância vital para Minas. Não se desenvolve um Estado sem que se agreguem a ele, especificamente, ciência e tecnologia. A sociedade está começando a entender que, para tudo que se faz hoje em dia, há um fator importante na área de desenvolvimento e de pesquisa com um componente específico de ciência e tecnologia.

Os programas que foram priorizados no Estado são os que apresentarei para vocês. Temos o uso múltiplo de florestas renováveis, e, fazendo uma abordagem, quero dizer que Minas tem o maior parque de reflorestamento do Brasil. Esse segmento está localizado em uma das regiões consideradas prioritárias e onde temos um dos menores IDHs do Estado. Então, efetivamente, estamos querendo formular soluções alternativas para essas pessoas carentes, dando-lhes oportunidade de enxergar, algum dia, a inclusão social e a cidadania. Realmente, esse programa tem prioridade dentro do Governo Aécio Neves.

Temos também a inovação tecnológica do parque industrial mineiro; a rede mineira de biotecnologia e de bioensaios; a gestão tecnológica em recursos hídricos e o uso de tecnologia digital no resgate da identidade histórico-cultural do Estado de Minas Gerais; a tecnologia da informação, sendo a inclusão digital um programa estruturador do Governo Aécio Neves. Quando resgatamos a inclusão digital, estamos também resgatando um pouco de cidadania, porque o cidadão que não tem hoje acesso à máquina, ao conhecimento e à educação está automaticamente fora do conceito de modernidade e de cidadania cívica. Provavelmente, em um futuro próximo, ele estará fora do mercado de trabalho. Então é preciso que levemos a ele oportunidade de conhecimento do computador e do conteúdo que a máquina pode fornecer-lhe para a formatação da sua identidade, da sua responsabilidade, da sua educação e do seu conceito de cidadão. Esse programa é muito importante e, por isso, foi considerado um dos estruturadores do Governo Aécio Neves.

Temos também a rede estadual de ciência e tecnologia para a inovação agroindustrial e o Programa de Gemas e Jóias, que também é um dos fundamentais. Anteontem, estivemos com o Governador Aécio Neves, com alguns Secretários e com a Secretária Elbe Brandão, cuja Secretaria é de fundamental importância para o desenvolvimento das regiões do Norte de Minas e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, onde há grande riqueza mineral, embora seja uma das regiões mais pobres do Estado. Digo sempre que precisamos mudar o referencial de região pobre, porque o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri talvez sejam das regiões mais promissoras dentro do Estado de Minas Gerais. É preciso que, efetivamente, coordenemos as ações políticas, como estamos fazendo, para mostrar esse potencial. O Programa de Gemas e Jóias talvez seja um dos mais importantes, assim como o de florestas renováveis, para uma região onde o IDH é o mais baixo.

Digo com muito orgulho que estamos iniciando a primeira escola de formatação técnica, com o apoio da FIEMG e do Governo do Estado de Minas Gerais, nos Municípios de Teófilo Ottoni e Governador Valadares, um anseio de muitos parlamentares desta Casa que tiveram uma participação fundamental para que o Governo do Estado tivesse essa sensibilidade.

Temos o Programa de Popularização da Ciência e Tecnologia e a Rede Mineira dos Centros de Tecnologia e dos Centros Vocacionais de Tecnologia. Vamos priorizar também, como já disse, a inclusão digital, porque é um projeto estruturador.

A criação dos centros tecnológicos e dos centros vocacionais é uma experiência que já vem de muitos anos. O Deputado Ariosto Holanda esteve em Minas, buscando exemplos para criar, no Estado do Ceará, o que seriam os nossos centros vocacionais. São centros em que alocamos os arranjos produtivos locais, as riquezas situadas em cada lugar do Estado de Minas Gerais. Teremos um local equipado com computadores, fazendo com que as universidades estejam presentes e preparando os cidadãos para conhecer sua riqueza e potencialidade.

Além disso, vamos mostrar como é que se começa a ser empreendedor, como se começa a desenvolver um negócio em função da riqueza que está ali. E para aqueles que já têm sua vocação natural, como temos em Minas, vamos aperfeiçoar a qualificação, para que possam conduzir melhor a riqueza que está na sua região, no seu nascedouro, onde constituíram sua família e pertencem a uma comunidade. Esses CVTs são

centros que terão uma função multiuso. Em parceria com a Secretaria da Educação, poderemos formatar algum programa de ensino e, juntamente com os professores da rede pública, tentar promover a qualificação, com um programa que a Secretaria já tem.

No entanto, acima de tudo, estamos focando os arranjos produtivos locais para dar oportunidade às pessoas que convivem nessas diversas regiões do Estado de Minas Gerais, para que possam ter acesso, conhecimento e se requalifiquem para conduzir melhor seus negócios. É papel da SECT apoiar os projetos junto às Centrais de Projetos do Governo, o que faremos juntamente com os CVTs.

Queremos popularizar a ciência por meio do Projeto Pró-Ciência, a ciência na estrada. No Governo de Minas Gerais, temos uma visão muito estreita de algumas áreas. A educação e a segurança pública são prioridades. No meio político, a Secretaria de Obras Públicas acaba sendo prioritária, porque a sociedade enxerga de forma muito clara a importância dessas áreas no nosso dia-a-dia, na construção de nossa vida, do nosso conceito de cidadania, mas às vezes não temos uma visão da importância que têm a ciência e a tecnologia. Nesse programa, vamos demonstrar, principalmente aos alunos das escolas, o que podemos fazer com a ciência e a tecnologia, como elas transformam a vida do cidadão e como podem influir na melhoria de sua qualidade de vida. Esse é um programa importante, por meio do qual estamos conscientizando a nova geração de que essa é uma área fundamental para o desenvolvimento de Minas e de qualquer Estado e país que queira buscar sua independência e auto-suficiência. Temos que começar isso com nossos meninos, porque nossa geração, com raríssimas exceções, dá uma importância secundária ao que é ciência e tecnologia. Estamos popularizando a ciência e a tecnologia.

Buscaremos fontes alternativas de financiamento para dar continuidade a todos os programas atuais e aos novos projetos, por meio de uma central de projetos, que é fundamental. O Governo do Estado tem se articulado e se preparado para fazer dessa central de projetos uma alavanca para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Articular novas parcerias com as universidades, com o setor produtivo, Prefeituras e ONGs. Esse é um conceito novo, uma maneira de fazer a gestão pública de forma inovadora, com a participação de todos, com co-responsabilidade. Saímos daquele conceito do Estado-fim, pois hoje o Estado é meio. A situação financeira de Minas tem tudo a ver com a gestão que esta equipe de profissionais promove junto à área de planejamento da Fazenda, com o objetivo de que Minas possa realmente sair dessa situação para uma melhor.

Mas o conceito ideal é fazer com que o Estado seja um parceiro da sociedade civil para alavancar nossas oportunidades.

Nossas metas, na Secretaria, são: criação de oito centros tecnológicos no Estado dotados de salas de ensino à distância, ilhas de edição para criação dos conteúdos dos treinamentos, laboratórios de química, física, biologia e matemática para uso das escolas (atualização de professores e cursos técnicos) e salas de inclusão digital; criação de 80 centros vocacionais tecnológicos com salas de capacitação à distância, laboratórios profissionalizantes de vocações locais, laboratórios de ciências para atualização de professores e uso das escolas; permitir todos os tipos de treinamentos à distância; acompanhamento gerencial dos resultados da capacitação; criação de banco de dados de talentos; potencializar a multiplicação do conhecimento; criação de "links" para diversas informações locais, regionais, nacionais e para entidades sociais não governamentais. Esse é o modelo para que possamos saber o que existe dentro do Brasil e do Estado de Minas Gerais e qual é a nossa experiência ou a de outros Estados da Federação que possamos priorizar. Não precisamos, em determinadas áreas, reinventar a roda. Ela aí está e encontra-se funcionando. Precisamos ter a humildade e a grandeza de saber que essas coisas funcionam e podemos aplicá-las no Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O Secretário Bilac Pinto - Este é o mapa de onde instalaremos os 80 centros tecnológicos nos municípios mineiros. O critério definido foi dentro das 66 microrregiões, sendo que priorizamos a Região Metropolitana de Belo Horizonte em função de sua grande densidade populacional.

Quanto às entidades ligadas a nós, temos procurado complementar os recursos da FAPEMIG por meio de entidades e organismos federais e internacionais a fim de que tenhamos apoio e recursos para a pesquisa na referida instituição.

O IPEM, que é nosso INMETRO estadual, tem o objetivo de induzir os programas de normatização, certificação de qualidade, apoiando a rede metrologia mineira, que se constitui em pré-requisito essencial de uma economia que desejo ser fortemente exportadora. O IPEM é o órgão do Estado de Minas Gerais que trabalha com a capacitação de profissionais responsáveis por todo o processo de metrologia nos artigos produzidos dentro do nosso Estado. Trata-se de uma exigência internacional para exportarmos nossos produtos e, também, defender nossos consumidores.

Temos o CETEC, e nosso objetivo é fazer a maximização de sua estrutura laboratorial por meio do apoio à atividade industrial com serviços tecnológicos de qualidade e referência. O CETEC é um de nossos centros mais preparados para fazer a capacitação da indústria mineira, apoiando seu desenvolvimento, a fim de que o Estado dê grande contribuição, em parceria com a iniciativa privada, ao desenvolvimento de novos produtos e à melhoria dos existentes. O CETEC proporciona a Minas grandes inovações, principalmente no quesito de exportação de seus produtos.

O nosso Instituto de Geociências Aplicadas - IGA - implementa as bases cartográficas existentes no Programa Geominas e coloca o conhecimento e a competência de todo o seu quadro técnico a serviço da inovação tecnológica, especialmente para os setores da atividade tradicional do Estado.

E as nossas universidades têm como objetivo a expansão regional, levando em conta as regiões densamente povoadas não atendidas por ensino superior, observada a vocação regional. Trata-se de preceito constitucional que tem de ser cumprido.

Estabelecer parcerias desejáveis com outras universidades, com o setor público e privado de forma a colocar a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento regional.

Esse modelo - universidades, sociedade civil, setor produtivo privado e Estado - foi a nossa opção preferencial para alavancar o desenvolvimento de Minas, com a contribuição da nossa área.

Esse próximo quadro, apenas para reflexão de vocês, mostra os recursos aplicados pelos Governos estaduais na área de ciência e tecnologia nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Se não podemos dar uma grande contribuição, temos certeza de que, por outro lado, Minas ainda é um dos Estados em que se investe dinheiro na área de ciência e tecnologia, pelo grande esforço que o Governador Aécio Neves vem fazendo, apesar de todos os nossos problemas financeiros, que são momentâneos e passageiros. O Governador realmente tem compromisso com a área de ciência e tecnologia, e esse quadro é uma demonstração clara disso. Alguns Estados, como São Paulo, têm uma situação financeira melhor; fizeram o ajuste fiscal e têm condição de não apenas fazer aplicações na área de ciência e tecnologia, mas de fazer uma nova gestão em seus Estados. Em Minas, infelizmente, a situação é um pouco diferente, mas, apesar de tudo, estamos consolidando a situação financeira do Estado, e a área de ciência e tecnologia está sendo contemplada dentro do possível.

O próximo quadro mostra os recursos que o Governo Federal aplicou na área de ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento de 1991 a 2001. Neste ano, o Ministro Roberto Amaral e o Governador Aécio Neves já firmaram convênios pelos quais R\$20.000.000,00 são colocados no Estado. A FAPEMIG, nossa fundação de pesquisa, já tem praticamente quase 50% de seu orçamento para pesquisa vindos de convênios entre os Governos Estadual e Federal. Isso demonstra que temos um clima de maturidade política e um bom relacionamento entre o Presidente Lula e o Governador Aécio Neves, o que tem ajudado bastante o segmento de ciência, tecnologia e pesquisa - este é um testemunho que tenho o dever de dar a todos vocês.

Quanto à aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento na área de ciência e tecnologia - fundos setoriais -, Minas está na quinta posição, por este quadro. Mas talvez o quadro esteja um pouco desatualizado; com os últimos convênios que assinamos, tenho a impressão de que somos o quarto Estado na área de repasse do Governo Federal para os Estados da Federação. De certa forma, ficamos orgulhosos com isso, mas temos sempre de buscar ser, talvez, o terceiro Estado no repasse de recursos, porque Minas tem um potencial muito grande. Então, precisamos estar constantemente inovando, desenvolvendo e trabalhando com pesquisa, para incentivar a nossa sociedade e tirar os nossos setores produtivos da estagnação, pois estes muitas vezes ficam estagnados em função dos investimentos em pesquisa e novas tecnologias.

Vejamos, então, a nossa idéia para a ação política e estratégica no Estado de Minas Gerais. A criação da Central de Projetos do Governo do Estado - isso foi feito na SEPLAN, e a Secretaria de Ciência e Tecnologia vai desenvolver projetos específicos de sua área, com o apoio da Secretaria de Planejamento. Articulação com setores acadêmicos na elaboração de novos projetos e parcerias com relação ao ensino superior.

A implementação do Programa Bolsa Pós-Doc entre as universidades, a FAPEMIG e a iniciativa privada.

Nos países desenvolvidos, 80% dos pesquisadores trabalham na indústria, no setor produtivo, gerando tecnologia nova. No Brasil, a situação é inversa, 70% a 80% deles estão nas universidades, fazendo pesquisas. Essas bolsas financiarão os pesquisadores das universidades para trabalharem dentro das indústrias. Iniciamos um ciclo de transformação, fundamental para colocarmos Minas e o Brasil numa situação de competitividade. Necessitamos da inteligência desses homens e mulheres para a inclusão social, a geração de postos de trabalho, de novas tecnologias e o fim do desemprego. A iniciativa privada deve aliar-se a essas inteligências. Com isso, resgataremos a cidadania e a identificação social do ser humano. A falta de emprego faz com que a pessoa se sinta extremamente constrangida na sociedade. Nosso papel é aumentar, cada vez mais, a oportunidade de emprego, por meio da área de emprego e tecnologia.

A revitalização do ensino técnico com maior capacidade e capilaridade no Estado; a apresentação de novos projetos junto aos fundos e órgãos financiadores, com o apoio do Poder Legislativo, do setor acadêmico, da comunidade científica e do setor produtivo; o aproveitamento ao máximo das estruturas existentes em diversos órgãos e entidades no Estado, para a implantação conjunta de projetos, minimizando custos; e a duplicidade de ações, colocando Minas em posição de real importância na área de ciência e tecnologia no cenário nacional. Este é um dos principais desafios, a recuperação e a restauração da importância de Minas. Temos condições de, num futuro próximo, ter grandes nomes capazes de resgatar os valores de Minas na área de ciência e tecnologia. Como homem público, acredito muito nisso.

A secretaria tem por objetivo, dentro dos projetos estruturadores, gerar o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais: o eletroeletrônico e o moveleiro. Dentro dessa estratégia de implementação do projeto, está prevista, com objetivos específicos, a superação de todos os gargalos tecnológicos dos arranjos produtivos.

A secretaria se propõe a criar a Rede de Certificação e o Organismo de Conformidade de Produtos Moveleiros; implementar a Rede de Design para os Arranjos Produtivos Locais Moveleiros; promover o desenvolvimento tecnológico dos arranjos produtivos moveleiros; formar, capacitar e treinar mão-de-obra especializada para atender os arranjos - isso foi feito antecorrem no lançamento da escola, com o apoio da FIEMG e do Governo do Estado, no programa específico de gemas e jóias. Esse é apenas um aparte, já que também faremos isso no pólo moveleiro; gerir os arranjos produtivos locais de movelaria para promover o desenvolvimento tecnológico, econômico e social dessas regiões onde se concentram um dos menores IDHs do Estado.

Digo sempre à Secretária Elbe Brandão que o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri deixarão de ser, em pouco tempo, regiões que todos os mineiros denominamos como pobres. Com certeza terão os maiores potenciais de riqueza do Estado. Para isso temos de investir na educação, na qualificação e na área de ciência e tecnologia.

Setor eletroeletrônico: implantação de três pólos de modernização e incubadoras de empresas eletroeletrônicas; implantação de três parques tecnológicos, sendo dois no Sul de Minas e um na RMBH; montagem do Núcleo de Informações Estratégicas para Competitividade Industrial; montagem do Centro Nacional de Referência em Software Embarcado.

Além das ações do projeto estruturador, a SECT desenvolverá, ainda em 2004, um trabalho de aumento da competitividade por meio da inovação tecnológica, que visa contribuir para a certificação e homologação de produtos, a partir de ensaios de produtos, acordo de cooperação técnica entre universidades e empresas, e a realização de cursos de capacitação em métodos de gestão.

Para finalizar, queria fazer uma reflexão com os senhores. Existem dois países que optaram pelo desenvolvimento e pela independência tecnológica. No século XIX, foram os Estados Unidos da América. Sociedade e governo fizeram a opção por se desenvolver. Não entrarei no mérito nem no conceito, mas hoje é uma nação que, de certa forma, tem na ciência em tecnologia total independência com relação aos outros países. No século XX, quem fez a mesma opção foi a China. Estamos assistindo à transformação por que esse país está passando; em pouco tempo se tornará uma grande nação.

Cabe ao Brasil e a nós, brasileiros e mineiros, também fazermos essa opção. Se não buscarmos o caminho do desenvolvimento, do apoio às universidades, do resgate da cidadania e da parceria entre sociedade civil, segmentos produtivos, ONGs e Governo, certamente estaremos fadados a ser sempre um País em desenvolvimento, sem o respeito das nações desenvolvidas. Esse é o desafio que começa hoje para cada um de vocês que participam desta reunião. Digo isso pensando nas futuras gerações, em relação às quais temos grande responsabilidade, pois serão nossos filhos e netos. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Maria Emília Rocha Melo

Exmo. Deputado André Quintão, na sua pessoa cumprimento os demais Deputados. Saúdo os colegas do Executivo e do Conselho de Desenvolvimento Social presentes à Mesa e no Plenário, inclusive vários companheiros da Secretaria, as senhoras e os senhores.

Primeiramente, registro a satisfação de estar aqui nesta reunião para discutir as ações e as políticas governamentais para as áreas afetas à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana contidas no PPAG do período 2004 a 2007.

Já disse - não me canso de repetir - que a secretaria, de forma feliz, foi criada na ousada e moderna reforma administrativa do Governador Aécio Neves, que reuniu em um único órgão ações de política urbana, habitação, saneamento, questões metropolitanas e municipais, telecomunicações; enfim, assuntos municipais em geral. Essa grande abrangência nos dá oportunidade de refletir sobre um conjunto de ações

que afetam a vida de todos no dia-a-dia. Ainda vinculados à secretaria temos a COPASA, a COHAB, o DETEL e, ainda sob a égide da secretaria, o Conselho de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, que brevemente será instalado, com suas câmaras temáticas específicas de habitação e saneamento. São tantos os assuntos, que trabalharemos com câmaras específicas, além do plenário maior. Temos também o Fundo Estadual de Habitação e o Fundo Metropolitano.

Além das atribuições referentes às questões urbanas, temos também a responsabilidade de atuar de forma a reduzir os muitos desequilíbrios regionais deste nosso Estado, que é tão grande. Costumo dizer que Minas Gerais reproduz um pouco do Brasil, tanto pela suas dimensões, pela sua abrangência, quanto pelas suas vantagens e desvantagens.

Antes de apresentar o objetivo da nossa questão, ou seja, de mostrar, discutir um pouco como as nossas ações estão no PPAG, quero destacar duas questões da maior importância. A primeira diz respeito à participação da sociedade no processo de planejamento do Estado. Essa participação é assegurada na Constituição, mas nem sempre é praticada. Além disso, vimos que o PMDI, que é a base para a elaboração tanto do PPAG quanto dos orçamentos anuais, é proposto pelo Conselho de Desenvolvimento Social, que já possui significativa participação da sociedade civil. Hoje a participação está sendo ampliada com essas audiências públicas abertas a toda sociedade, numa parceria inédita entre o Executivo e a Assembléia Legislativa.

A segunda questão diz respeito à forma de participação dessa sociedade. A sociedade apresenta sugestões para aperfeiçoar nossas propostas, com responsabilidade, respeitando e observando as restrições com as quais deparamos, tendo em vista a situação econômica e financeira do Estado. Todos sabem que a determinação do Governador Aécio Neves é adotar as medidas requeridas, necessárias para promover o ajuste de contas do Estado e a retomada da trajetória do Estado para um desenvolvimento sustentável. Mais ainda, dentro do lema "Queremos Transformar Minas Gerais num Melhor Estado para se Viver", isso é tarefa de todos, não é de um governo, de um Executivo, ou de uma esfera de governo.

Falo dessa participação com responsabilidade, e o Presidente Mauri Torres já destacou que as discussões e propostas deverão considerar essas dificuldades enfrentadas pelo Estado. Segundo suas palavras, vamos trabalhar com a perspectiva de um orçamento real.

Vamos informar à população sobre um déficit de 1.400.000.000 previsto no orçamento de 2004. As obras e as ações vão depender muito de como se comportarão nossas receitas. Enfatiza, também, que a Assembléia não vai trabalhar com recursos fictícios e deixa claro que as emendas, os aperfeiçoamentos e tudo o que for proposto tem de identificar recursos no orçamento. Ou seja, na medida em que novas prioridades forem estabelecidas, outras terão de ser retiradas. Do contrário, estaríamos trabalhando com um orçamento totalmente fictício.

Acho que na proposição inicial da Dra. Renata ficou muito claro para os senhores como esse PMDI e esse PPAG são inovadores. Além de se dirigir de forma clara, buscando soluções efetivas, procuram reduzir investimentos, promover a geração de empregos por meio de parcerias com as demais esferas do Governo, com o setor privado e com a sociedade como um todo. Ainda foi implementado um princípio tão elementar quanto raro na administração pública, mas absolutamente fundamental para uma gestão responsável: determinar prioridades, atuar com transparência, promover o gerenciamento e cobrar resultados. Foi dito aqui que teremos um sistema de acompanhamento das prioridades que será público e acessível a todos, não é, Dr. Bernardo? Tudo poderá ser cobrado e acompanhado.

Quero lembrar o que a Dra. Renata disse, para enquadrar bem as nossas questões nesse processo do PMDI e do PPAG. Foram fixadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico três opções estratégicas para o Estado: promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis; reorganizar e modernizar a administração pública estadual; e recuperar o vigor político de Minas Gerais. Isso, aliás, nosso Governador tem feito de forma brilhante. Os senhores têm percebido que o nosso Governador é uma figura absolutamente essencial, uma liderança nacional nas questões importantes que estão sendo discutidas no País, seja na reforma tributária, seja na reforma previdenciária, e representa vários Governadores. Então, Conselheiro, essa terceira opção estratégica já está sendo bem cumprida pelo nosso Governador. Nós também precisamos responder por nossas responsabilidades.

Tendo em vista essas três opções estratégicas, os senhores viram que foram definidos 12 objetivos prioritários. Dentro deles, temos 30 projetos estruturadores relacionados. Em relação à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, temos dois projetos estruturadores e ações relacionadas especialmente com três daqueles 12 objetivos prioritários. A primeira, dentro do objetivo de provisão de infra-estrutura, enfatiza a malha rodoviária e o saneamento básico, onde temos o projeto estruturador de saneamento denominado Saneamento Básico, Mais Saúde para Todos. O segundo é o objetivo prioritário de melhoria e ampliação de serviços públicos. Aí encontra-se o projeto Lar e Gerais, referente à habitação e às ações de manutenção e expansão dos Postos de Serviços Integrados Urbanos - PSIU's -, que também estão sob a coordenação da Subsecretaria de Assuntos Municipais, da nossa Secretaria.

O terceiro, redução dos desequilíbrios regionais, onde se encontram várias outras atividades também prioritárias, apesar de não estarem relacionadas entre os projetos estruturadores de atuação da Secretaria que estão no PPAG, como, por exemplo, o apoio a obras de infra-estrutura dos municípios, a elaboração de planos diretores, a capacitação e modernização de gestão e a regularização fundiária, além de ações relacionadas com a ampliação da rede de transmissão de sinais e telefonia rural.

Ainda sobre a questão regional desse terceiro foco, cabe aqui um registro. É prioridade do Governador Aécio Neves o desenvolvimento mais equilibrado das diversas regiões do Estado. Além da nossa Secretaria e da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, região mais deprimida, pelo menos 12 projetos estruturadores têm foco regional e estão no PMDI e no PPAG. Listei todos eles, mas acho que ficará cansativo. Darei apenas alguns exemplos: potencialização da logística do Triângulo que faz alterações no Alto Paranaíba; Projeto da Estrada Real; Programa de Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do São Francisco; Projeto Jaíba; energia elétrica para o Noroeste de Minas. São 12 projetos estruturadores com foco regional bastante explicitado.

No âmbito direto da Secretaria, temos aqueles dois projetos já citados, o Lar e Gerais e o Saneamento Básico, além do Saúde para Todos. Esses projetos, como nosso Presidente já disse várias vezes, serão detalhados e discutidos na parte da tarde pelos seus gerentes. O Dr. Isnard, Subsecretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana é o gerente do Projeto Lar e Gerais; o Dr. Ricardo Simões, gerente do Projeto de Saneamento, não está presente, mas o Dr. Valter Cheddar, nosso perito em saneamento na Secretaria, discutirá com os senhores. Não vou detalhar os projetos aqui, mas mencioná-los em linhas gerais.

Direi aos senhores, em síntese, quais são os objetivos e princípios básicos das políticas que nortearam a elaboração desses projetos, que guiarão a atuação do Governo do Estado nas áreas de habitação e de saneamento.

São objetivos gerais da política de habitação: universalizar o acesso à moradia, mas com foco e prioridade para a população de mais baixa renda; ampliar o estoque e melhorar as habitações já existentes; regularizar os assentamentos irregulares e promover o acesso à terra urbana; modernizar o setor de habitação, com o aprimoramento da legislação; capacitação dos agentes em todos os níveis e qualificação da produção.

Para cumprir esses objetivos gerais, as principais diretrizes são: atuação integrada do poder público, como forma de ampliar e otimizar recursos e ações das três esferas de Governo; descentralização, como forma de fazer com que as aplicações tenham maior sintonia com a realidade de cada comunidade, ampliando o controle social e a efetividade das ações; parceria entre agentes públicos, privados e a sociedade civil, que é a tônica desse Governo, com a convicção de que o poder público sozinho não dará conta, nunca, de um desafio desse tamanho, que

exige não só investimentos importantes, mas uma participação mais efetiva, tarefa de todos nós; e a participação da sociedade civil e dos beneficiários, como forma de assegurar que as ações estejam em conformidade com as necessidades e as prioridades da população, além de contarmos com a experiência da sociedade nesse campo. Temos várias experiências de gestão, de mutirão; experiências municipais absolutamente inovadoras e coroadas de êxito na área de habitação; modalidades de financiamento e ofertas de programas compatíveis com a renda e a capacidade de pagamento das famílias. Sabemos que, principalmente para famílias de baixa renda, temos de trabalhar com subsídios e recursos orçamentários diretos; e também a desburocratização e simplificação das exigências formais. Sabemos que há um Brasil real e um Brasil teoricamente legal, com tantas exigências de documentação e de registros que acabam impedindo o acesso principalmente dos mais carentes, em nome de uma legislação segura. Precisamos de uma legislação segura, que resguarde a todos, mas que não impeça a participação dos mais carentes, que fazem parte desse Brasil real, com sua informalidade no mercado de trabalho, com seus assentamentos de favelas, que já são a grande maioria e que são cidades reais, apesar de não serem cidades legais.

Enquadrados nesses objetivos e nessas diretrizes gerais, temos o Lar e Gerais, cujo efeito será não apenas social, como também propulsor da economia, por seus impactos diretos e indiretos na geração de emprego e de renda, na dinamização da construção civil, da indústria e do comércio de materiais de construção. Seu objetivo é a produção de lotes urbanizados, a construção e a melhoria de unidades habitacionais tanto na zona urbana quanto na zona rural, atuando com parceria, de forma bastante flexível e adequada.

Os recursos previstos no PPAG para esse programa são da ordem de R\$1.034.000.000,00 de diversas fontes, desde FGTS, recursos federais, municipais, dos beneficiários, PSH, recursos do Estado, recursos próprios da COHAB, de fundos de habitação, etc. Com tais recursos, nossas metas são construir e promover melhorias em mais de 120 mil unidades habitacionais. Será a maior contribuição para a redução do enorme déficit habitacional no Estado. Segundo estudos da Fundação João Pinheiro, em 2002 o déficit habitacional de Minas Gerais, considerando-se habitações inadequadas e coabitação exagerada, é de 630 mil unidades, das quais 80% estão concentrados nas famílias de renda de até três salários mínimos. Em Minas Gerais, essa característica é mais acentuada do que no restante do País. Sabemos que o Lar e Gerais enfrentará dificuldade para levantar esses recursos. Mas é nosso compromisso. Ousando, chegaremos lá.

Os objetivos gerais da política estadual de saneamento são universalizar os serviços de abastecimento de água, de coleta de esgoto e de coleta de lixo; ampliar bastante o tratamento de esgoto em todo o Estado. É impressionante a diferença entre o atual abastecimento de água e a atenção dispensada ao tratamento de esgoto. São quase 3 milhões de pessoas sem acesso à rede pública de esgotos. A maior parte do esgoto coletado não é tratada. Essa questão vai mudar nesse Governo, porque é fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado, obviamente além das questões sociais de qualidade de vida e de qualidade ambiental.

Os objetivos principais são ampliar a disposição adequada de resíduos sólidos, apoiar ações de drenagem urbana, promover a difusão de fossas e de outros sistemas simplificados, especialmente na área rural, e intensificar a preservação de recursos hídricos.

Estou mostrando os objetivos principais; obviamente, também as diretrizes principais para cumprir esses objetivos. No caso do saneamento, para um marco regulatório, ou seja, uma legislação adequada, é fundamental uma parceria entre Governos e setor privado, para que tenhamos uma legislação muito clara.

Redução das desigualdades regionais socioeconômicas; modernização da gestão, da eficiência; aumento da competitividade entre os prestadores; respeito ao meio ambiente e uma atuação ativa para preservação dos recursos hídricos. Com essas diretrizes, os projetos estruturadores Saneamento Básico e Saúde para Todos desenvolverão ações de ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água e do esgotamento sanitário; de incremento do tratamento do esgoto coletado, principalmente nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas; e de melhoria das condições sanitárias de habitações de famílias de baixa renda. Segundo esse estudo da Fundação João Pinheiro, temos 129 mil unidades habitacionais no Estado que não têm unidade sanitária, ou seja, não têm banheiro, isso em 2000. Estamos prevendo, nesse período, um investimento inédito de cerca de R\$4.300.000.000,00, dos quais 60% estão direcionados ao esgotamento sanitário. É uma prioridade que vai ser cumprida. Esses recursos vêm de várias fontes: Governo Federal, Governo Estadual, FGTS, municípios prestadores de serviço e, com destaque especial, a COPASA, que deve despende um total de R\$2.700.000.000,00. São investimentos que vão permitir a expansão do abastecimento de água e do esgoto sanitário para cerca de 860 mil economias. Economias são aqueles pontos que compreendem as unidades residenciais, unidades comerciais, industriais, entre outros.

Instalação de módulos sanitários em 60 mil unidades habitacionais; ou seja, vamos enfrentar pelo menos 50% daquele déficit de unidades sanitárias.

Implantação de serviço de coleta de lixo para 830 mil famílias, e ainda implantação de sistema de destinação final de resíduos sólidos e de 200 sistemas integrados de saneamento.

Como disse, além dos projetos reestruturadores, a Secretaria vai ter ações de uma forma geral na área de desenvolvimento urbano e regional, e vai apoiar os municípios de diversas formas, inclusive no financiamento de obras de infra-estrutura no âmbito do PADEM, que é um programa importante de apoio ao desenvolvimento municipal, apoiando a modernização de gestão e a elaboração de planos diretores, que, além de fundamentais para a organização do nosso crescimento urbano, da qualidade de vida urbana, são uma inovação do estatuto da cidade e uma obrigação. Os municípios com mais de 20 mil habitantes, os municípios turísticos e históricos que até 2006 não tiveram seus planos diretores aprovados, ficarão impedidos de receber recursos públicos federais. Temos em Minas, nessas condições, mais de 150 municípios. Temos que correr para cumprir essa exigência.

Além disso, temos obviamente as ações do DETEL, de expansão dos serviços de transmissão dos sinais, que é fundamental para interiorizar os sinais da Rede Minas, levar a telefonia para os rincões do Estado. Há também a questão da telefonia rural que traz cidadania - é impressionante a instalação na área rural, de um telefone.

Finalmente temos a melhoria do serviço prestado ao público por meio da expansão e do incremento da rede dos postos de serviço PSIU. Muito obrigada.

Palavras do Secretário Adjunto Hely Tarquínio

Cumprimento o Deputado André Quintão, Presidente da Mesa, os demais companheiros das diversas Secretarias, os companheiros do Executivo, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, a Deputada Maria José Hauelsen, os demais Deputados presentes, os senhores e as senhoras. Estamos aqui cumprindo a Constituição, porque historicamente nenhum Governo tirou o plano da gaveta e o pôs em andamento. A Constituição foi cumprida a partir da apresentação de um PMDI, de um PPAG, de um orçamento e de leis de diretrizes orçamentárias. Pela primeira vez, discute-se isso na Assembléia, cumprindo-se a Constituição. Parabéns ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo por esta iniciativa.

Na verdade, esse é um chamamento para se discutir Minas Gerais. No que tange à saúde, precisamos dizer, antes de mais nada, que temos um cenário com o SUS ainda em uma gestão passada e em letargia, não moderna. Temos uma situação de desenvolvimento econômico e social estagnada, com uma gestão anacrônica, o que mostra a necessidade de reformas. Temos também um déficit público histórico acumulado. Essa foi a situação recebida pelo atual Governo.

Para resolver os problemas, foi montado esse novo modelo de gestão. Vamos fazer o quê? Ousar. Foi isso que o Governador Aécio Neves e sua equipe, com o apoio da Assembléia, em um primeiro momento, estabeleceu com essa "pedagogia", essa "didática" do choque de gestão. Tivemos as ações do primeiro ano, que, tenho a impressão, não acabam este ano, embora cronologicamente isso devesse ocorrer. O choque de gestão são medidas, reformas, "apagar incêndios" da gestão passada, para colocarmos o Estado no rumo. Quais são os principais problemas? São os mesmos que o Governo Lula está com dificuldades para resolver. Isso é histórico. Temos a reforma da Previdência, a reforma tributária e a reforma política, que demorará muito tempo porque é difícil. Tudo isso será para corrigir o déficit público acumulado.

Vejam as dificuldades em que nos encontramos. O funcionalismo está precisando de aumento, mas não há dinheiro nem para manter acesa a luz do Estado. Então, devemos ousar e fazer o choque de gestão. Tenho a impressão de que ele já andou muito, e a Assembléia contribui para isso, a partir da aprovação da lei delegada. Está chegando agora uma outra, a do PPA, a parceria público-privada, e uma série de outras leis. Assim, o Estado será administrado em um plano mineiro de desenvolvimento integrado ou sustentável com uma visão de hoje e de futuro. Estamos com os olhos aqui e lá. E mais: temos como meta mobilizadora a equidade. Devemos combater e tentar adaptar os problemas, por que o que fazemos no mundo? Devemos viver com toda a dignidade em Minas Gerais e com uma alta capacidade de adaptação de todos os atores.

Os atores são o Governo e o povo. E temos de nos unir para fazer valer o PMDI, que é uma carta de hoje para o futuro, e que orientará o PPAG, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias de cada período do Governo. A proposta exige coragem porque o PMDI vigorará por quatro anos e depois não sabemos se continua. Então, temos que louvar o Governador Aécio Neves pela sua ousadia.

Vejo que o diagnóstico de Minas Gerais tem muitas causas, que, em medicina chamam-se síndrome, ou seja, são muitas causas e o mecanismo é uma realidade só, que é o subdesenvolvimento de Minas Gerais, encravado no mapa das desigualdades. Tudo isso traz as diferenças oceânicas entre ricos e pobres, que temos de corrigir. O Governo fez um colegiado de gestão, estudando essa questão cientificamente, com o pensamento de dar igualdade de oportunidade a todos. Elaborou essa proposta de choque de gestão do PMDI e, depois, do PPAG. Todo Secretário do Governo e as pessoas envolvidas falam sobre essa nova metodologia, e temos de passar isso à sociedade, as informações têm de subir e descer a todos os níveis. Minas Gerais é uma grande empresa e tem de ser administrada de forma transparente.

Não quero decepcionar ninguém, todos sabem que o déficit primeiro do orçamento seria de R\$2.400.000.000,00, e, repentinamente, o Governador fez cortes no setor da saúde - o que tenho de lamentar -, no montante de R\$100.000.000,00. Mas não foi apenas o Governador, percebemos que o Lula também fez cortes. As coisas são iguais para todos, e há um sentimento de conjugação com o Governo Federal para buscar a diminuição das desigualdades, que estão claras. Pensemos em Belo Horizonte, em que há diversas favelas nos pés dos morros, e, próximos a elas, estão os condomínios fechados, com toda tecnologia e conforto. Essas diferenças são oceânicas, e queremos fazer essas correções, mas não é fácil. Precisamos da parceria e da compreensão de todos, retirando das nossas cabeças os radicalismos político-partidários. Ontem, o Governador disse: "Minas Gerais tem só um partido, que é fazer do Estado o melhor lugar para se viver". Esse é o novo paradigma.

A Secretaria de Estado da Saúde, por isso mesmo, adotou uma postura funcional, atendendo a esse choque de gestão, pois estava com um modelo administrativo esgotado. Hoje, será reguladora, promotora da saúde, coordenadora, fará a atividade-meio da melhor maneira possível, esse é o nosso propósito. Informações são enviadas para as Diretorias de Ações Descentralizadas - DADs - , de tal forma que lá reproduzimos uma estrutura orgânica funcional para normatizar e levar aos municípios essas normas, para que se possa operacionalizar o SUS e se executarem as ações de saúde. A saúde foi municipalizada. Desde 90, estamos fazendo as conferências municipais, estaduais e nacional sobre saúde, em que o povo faz sua avaliação de como poderemos melhorar o setor.

O conceito de saúde é um estado de bem-estar mental, físico, social, que começa na família e no trabalho e também no plano cultural, com nossas crenças; e ainda temos de pensar numa transmutação. Então, promover saúde para o ser humano é muito difícil, porque depende de todos esses indicadores sociais e do desenvolvimento social, para que possamos fazer o ser humano mais feliz.

O SUS deve oferecer acesso universal a todos, não podendo discriminar ninguém. Necessitamos de alta capacidade de adaptação e de trabalho para operacionalizar o sistema e assistir adequadamente o povo.

Lançando um olhar sobre Minas, com seus 853 municípios, constatamos a dificuldade de prestar assistência a todos. Não temos a tradição de gerir bem a coisa pública, o que se faz necessário a fim de estabelecer normas que instruem os Prefeitos, Vereadores e gestores municipais de saúde. Acreditamos que o SUS seja melhor a partir de uma boa gestão. O SUS funciona nas três esferas de Governo, cada uma com seu quinhão, daí a discussão de que será objeto a Emenda nº 29, que carece de uma lei complementar para definir o que é gasto em saúde. O Governador diz que só gasta se houver fluxo de caixa. Como não temos fluxo de caixa, ele busca, de todas as formas, o financiamento para as ações de saúde. O SUS é autofinanciável precariamente, dependendo de outras receitas, e não só da receita da própria operacionalização do sistema. Chegaremos à construção permanente do SUS a partir da situação precária que ainda vigora em Minas.

Com o PMDI, que é a carta de visão do futuro, temos de construir, na parte assistencial, uma administração moderna e o bem-estar de nosso povo. Começamos pelo município, melhorando a rede de acolhimento do paciente. Na atenção primária, temos os postos de saúde, o Hospital da Saúde da Família, após o que a situação vai tornando-se mais complexa. E pensamos na própria NOAS, uma norma do SUS, oriunda de conferência nacional de saúde, em que houve a participação do povo juntamente com os políticos. A NOAS determina didaticamente um Plano Diretor Regionalizado, que atenderá um dos programas estruturadores do PMDI. A regionalização da saúde representa a saúde próxima de casa, o que pode ser fácil no Triângulo, na Zona da Mata, mas muito difícil no Jequitinhonha.

O Plano Diretor Regionalizado - PDR - é o desenho geográfico demográfico da distribuição das pessoas nos diferentes territórios mineiros, nas diferentes microrregiões, nos municípios e nas macrorregiões, com sua capacidade instalada a partir do PMDI, que é o Plano Diretor de Investimento. Os Prefeitos e o povo têm de buscar recursos através de emenda parlamentar federal para ajudar a construir a parte material: hospitais e centros de saúde. O PMDI trata especificamente de investimento.

O PDR é o desenho geográfico e demográfico, com a distribuição das pessoas nos diferentes territórios do Estado - nas macrorregiões, nas microrregiões e nos municípios - e sua capacidade instalada a partir do PMDI. Aí os Prefeitos e o povo devem provocar a apresentação de emendas parlamentares no âmbito federal, para ajudar a construir a parte material, ou seja, os hospitais e os centros de saúde, pois aqui já se trata do investimento puro. O PDR, por sua parte, é o desenho teórico de tudo isso; a proposta para cada ano. E é dinâmico; de um ano para o outro, vão sendo feitas correções.

A partir da hora em que estiver instalada toda essa rede solidária - o que depois explicaremos -, temos de procurar melhorar. Aí fazemos novo desenho demográfico, com as necessidades de cada ano. Até porque cada cidade vai adquirindo sua independência e construindo sua capacidade instalada. Por exemplo, em uma cidade onde não há um hospital, com centro cirúrgico, isso vira uma meta, um sonho, para o próximo ano. Aí a cidade vai atrás de um Deputado Federal e consegue uma verba; consegue outra com um Deputado Estadual; enfim, busca as fontes possíveis de financiamento. E é o que temos de fazer para que cada município alcance sua independência com a capacidade instalada. É claro que isso é construído com muita dificuldade, com verbas dos Governos Federal e Estadual e contrapartida dos municípios, mas, como disse, trata-se de uma rede solidária até no financiamento. Essa é a importância do SUS, que visa promover a saúde para todos, indistintamente, e atender em todas as especialidades médicas, com um nível de complexidade crescente, do simples para o mais complexo.

Isso feito, faremos, a cada ano, a Programação Pactuada Integrada, ou PPI. Quer dizer, há as CIBs, os Conselhos Municipais, o Conselho Estadual. A CIB promove, faz uma pactuação, segundo as necessidades de cada município. Aí estabelece-se um teto, também por acordo, e cada um fica com seu quinhão. A proposta é muito bonita, mas sabemos que, se no plano teórico é muito fácil, é muito difícil na prática. Gostaria apenas de registrar que nessa rede serão 13 macrorregiões, 75 microrregiões, 95 pólos nas microrregiões e 283 módulos - o módulo é onde há somente um hospitalzinho. Para isso, já se criou o Pró-Hosp, com o qual já foram gastos R\$17.000.000,00, sendo que há uma proposta de a ele destinar, no ano que vem, R\$60.000.000,00, com os quais vão-se criar condições para que esses hospitais atendam o povo, e isso será dividido de maneira justa, sem que se deixe de ver a necessidade do outro.

Essa regionalização é a saúde em casa. A ela vamos associar o segundo projeto estruturador, que é o Programa de Saúde da Família - PSF. O Saúde em Casa implica a reforma das unidades de saúde e a capacitação de recursos humanos. Em Minas Gerais, o índice de cobertura das equipes de saúde da família é de 70%, e nossa meta é chegar a 2006 com 100% de cobertura. Temos de expandir o PSF, pois, com o bom funcionamento desse Programa, com a capacitação dos médicos e da equipe de profissionais, cada família, particularmente, cada bairro tem seus agentes comunitários de saúde, que, fazendo visitas às famílias, ficam sabendo da situação sanitária da casa e da saúde das pessoas que ali moram. Se preciso, levam-nas ao posto de saúde, marcam consulta etc. Ou seja, trata-se de um levantamento completo, com uma assistência em casa ou próxima de casa, o que complementa a regionalização da saúde.

Esse Programa conta com dinheiro do Ministério, sendo que, à medida que se aprimora, recebe mais dinheiro do Governo Federal, e a partir deste ano recebe incentivo estadual já no orçamento, ou seja, vamos terminar o ano de 2006 com a cobertura completa dos 853 municípios do Estado. Atualmente, apenas 654 são contemplados, assim mesmo de forma precária, com cobertura parcial do município. Essa é uma proposta que, é claro, recebe críticas. Mas julgo-a muito importante. Essa é uma medicina preventiva, e isso certamente vai diminuir nosso gasto com hospitais. Temos de acabar com essa idéia de que o hospital é o centro de tratamento. A "desospitalização" não é necessária apenas na psiquiatria. Embora o ser humano seja multidimensional e não possamos dividi-lo, temos de promover a "desospitalização" também do setor orgânico, com o mínimo possível de internações, para evitar infecções etc.

Gostaria que imaginassem o quanto esse cenário é difícil. Ele parte da capacidade instalada, que seria relativa a todas as construções e ao funcionamento, com todos os seus atores: recursos humanos, equipe profissional, e recursos materiais. Para fazer essas divisões, estão baseando-se na distância de uma cidade a outra, existência de estrada asfaltada etc. É um estudo bem-feito do Governo.

Além dos estruturadores, existem mais prioridades: regionalização da saúde, PSF e o Viva Vida. O Viva Vida é o objetivo do Governo nesses quatro anos, visando reduzir a mortalidade em 25% até 2006. Existem índices alarmantes de mortalidade infantil no Jequitinhonha, mas, na região do Triângulo Mineiro e da Zona da Mata, os índices são baixos. Temos de homogeneizar essa situação, o que não é fácil.

O Viva Vida são todas essas iniciativas para a saúde da mulher e da criança. Conclamamos toda a sociedade, as pastorais, as entidades que se interessam pelo ser humano, a Secretária da Saúde e os Conselhos Municipais e Estaduais para essa caminhada, de mãos dadas, rumo ao progresso, para que o Brasil não se envergonhe do índice de mortalidade infantil no primeiro ano de vida. Para isso, devemos investir em UTIs, construir e reformar maternidades.

Um aviso para as senhoras: o aleitamento materno reduz em três vezes a mortalidade no primeiro ano de vida. O Ministério, acolhendo decisão da ONU, na Itália, incentiva a promoção do aleitamento materno.

Todas essas ações estão conjugadas com os Governos Federal e Municipal, mas fazer essa sincronia não é fácil. Então, o Viva Vida investirá nas maternidades, sobretudo comprando UTIs.

O quarto item de prioridade é a farmácia de Minas, assistência farmacêutica básica, com investimentos de R\$18.000.000,00 em 2004, melhorando a FUNED as condições para a fabricação de remédios e facilitando a aquisição desses por meio de consórcios.

A farmácia básica inclui 42 medicamentos repassados aos municípios, com entrega regular de dois em dois meses. O Governo passado ficou dois anos sem fazer essa entrega. Estamos regularizando isso. Todos os postos de saúde para atenção primária básica dos municípios irão receber esses medicamentos. Esse esforço conjunto é feito por meio de uma participação triplíce: o Ministério paga R\$1,00; a Secretaria da Saúde, isto é, o Tesouro do Estado paga R\$0,50; e mais R\$0,50 do município.

Às vezes um Prefeito pode dizer que não está recebendo, mas pode ser que não esteja querendo gastar. E vamos facilitar a forma de se adquirir isso. O resgate já está acontecendo porque é o que temos pregado.

Além disso, temos medicamentos excepcionais, cujo orçamento para este ano é de R\$89.000.000,00, destinados às doenças crônicas, degenerativas e raras. A verba está definida para programas especiais, como o do diabetes, tuberculose, doença de Hansen, hepatite B e várias outras. O mesmo ocorre com relação ao tratamento do câncer, a oncologia. A pessoa opera e pode precisar de uma injeção depois. A secretaria passa tudo isso para as DADs, e estas para os municípios. Quando precisarem de alguma coisa, vocês devem ir ao posto de saúde da cidade, onde receberão todas as orientações. Se isso não estiver ocorrendo é porque falta sincronismo e boa-vontade. Aí vamos denunciar.

São 42 medicamentos básicos atualmente. Só estamos conseguindo trabalhar com 35, mas a proposta é chegar a 60 ou 67 no próximo ano. Para isso, estamos melhorando as condições estruturais.

O teto para Minas Gerais é de R\$165.000.000,00 para 2004, e vamos gastar com saúde R\$1.500.000.000,00. Porém, tenho dúvida se vamos arrecadar o suficiente. Não estou dizendo isso para fazer a defesa de nada, mas porque é a realidade. É pouco dinheiro, mas o próprio Lula desvinculou 20% das receitas correntes da União. Não sei como será aqui. Nós, da saúde, estamos cobrando. Sabemos das dificuldades, as coisas não melhorarão num passe de mágica.

O Governo reservou recursos também para urgências, emergências e para dotar, de prontos-socorros mais próximos, as diferentes regiões de Minas Gerais, das mais avançadas às mais precárias. Nesse sentido, o Jequitinhonha tem preferência. O princípio da equidade manda tratar a todos com igualdade, mas, cronologicamente, o primeiro chegará ao Jequitinhonha, é lá que a coisa é rarefeita. Qualquer mapa do PDR - que trabalha a demografia, as necessidades e a falta de estrutura para acolher os pacientes na atenção básica ou na média e alta complexidades - registra que a região tem necessidade de tudo. Nesse mapa rarefeito, vamos criar determinados locais que irradiarão a saúde.

Essa é a proposta do nosso Governador. A Secretaria está de portas abertas para discutir. Sabemos dos problemas em relação ao funcionalismo público. E queria dizer que a grande dificuldade é a queda lenta da folha, caiu uns seis dígitos. Não há dinheiro para pagar. Primeiro temos de resgatar Minas Gerais de uma dívida com o Governo Federal, e esse exercício não é fácil para o Governo.

Para resolver essa equação da nossa vida, com todos esses conceitos, para fazer de Minas Gerais o melhor lugar de se viver, é preciso partirmos da compreensão e do amor de cada um pelo outro. É preciso deixar a política partidária de lado, ajudar o Governo, falar a mesma linguagem e votar os projetos. E tenho certeza de que haverá compreensão da Assembléia. O plano de carreira será votado, mas não se

iludam, destina-se aos concursados, mas depois haverá alternativas para os que foram contratados. Não faço diferença, pessoas muito competentes foram colocadas pela janela.

Estou falando que regulamentar Minas Gerais é muito difícil por causa dos problemas históricos do funcionalismo, do "servidor", entre aspas. A palavra "servidor" está entre aspas porque são oito figuras. Há os contratados, os que conquistaram o direito em razão do tempo, mas não prestaram concurso, etc. Esse é o grande problema do Governo.

A nossa lei é muito complexa, e dar condições legais, constitucionais ao funcionalismo, para que o Governo trabalhe com todas essas expectativas, principalmente na área da saúde, não será fácil. Trata-se de uma tarefa de todos, e, se Deus quiser, com essa carta do futuro, quando chegarmos a 2020, Minas Gerais será o melhor lugar para se viver. Agradeço a todos e coloco-me à disposição.

#### Palavras do Secretário Adjunto Luiz Flávio Sapori

Bom-dia a todos. Cumprimento especialmente o amigo, Deputado André Quintão; os amigos e colegas do Executivo, os Deputados e as Deputadas presentes; os membros de organizações não governamentais e os representantes de sindicatos. Serei objetivo. Do ponto de vista da segurança pública, o PMDI e o PPAG de Minas Gerais constituem um marco inédito. Pela primeira vez na história deste Estado, a segurança pública é tratada como prioridade, ou como uma das prioridades. As ações governamentais na área de segurança pública passam a merecer atenção especial na formulação de uma política pública, no conjunto de projetos e ações, que mereceram a inclusão no rol de projetos estruturadores.

A inclusão da segurança pública no rol dos projetos estruturadores é a maneira mais palpável, concreta e verdadeira de o Governo dizer para a sociedade mineira que o combate ao crime e à violência é tão importante quanto as políticas educacionais, de saúde, de saneamento e de ciência e tecnologia. É a forma direta de dizer, mas não no discurso, na retórica e no proselitismo. Não faremos segurança pública com proselitismo, passaremos a fazê-la de forma concreta. E a inclusão no PPAG e no PMDI mostra exatamente a maneira como a criminalidade e a violência passam a ser tratadas: com diagnóstico, planejamento e gestão.

Sempre se fez segurança pública no Estado com intuição, com "achismo", apagando incêndios. Havia as famosas ações intempestivas ao sabor dos acontecimentos: de uma rebelião, de uma fuga de presos ou de um crime de repercussão pública. O Executivo Estadual sempre reagiu assim na área de segurança pública no Estado. Mas não será mais dessa forma; aliás, já não tem sido no atual Governo.

O planejamento de uma política pública foi iniciado com o plano emergencial anunciado pelo Governador em março, um conjunto de ações que sistematizou as nossas intervenções e metas para 2003. Agora, no PMDI e no PPAG, temos oportunidade de mostrar à população o que podemos fazer no quadriênio 2004-2007.

Pois bem, o que está definido para o quadriênio 2004-2007 parte de um diagnóstico muito elementar que eu gostaria de compartilhar com vocês. No período da tarde, poderei detalhar melhor. Temos uma relativa clareza sobre o que está acontecendo nas grandes cidades do Estado de Minas Gerais, no que tange à criminalidade e à violência. O crescimento dos índices é real. Não está sendo feita uma maquiagem desses índices. Temos absoluta convicção de que o crescimento dos índices de homicídios, de assaltos e de furtos em geral define uma nova realidade do fenômeno da criminalidade no Estado de Minas Gerais, que é singular. Não estamos dizendo que seja um fenômeno nacional ou internacional. Certamente, ele tem conotações nacionais e internacionais, mas há algo muito peculiar da realidade do Estado na década de 90 relacionados a dois fatores. O primeiro, a consolidação do tráfico de drogas nas grandes cidades, especialmente nesta região metropolitana. E todos sabemos que o tráfico de drogas, especialmente o tráfico do "crack", tem conotações e implicações criminológicas muito distintas do tráfico da maconha ou da cocaína. E o que prevalece na Região Metropolitana de Belo Horizonte, lamentavelmente, é o tráfico do "crack". Ele traz muito mais violência, muito mais disputas entre gangues e tem um poder de disseminação do vício muito maior.

Essa é a realidade com a qual estamos lidando. Temos de ser muito pragmáticos para identificar esse contexto. Isso gera homicídios e assaltos, desde o assalto da padaria da esquina até assaltos mais coletivos e outros mais sofisticados. Gera também homicídios por razões óbvias que já conhecemos e disputas entre gangues. Portanto, esse é um fator gerador de crimes. O tráfico, por si só, gera crime e violência.

O segundo é o alto nível de impunidade que se disseminou no Estado de Minas Gerais na década de 90, por uma crescente ineficiência do aparato de segurança pública, que começa na Polícia Militar e culmina no sistema prisional.

Este é o nosso diagnóstico. Os dois fatores combinados explicam, em boa medida, o que está acontecendo. Em razão desse diagnóstico, o PPAG e o PMDI na área de segurança pública propõem ações em quatro grandes eixos:

ampliação e profissionalização do sistema prisional - segundo nosso diagnóstico, esse é o grande gargalo de Minas Gerais atualmente. Precisamos ampliar vagas imediatamente. Temos um déficit acumulado de, no mínimo, 12 mil vagas. Então, são "para ontem", a ampliação e a construção de penitenciárias e - o que é mais sério, ao contrário do que se acredita, prezado Deputado André Quintão, que o problema de Minas são as penitenciárias - de presídios. Estamos chegando à conclusão de que o nosso grande déficit é de casas de detenção, de casas de custódia para presos provisórios. É o caso da nossa região metropolitana. É por isso que nos acostumamos a ver presos amontoados feito bichos nas delegacias e distritos policiais. Não temos um sistema de detenção provisória, mas vamos construí-lo, como está previsto no PPAG e no PMDI. Isso implica a profissionalização da gestão de ambos os sistemas;

profissionalização e integração das polícias e valorização profissional: temos a clareza de que precisamos olhar com muito carinho pelo policial militar e pelo policial civil e por suas condições de trabalho. Eles precisam de condições básicas para trabalhar, desde o prédio ao computador que lhes serve, a viatura, a arma de fogo e o colete à prova de balas. O Estado ainda é muito deficitário de tudo isso, e vamos olhar com muito carinho os profissionais da ponta, bem como a integração das Polícias Militar e Civil, que já está sendo feita e que será aprofundada nos próximos três anos. Não vamos unificar as polícias. Isso está muito claro no PPAG e no PMDI. Vamos compactuar com a proposta do Governo Federal de integração. Basicamente, é isso;

prevenção social da criminalidade: para nós, isso é muito caro e não é discurso. É mais um dos projetos estruturadores. Vou explicá-lo depois, no final da tarde. A prevenção social deve ser articulada com a repressão. Vamos fazê-la por meio de um projeto já estabelecido: é o Fica Vivo, que vai ser ampliado para todo o Estado. Repressão e prevenção, em nosso ponto de vista, têm de estar juntas. Não temos de fazer escolhas, mas combinar essas alternativas; por fim, o adolescente infrator, que merece uma atenção muito especial, tanto do ponto de vista da ampliação do atendimento quanto do ponto de vista da profissionalização do atendimento.

Temos de valorizar o agente que lida com o adolescente e não tem seu devido valor nem carreira. Vamos fazê-la.

Em linhas gerais, é o que está previsto para a segurança pública. À tarde, explicarei os detalhes disso, mas tenho clareza de que, pela primeira vez, trataremos segurança pública com seriedade, singularidade. Conectado, mas, ao mesmo tempo, diferenciado das políticas de saúde e de educação. As políticas de saúde e educação, hoje, dependem muito de uma boa política de segurança pública. Nossos postos de saúde e

escolas são o maior exemplo de como essas políticas devem estar integradas, mas, ao mesmo tempo, singularizadas. É isso que vamos fazer em Minas nos próximos quatro anos. Muito obrigado a todos.

Palavras do Secretário Adjunto João Antônio Filocre Saraiva

Meu bom dia a todos. Em nome da Profa. Vanessa Guimarães, Secretária da Educação - que não pôde estar presente a este debate, apesar de seu desejo e disposição pessoal de atender sempre a todas as solicitações da Assembléia para discussão das questões da educação -, e em meu próprio nome, cumprimento o Deputado André Quintão, os Secretários que compõem esta mesa, os Deputados e os demais presentes a este evento.

O plano de ação da Secretaria para a área da educação faz parte de um documento chamado "O Desafio da Qualidade", elaborado ao longo do primeiro semestre e distribuído praticamente a todas as escolas públicas de Minas Gerais. Trata-se de um documento que contém as idéias centrais do trabalho que será realizado e os compromissos básicos deste Governo. Num esforço da Secretaria, ele foi distribuído às escolas, onde alimenta e dá sustentação às discussões que estão sendo feitas no campo da educação. As ações previstas nesse documento estão sintonizadas com os princípios do PMDI e do PPAG.

Em especial, chamo atenção para um aspecto, que é um entendimento e um compromisso básico: o de que a educação e a disseminação do conhecimento são fatores decisivos para o desenvolvimento humano, social e econômico. Em especial, a educação é um instrumento indispensável para o enfrentamento das diferenças históricas que existem em nosso Estado. O plano da educação foi desenvolvido para isso, e pretendemos implementá-lo já.

Para não ultrapassar os 15 minutos, farei apenas uma apresentação geral. O conjunto de ações previstas no plano da educação converge para um único ponto, o do desenvolvimento da educação básica em nosso Estado, e estão, em sua essência, não no seu todo, organizadas. Ganham organicidade e harmonia por meio de dois projetos estruturadores, a respeito dos quais falarei hoje à tarde, quando serão debatidos em detalhes. São os projetos de ampliação e melhoria do ensino fundamental e universalização e melhoria do ensino médio.

Esses dois projetos estão organizados segundo duas dimensões principais: uma voltada para a melhoria da qualidade do atendimento dos serviços educacionais a toda população de Minas e a outra orientada para o desenvolvimento e melhoria da gestão e da administração do sistema educacional.

Essa segunda dimensão é essencial para nós porque tem a ver, em grande parte, com o financiamento das demais medidas previstas nos projetos estruturadores.

O sistema educacional de Minas conta com quase 200 mil servidores, em aproximadamente 4 mil escolas.

Na rede estadual há 2.800.000 alunos; se incluirmos a rede municipal, encontraremos um total de 4.800.000. Trata-se de uma máquina grande demais. Uma ação voltada para o aperfeiçoamento da gestão e da administração do sistema pode produzir resultados que serão muito bem aproveitados no financiamento das ações previstas nesse plano de educação.

Um dos projetos está voltado para a ampliação do atendimento aos jovens e crianças; o outro, para o desenvolvimento e a melhoria das condições básicas de funcionamento das escolas.

A ampliação do atendimento aos jovens e crianças far-se-á por três caminhos distintos. No primeiro, que está sendo implantado, o ensino fundamental passará de oito para nove anos, oferecendo às crianças de 6 anos, hoje fora dos benefícios da educação infantil, a oportunidade de ser atendidas na rede pública. Para tal, o Estado conta com o apoio declarado de, aproximadamente, 650 municípios, que acompanham a Secretaria da Educação nesse esforço, num movimento de praticamente todos os municípios em parceria com o Estado. Essa medida possibilitará, especialmente às crianças das regiões mais pobres do Estado ou das periferias dos grandes centros urbanos, o acesso à escola. Ainda não sabemos o total de alunos, mas foi feito o cadastramento e a previsão é de aproximadamente 130 mil.

No ensino médio, serão criadas novas vagas para os jovens e jovens adultos. A intenção é atender a toda a demanda dos jovens que estão concluindo o ensino fundamental. Todos os formandos na 8ª série terão a vaga garantida no ensino médio, se assim o desejarem. Da mesma forma, serão atendidos todos os jovens e jovens adultos que, por algum motivo tenham-se afastado da escola e que, por pressão das transformações sociais ou do mercado de trabalho, querem retornar para obter formação melhor e alcançar um nível de escolaridade maior. Nesse caso, a previsão é de que será necessária uma ampliação de mais ou menos 200 mil novas vagas nos próximos quatro anos, para o atendimento da demanda. Caminharemos para buscar a universalização já conquistada no ensino fundamental.

A terceira medida consiste em ampliar a jornada escolar dos alunos. Como o Estado não tem recursos financeiros para criar escolas de tempo integral, a Secretaria da Educação implantará o projeto Aluno de Tempo Integral. Em cada unidade escolar serão identificados os alunos com mais necessidade de atendimento adicional. Além do horário normal de aula, esses alunos serão atendidos no contraturno, com a oportunidade de superarem muitas das deficiências que vêm apresentando e que têm gerado insucesso em sua vida escolar.

Esses dois projetos serão elaborados, desenvolvidos e implementados segundo duas estratégias fundamentais, a primeira delas por meio da execução de ações de caráter mais geral, que beneficiam todas as escolas e todos os alunos do nosso Estado.

Uma segunda estratégia focaliza o atendimento de um conjunto específico de escolas que, por suas características, merecem uma atenção especial do poder público. Nesse caso, vou citar o Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa, que já foi lançado pelo Governador do Estado, no mês de julho, e que tem por finalidade dar uma atenção toda particular às escolas que atendem às crianças especiais do nosso Estado, notadamente àquelas submetidas ao fenômeno da violência, e situadas na periferia dos grandes centros urbanos. O projeto começou atendendo a 70 escolas da periferia de Belo Horizonte e deverá se estender a todo o Estado, gradativamente. Esse é um exemplo de como uma medida poderá ser implementada a partir de necessidades específicas de grupos de escolas que, por viverem uma situação peculiar, demandam uma atenção especial do Estado.

Gostaria de falar que as questões da educação não se resolvem com soluções emergenciais. Há necessidade de se colocar os projetos da educação um pouco acima ou um pouco protegidos da influência da sazonalidade do calendário político e de se fazer uma grande discussão para que a educação se torne suprapartidária, e constitua um programa de toda a população e da sociedade mineira. Nesse sentido, a Secretaria de Educação começa, ainda neste ano, a mobilizar a sociedade para a elaboração do Plano Decenal de Educação do nosso Estado. Esse plano incluirá o Plano Estadual de Educação e os planos de educação dos 853 municípios. A idéia é fazer isso de uma maneira ordenada, para que os esforços despendidos na área da educação e os poucos recursos que o Estado e os municípios possuem, coordenados e orientados numa determinada direção, possam produzir e multiplicar os bons resultados que todos nós desejamos para a educação mineira.

Finalizando, quero aproveitar a ocasião para cumprimentar os professores pela passagem do 15 de outubro. Quero saudar aqueles que

escolheram, como projeto de vida, o exercício do magistério. É uma profissão que sabidamente pode ser gratificante, se soubermos extrair dela o prazer, a felicidade e a satisfação que pode oferecer. Mas sabemos também que é extremamente extenuante, porque exige e consome as melhores energias que possuímos dentro de nós mesmos. Quero saudar em especial os professores da rede pública, pelo desafio e pelas dificuldades que eles têm de enfrentar nos mais distantes lugares de Minas, mantendo acesas e em elevado nível a esperança e a confiança de que a educação pública pode se tornar um bem valioso para os nossos jovens e as nossas crianças.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passamos agora para a fase de debates. Esta Presidência passará a ler as questões escritas encaminhadas pelos participantes presentes e pelos telespectadores. A Presidência solicita aos Deputados e participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de 2 minutos para apresentar sua intervenção.

#### Debates

O Sr. Presidente - Vou iniciar o primeiro bloco fazendo perguntas por escrito e perguntas orais. Existe um último bloco de perguntas, que será dirigido aos grupos de trabalho, já que o número de perguntas está muito grande.

Pergunta dirigida à Secretária Maria Emília: "Que estratégias e projetos estruturadores são pensados para a prevenção e a redução de desastres urbanos?". Outra pergunta: "Sabemos que o saneamento é a principal base da saúde, e a senhora diz que haverá muitas melhoras. Como essas respostas serão dadas aos interessados para melhorar a política de saneamento, às questões mais práticas?"

Pergunta do Fórum Mineiro de Participação Popular: "Existe algum programa específico na Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana para a ampliação dos canais de participação popular nos processos de planejamento e gestão das cidades mineiras?"

Pergunta de Antônia, da Central de Movimentos Populares: "Como será investido 1% do ICMS para a moradia popular?"

Pergunta de Daniel, da Federação das Associações: "Em São Paulo, 1% da arrecadação do ICMS é destinada à habitação popular." A pergunta é também sobre a questão do 1% do ICMS mineiro.

Última pergunta para a Secretária Maria Emília: "Nesse contexto de recessão e de estagnação, vivemos sintomas que se agravam, tais como a crise social, o desemprego e a miséria. Como efetuar o retorno do homem da cidade para o campo, já que o êxodo rural traz um processo de ocupação irregular, favelização, etc.? Nessa visão de futuro, o retorno ao campo, ao meio rural é uma meta?"

Pergunta para o Rômulo, da SEDESE: "A SEDESE tem muitos conselhos vinculados. Não seria viável a fusão deles e a criação de um programa único, de um Conselho único, gerindo um grande programa de inclusão social, a exemplo do que ocorre em Santa Catarina?"

Pergunta do Sr. Enderson, da União dos Conselhos Municipais: "Tendo em vista que os programas apresentados para a assistência social são federais e com recursos federais, quais os que têm recursos do Governo Estadual na política pública da assistência social? Quanto será aplicado para a sua implementação?"

Pergunta de D. Vanete: "Por que Ribeirão das Neves não tem o Programa Fome Zero? Faltam pessoas capacitadas ou há falta de interesse do Prefeito?"

Pergunta de Robson, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Idoso: "É sabido que, ao longo dos anos e governos, as previsões orçamentárias voltadas para a assistência sempre foram praticamente inexistentes, prejudicando ações e projetos dos municípios e, em particular, políticas públicas voltadas para os idosos. Dentro das exposições feitas, mais uma vez, esse segmento não foi identificado nem atendido. Qual a explicação plausível do Secretário para essa situação, em relação ao Estatuto do Idoso sancionado recentemente?"

Pergunta para o Secretário Adjunto da Saúde: "Como fica a atenção à saúde da família, se já está sendo desmontada a maior parte das equipes de agentes comunitários que desenvolvem um bom trabalho? Para onde vão os recursos da assistência social? Existem setores que necessitaram de assistência social, no âmbito da saúde."

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Gostaria de ouvir todos os componentes da Mesa, mas, em razão do tempo limitado, restringirei a minha reflexão e minha pergunta ao meu valoroso colega e companheiro Hely Tarquínio, Secretário Adjunto de Saúde. Nós, enquanto batalhadores pelo SUS, profissionais da saúde, não temos o direito de racionalizar, de justificar que qualquer outro Governo, de qualquer nível, por estar desviando recursos da saúde, não cumpra o mínimo constitucional conseguido com tanto sacrifício e luta. Para garantirmos o mínimo constitucional, houve uma luta de muito tempo, que foi fruto de um trabalho de todos os que defendem a saúde neste Estado brasileiro.

Nós, da Bancada do PT, preocupados com gastos do Governo Federal que possam causar qualquer perspectiva de justificação para o não-cumprimento da emenda constitucional, assinamos documento, encaminhado ao Governo Lula, solicitando que o Governo Federal aplique o mínimo constitucional na saúde. Não posso aqui, mesmo na condição de apoiador e admirador do Lula, por seu talento e seu compromisso histórico, dizer que ele deve ou possa fazer isso, pois não deve. O Estado de Minas Gerais não pode justificar que não gasta o mínimo constitucional na saúde, só porque outros Estados também não gastam. Pois digo o contrário: no Brasil, existem Estados que aplicam o mínimo constitucional na saúde. Se disséssemos que a saúde é uma prioridade, como o Dr. Flávio Saporiti disse em relação à segurança pública, teríamos de colocar mais que determina a Constituição. A aplicação dos recursos da saúde é uma obrigação constitucional. Se quisermos construir o Estado democrático de direito e de justiça, não podemos abrir mão do cumprimento da ordem constitucional vigente. Isso não é questão de prioridade, essa é a ordem constitucional vigente neste País, que manda aplicarmos o mínimo de recursos na saúde.

As palavras do Subsecretário Hely Tarquínio, do ponto de vista retórico de propostas e intenções, são muito bonitas, mas não podemos dirigir nossas palavras para o futuro. Estamos com os pés no presente e temos de cumprir o que determina a Constituição. Se o Governo é sério e quer fazer com que a saúde seja referência de valorização da dignidade humana, temos de cumprir o que determinam as leis e a Constituição nesse momento. Lamentavelmente, o Governo é devedor da saúde e, em razão dessa dívida, há pessoas que morreram, que estão sofrendo ou que têm seqüelas que não podem mais ser corrigidas, por falta da aplicação de recursos em Governos anteriores, cuja dívida recai sobre o Governo vigente.

Mas o Governo não só não está aplicando o que deve, como também não está aplicando o que é da ordem deste momento, e que está no orçamento. Não basta somente colocar no orçamento, fazer um belo plano. Os planos de desenvolvimento vêm de muito tempo. Tomaremos como referência o Governo Hélio Garcia, que teve um bellissimo Plano Mineiro de Desenvolvimento, mas, no entanto, não se realiza, pois é muito mais retórica que prática.

Quero deixar registrada a cobrança de todos os Deputados do Bloco PT-PCdoB desta Casa para que os Governos cumpram a ordem constitucional vigente e apliquem o mínimo constitucional na saúde, caso contrário faremos apenas belas análises e projeções para o futuro, e este Estado não andar. O Estado paga sua dívida financeira e também tem de pagar, em todos os governos, sua dívida social. Não há como ficar devendo para o futuro a alguém que procura um transplante, um atendimento a uma doença grave, uma necessidade fundamental, isso não pode ficar para o futuro.

Acho interessante e aplaudo o que tem sido colocado pelo Governo Aécio Neves como proposta, mas lamento profundamente estar aqui sempre pedindo para que o Governo, na sua prática cotidiana, cumpra as determinações definidas pela Constituição e pelas leis do Estado.

O Sr. Ronaldo Sena - Parabenizo a Comissão de Participação Popular da Casa pela oportunidade que dá ao segmento da sociedade civil de discutir o PMDI e contribuir com o PPAG.

Minha pergunta é dirigida ao Dr. Rômulo. Vários municípios em Minas Gerais vêm implementando projetos de combate à pobreza, entre eles a qualificação sócio-profissional. No entanto, o usuário da assistência social demanda ações que lhe garantam oportunidades para o acesso ao mundo do trabalho porque o modelo de qualificação profissional tradicional não basta para inseri-lo no mercado. Qual a especificidade desses Centros Públicos de Promoção do Trabalho, apresentados pelo Deputado João Leite, para os usuários da assistência social, que não dominam a leitura nem a escrita e têm dificuldade de adaptação às regras e outras marcas de exclusão social, uma vez que sabemos que esse sistema de qualificação não atende o público da política de assistência social? Que público é esse? Morador de rua, portador de deficiência, famílias em situação de vulnerabilidade. Essa população não consegue acesso a esse tipo de qualificação. No Centro Popular de Trabalho está contemplada a especificidade desse público da assistência social?

O Sr. José Fernandes Pacheco - Nós, da minha geração, lemos muito Malba Tahan. Havia uma de suas histórias que falava de um sujeito que arrecadava recursos para a construção de um orfanato. Ele foi a uma casa, e seu dono, além de não lhe conceder o recurso que pedia, deu-lhe um tapa na cara, ocasionando-lhe o derramamento de um pouco de sangue. O sujeito limpou o sangue e perguntou-lhe: "E para as crianças?".

Nas falas que escutei várias vezes, foi pronunciada a palavra "prioridade". Falou-se em Jaíba, malha rodoviária, desburocratização, rio São Francisco, desenvolvimento urbano, PSIU, saneamento, aumento de competitividade, Rede Minas, telefonia. E depois, para minha alegria, o Dr. Hely Tarquínio, que é de Patos de Minas e, portanto, sempre trás boas mensagens, falou que nós estamos aqui para fazer acontecer a Constituição. Mas cadê o art. 227 da Constituição? Relacionamos uma porção de prioridades. E a própria palavra "prioridade", usada no plural, soa mal. Dos primeiros, qual é o primeiro? Vivemos um momento extremamente grave no que tange à questão da criança e do adolescente e gostaríamos de ouvir algo referente a esse campo. O assunto do dia de hoje, conforme anunciado no programa, é Desenvolvimento Social. E não ouvimos menção, em nenhum momento, ao art. 227 da Constituição, que diz ser a criança uma prioridade absoluta.

O Sr. Marcos Antônio da Silva - Cumprimento o Deputado André Quintão e demais componentes da Mesa. Minha pergunta é dirigida ao Dr. Hely Tarquínio. Sou funcionário de carreira da FHEMIG e, nesses 16 anos em que trabalho, nunca vi tamanha desorganização.

Lamentavelmente, com a posse do Governador Aécio Neves, as unidades da FHEMIG praticamente viraram cabide de emprego dos Deputados do PSDB que perderam a eleição. Gostaria muito que a imprensa e todos os senhores fossem ao Hospital João XXIII, onde trabalho, acompanhar o funcionamento do hospital, que até distribuiu nota sobre o assunto. E a realidade é a mesma no Hospital de Venda Nova, também administrado pela FHEMIG. A situação é crítica, mas não percebemos, nos planos de saúde expostos pelo Dr. Hely Tarquínio, uma tentativa de estruturação para dar atendimento digno à sociedade mineira, que necessita desses hospitais. De domingo para segunda, os três computadores do hospital estavam estragados, e tivemos de manualmente, atender uma fila enorme de pessoas, que chegam aingar nossas mães, que nada têm a ver com isso. Ou seja, os administradores estão dormindo, e sou eu quem paga o pato, pois nunca vou maltratar um cidadão que ali chegar, procurando atendimento.

Então, gostaríamos de saber se, dentro desse plano, está prevista uma reestruturação, com a valorização do servidor público, que faz com que aquela fundação exista até hoje. Atualmente, os servidores não têm motivação alguma para prestar um serviço de qualidade para a sociedade. O plano de carreira que o Governo está propondo só nos tira direitos; não traz nenhuma contribuição para que o servidor se motive a prestar um serviço de qualidade.

Também gostaria de colocar uma questão para o Secretário da Segurança Pública. Quando ouço falar na questão das drogas, lembro-me da Guerra do Vietnã. Quando os Estados Unidos, estavam com a guerra perdida, abafavam um canto e abriam outro. No Brasil, a droga só é fiscalizada para pobre, preto e puta, lamentavelmente. Todos sabemos que o uso de drogas vem das décadas de 30 e 40, e é observado principalmente na classe média alta. Mas nunca vimos uma tentativa de punir essas pessoas, que têm o poder na mão.

Quanto aos planos de segurança pública, muito bem expostos pelo Secretário, gostaria de saber qual a intenção do Governo com o Projeto de Lei nº 1.074, que está em tramitação nesta Casa e vem cobrar mais da sociedade. Quero saber qual é a idéia do Governo para melhorar a segurança pública para o cidadão que não pode pagar, porque o projeto é claro: se um cidadão, por qualquer motivo, chamar uma viatura - e falamos também do Corpo de Bombeiros - em sua casa, terá de pagar uma taxa complementar, que ainda vai depender da patente do Soldado que atendê-lo. Ou seja, o plano de segurança pública do Governo é só para os ricos? O pobre não vai ter direito à segurança pública?

O Sr. Presidente - Informo aos gerentes dos projetos estruturadores, coordenadores e consultores de grupos que a reunião preparatória será realizada no Teatro da Assembléia, às 13h15min.

O Sr. Roger Carvalho dos Santos - Boa tarde. Cumprimento a todos, elogiando mais uma vez o Deputado André Quintão, pela iniciativa dessas audiências públicas.

Seguindo a linha do companheiro Adelmo Carneiro Leão, quero dizer, sem cinismo ou arrogância, que, para nós, é preciso um pensamento mais crítico.

O conceito é importante pois, fora dele que referência temos? Há necessidade de que os conceitos sejam bem definidos, expressando a realidade, porque toda teoria retórica, entre aspas, deve expressar o fato como ele é, sem distorção, para que não haja enganos. Isso é fundamental para nós e nossos filhos vivermos melhor em Minas Gerais.

Tenho algumas preocupações, embora não queira entrar na questão da saúde, por ter o companheiro Adelmo Carneiro Leão sobre ela discorrido de maneira muito clara. Não desejo entrar nesse campo. Fazer com que a Constituição seja cumprida é um dever sagrado.

Ficarei no campo da educação. Além do ensino médio e fundamental, não podemos relegar ao fracasso a educação infantil no Brasil. As nossas crianças formam sua personalidade nessa fase. É uma questão de caráter, que diz respeito a todos os projetos colocados aqui, inclusive os que tratam de violência, criminalidade, produção, e relações humanas. Isso é muito sério.

Não basta apenas discutir, embora seja de grande importância, a questão do ensino e da pesquisa. Onde está a extensão das universidades? Há algum projeto? Desconheço.

Outra questão interessante é a demarcação do PPP e a questão das OSCIPs. Isso tem de ficar claro para nós, sob o ponto de vista do controle social. Ainda não está claro que, na parceria do público com o privado, haverá contrapartida em favor do social. Isso é terrível. No caso das OSCIPs, tenho medo de que não seja possível criar um fundo específico para fazermos o controle social, isto é, tudo o que sair das OSCIPs tem de entrar no fundo. Aí, sim, poderemos fazer o controle social.

Não sei, até hoje, do ponto de vista humano, o que significa capital humano. Gostaria que me respondessem. Se o ponto de vista for o do investimento, não é por aí, porque sabemos das complicações do binômio capital "versus" trabalho. Existe uma luta muito grande para superar essa contradição.

Não entendo o que é choque de gestão. Será que poderíamos tratar de políticas inovadoras de gestão? Vamos denominar o conceito e apontar o caminho. Sugiro que se definam os conceitos, tornando a realidade mais clara, transparente, estabelecendo-se melhor relação do ponto de vista desse grande projeto, que reconhecemos ousado. Temos de buscar as fontes e garantias. Muito obrigado.

A Sra. Darci Vilaça - Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado André Quintão, e os demais participantes. Colocarei uma questão para reflexão. A assistência social está inscrita na Constituição enquanto política pública. Infelizmente, segundo apresentações do Deputado João Leite, não vimos a assistência social aparecer enquanto um eixo estruturador do PPAG e do PMDI.

Queria dirigir duas perguntas ao Rômulo Viegas. "Por que não consta a assistência social como política pública no eixo estruturador do PMDI? Qual o percentual de recursos do Estado destinados aos programas da política de assistência social alocados no Fundo Estadual de Assistência Social?". O Deputado apresentou vários programas, e o único que abordou o problema dos recursos foi o Minas Sem Fome. O restante foram programas do Governo Federal executados por meio do Governo Estadual e dos municípios. Quanto aos programas que o Estado implementará, qual o percentual desses recursos?

O Sr. Evaristo Garcia - Segundo a "Gazeta Mercantil" de 7/12/2001 e o trabalho do Prof. Sacha Calmon, publicado no "Estado de Minas" de 22/12/2001, o PROER-1 destinou-se a socorrer os Bancos, e o PROER-2, a ajudar os grandes produtores rurais. Fiz aquela referência, Dra. Maria Emília, porque o Ruy Lage me disse que, quando precisasse, era só ir lá buscar porque a senhora era gerente de Banco na época da discussão do FGTS. Hoje os Bancos estão saneados, ganhando bilhões e ampliando muito o setor financeiro. Os ruralistas estão comprando bezerro, potro manga-larga e novilha por R\$3.000,00, quando custariam R\$200,00. A metade de uma vaca sai por R\$1.600.000,00 em leilão.

Houve desvio dos recursos destinados ao saneamento básico para famílias com renda de zero a três salários mínimos, de acordo com o Decreto nº 949, de 13/10/69. A senhora não acha que é um crime hediondo desviar recursos destinados à moradia, à saúde, à defesa da vida para esse fim? Não seria preciso fazer esses recursos retornarem à sua finalidade legítima? Os Bancos agora podem pagar. O BNDES empresta e recebe deles. Mas não existe liderança comunitária, não têm a mínima informação sobre essa falcatrua da social-democracia de FHC.

O Sr. José Dantas - Cumprimento a Mesa e todo o Plenário na pessoa do Deputado André Quintão. Começaria resgatando a questão da política de assistência social. Não há como entrar nesta Casa e não se lembrar dos acontecimentos. Nos últimos anos, a luta dos militantes na assistência social foi pela implementação de uma política pública de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social.

Os Deputados passaram por alguns momentos em que foi discutida a subvenção.

Era dinheiro da assistência social que ficava com os Deputados. Há pouco tempo, tivemos a questão dos salários altíssimos, havia Deputado que ganhava até R\$90.000,00. Tudo isso nos deixa indignado, principalmente a prática da política de assistência.

Como o Deputado Adelmo Carneiro Leão falou sobre política de saúde, a política de assistência é uma lei, foi criada em 1988. Até então os governantes que passaram pelo Estado e o atual Governo nunca se preocuparam com a implantação dessa política. Sempre a utilizam para a prática clientelista. Então, é muito difícil. As conferências estaduais são deliberativas dessa política, mas em nenhum momento foram respeitadas.

Em agosto aconteceu a V Conferência, várias prioridades foram apontadas para o Estado, e nesse projeto estruturante do Governo para os próximos 20 anos não se pensou na política de assistência social. Para nós, militantes que atuamos na área de assistência, isso é brincar com o ser humano. É muito difícil engolir tudo isso.

Os dez mandamentos do Estado para o futuro não citam a assistência social. Melhorar o IDH é excluir esse público da assistência social e pensar no que está pela frente? De que forma tratarão esse público, milhares e milhares de pessoas que não têm acesso a nada, que estão abaixo da linha de pobreza? Estamos inconformados com tudo o que vemos. Esperamos que se respeite a Lei Orgânica da Assistência Social e as deliberações das conferências estaduais. Não podemos esquecer as propostas apontadas nas conferências, pelo menos algumas, como a questão do imigrante - não funciona o atendimento ao imigrante - , do portador de deficiência e do adolescente infrator. Todas essas questões são apontadas como responsabilidade do Estado, que não as cumpre.

O Fundo de Assistência Social, pelo que acompanhamos, nunca recebeu dinheiro, quando chega algum recurso é do Governo Federal. Então, pergunto: como este Governo fará valer a Lei Orgânica de Assistência Social sem que essa lei esteja contida no projeto estruturante do Estado para os próximos 20 anos? Essa pergunta seria dirigida ao Secretário João Leite e à Renata, mas, infelizmente, eles priorizaram outras questões - não estou desmerecendo os companheiros que os estão representando.

O Sr. Renato Barros - Primeiramente, cumprimento o Deputado André Quintão e esta Assembléia Legislativa pela iniciativa da realização desta audiência pública. Aqui, ouvi os dez mandamentos do Governo Aécio Neves, com a visão de futuro apresentada pela Secretária Adjunta Renata Vilhena, e fiz uma análise dos pontos relacionados. Observei que todos os Secretários e Subsecretários presentes destacaram dois pontos.

Primeiro, quero destacar o choque de gestão feito pelo Governo e a nova visão que foi implementada. O choque de gestão tirou a visão social e colocou uma visão mais empresarial. O Marquinho da Sapatinha teve um papel importante quando distribuiu esse documento. A mesma visão econômica empresarial é a nossa realidade na estrutura do Estado. Exemplo disso é o Pronto-Socorro e as demais unidades da rede FHEMIG.

O segundo ponto é a parceria colocada pelo Governo, sempre destacando a importância dessa parceria com o setor privado. Existem alguns preceitos que são constitucionais e que definem a responsabilidade do Estado. Alguns deles já foram até colocados pelo Deputado Adelmo, quando falou sobre a saúde e o descumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que regulamenta a forma de investimento. Desde 2000, o Estado não cumpre as medidas legais e cabíveis. Com isso, onera o município, que tem investido cada vez mais para garantir o atendimento à sociedade. Não há como entender qual é a lógica dessa política em relação à sociedade, que é a usuária desses serviços. A promoção da saúde é um dever do Conselho Estadual de Saúde. Se esse Governo não cumprir a Emenda Constitucional nº 29, vamos ter que entrar com um

Mandado de Injunção exigindo o cumprimento da Constituição. Não podemos permitir que os governantes rasguem a Constituição Cidadã pela qual tanto lutamos, como acontece em Minas Gerais. Esse assunto será objeto de um grande debate na Conferência Estadual de Saúde, que será realizada de 30 de outubro a 2 de novembro: a responsabilidade que está sendo transferida para os municípios e a ausência de responsabilidade do Estado, que é quem deveria gerir o sistema. Gostaria que o Secretário Adjunto respondesse sem a justificativa de que precisa de uma lei complementar. A Constituição Federal é muito clara e os municípios têm cumprido sua parte.

Quanto às parcerias do Estado, acho que a sociedade muito contribui exigindo que o Estado cumpra aqueles princípios constitucionais de sua responsabilidade. Mas o Estado, tentando descumprir a Constituição, chama a sociedade para parcerias. Estamos vendo vários projetos nesta Casa. Um deles, do PPP, está sendo discutido com o Governo Federal, e vamos esperar para ver o que sai de lá. O outro é o das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs. Na verdade, trata-se da privatização do sistema público. Dirijo-me ao Secretário da Saúde para perguntar o que está sendo pensado em relação às estruturas da FHEMIG e à sua transformação em OSCIPs. O assunto está sendo amplamente debatido na estrutura da saúde, mas nada mais é do que a privatização do sistema público. Temos solicitado a esta Casa que promova uma audiência pública para ouvir a sociedade, que tem uma visão diferente sobre o assunto.

Também em relação às OSCIPs, gostaria de saber do Secretário da Educação o que está sendo pensado para o setor de educação com essa visão inovadora do Governo de parceria entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado. O Dr. Bernardo colocou uma série de pontos sobre parcerias e sobre o nível de investimentos do Estado. Gostaria, entretanto, de observar que o Estado está destinando R\$1.000.000.000,00 para a Escola de Samba da Mangueira. O carnaval é importante para o Rio de Janeiro, mas tenho visto que várias unidades do Estado estão tendo dificuldades financeiras. Se temos esse recurso para destinar à Escola de Samba da Mangueira, será que esse pessoal virá desfilar na Estrada Real também? É um absurdo vermos destinação de recurso para a Escola de Samba Mangueira, quando faltam gaze e medicamentos na estrutura da saúde. Quem sabe esses recursos também virão para os projetos daqui, para que eles possam fazer um desfile com esses recursos na Estrada Real, um grande projeto do Governo, de parceria para investimento do Estado?

O Sr. Asenclever Pantaleão da Silva - Tenho uma pergunta para Maria Emília e outra para o Secretário de Segurança. Maria Emília, é possível o Governo conceder incentivos fiscais às prestadoras de serviço na área de moradia popular, construtoras, empresas de terraplanagem, todos aqueles que prestam serviço nessa área? Seria possível o Governo conceder incentivos fiscais para baratear o custo dessa moradia?

Secretário de Segurança, são muitas as causas que geram o crescimento da violência. Certamente, uma das maiores é a impunidade. A certeza da impunidade campeia pelo Brasil afora. Recentemente, houve casos de repercussão nacional, do TRT de São Paulo, do Fisco do Rio de Janeiro, contra o INSS. Infelizmente, todos esses estão em casa, tranquilos, todos livres. É possível criar mecanismos ou leis, em nível federal, que limitem o abuso do Judiciário com "habeas corpus" liberados à revelia?

A Sra. Lúcia Diniz - Serei rápida. Agradeço ao André. Minha preocupação de falar aqui no Plenário e não só no grupo de trabalho é porque fiquei preocupada. Já participei de vários debates e exposições do Prof. Saporì, que admiro muito. Mas, nas falas anteriores, antes de integrar o Governo, sempre afirmou que a segurança e a violência nunca seriam resolvidas sem prevenção. E aí, assistência social é primordial. Entra desde a educação infantil, concordo com algumas falas que ocorreram aqui, que essa é de fundamental importância, mas também a assistência social. Se não tivermos política social, não adianta construir presídio, abrigo para adolescente, não adianta combater a droga depois que ela está instalada. Muito obrigada.

O Secretário Luiz Flávio Saporì - Começarei pela última pergunta, da Lúcia Diniz, minha prezada amiga. Talvez não tenha tido tempo de deixar claro, mas à tarde, no teatro, poderei explicar com mais detalhes. Temos absoluta consciência da importância da prevenção social, tanto que somos o único Estado brasileiro que tem na estrutura da segurança pública uma superintendência exclusivamente destinada a elaborar projeto de prevenção social. Nenhum outro Estado brasileiro trata a segurança pública como Minas. Isso não é banal.

Fala-se sempre em segurança pública em outros Estados, no nível da repressão policial. Tanto não é discurso que um grupo de técnicos está analisando um projeto, o Fica Vivo.

Para sair do proselitismo, falemos de coisas concretas. Temos um projeto sistematizado com recursos previstos. Está no orçamento. Qualquer um pode ver o que faremos nos próximos quatro anos. Começaremos por Belo Horizonte, depois iremos para Contagem, para Santa Luzia, onde o problema é gravíssimo, para o Palmital, para o Morro Alto, para o Cafezal. Há várias regiões complexas.

O problema das regiões onde o tráfico se instalou não é a falta de creche, não é a falta de escola, não é a falta de posto de saúde. Em boa parte dessas regiões existe essa estrutura mínima do Estado. O problema é que, nessas regiões, a estrutura mínima do Estado está tutelada pelo tráfico, pela violência. Estamos convictos de que não fazemos boa prevenção social simplesmente construindo escolas ou postos de saúde. Isso é inegavelmente importante, mas a prevenção social tem de ser direcionada para a cultura da violência. Não se lida com gangues de jovens com discurso. Não se lida com gangues de jovens que praticam o tráfico com palavras vazias. Precisamos de um projeto concreto que faça com que alguns desses jovens assimilem valores alternativos, com projetos artísticos, culturais, com oficinas nas escolas.

Temos uma parceria com a educação, o projeto Escola Viva Comunidade Ativa, em que a escola se abre para projetos específicos da comunidade. É assim que se faz prevenção social eficiente. Não queremos ganhar prêmio internacional. Não nos interessa fazer um projetinho para atender 20 jovens e ganhar prêmio da ONU. Pretendemos fazer projetos para atender a centenas de milhares de jovens nos próximos quatro anos e que terão resultado. Por isso nossa prevenção social tem um "slogan" - Fica Vivo -, tem uma metodologia elaborada, tem dinheiro previsto. Acabamos de receber R\$7.000.000,00 de Brasília. Queremos mais R\$20.000.000,00 para os próximos dois ou três anos.

Lamento que o Renato Barros não tenha entendido a idéia de choque de gestão. Acho que você precisa ler um pouco os documentos produzidos sobre o choque de gestão. Desculpe-me a sinceridade, mas sua visão é absolutamente equivocada, típica de quem está desinformado. O que estamos fazendo na área de segurança pública? Convido-o a visitar uma penitenciária do Estado ou uma casa de detenção de adolescentes infratores, para ver como se fez a gestão nos últimos anos, de forma amadorística e improvisada. Não temos nem a carreira de Agente Penitenciário constituída. Estamos dando uma perspectiva de ascensão funcional para o Agente Penitenciário e para o agente sócio-educativo, o que não existia. Para tratar melhor o adolescente infrator, precisamos dar dignidade de trabalho aos profissionais, o que ainda não há. Precisamos mudar a gestão, precisamos tornar as penitenciárias unidades de produção. Não basta o dinheiro público financiar o preso. O preso tem de trabalhar para sustentar a unidade. É o que faremos. É o que denominamos choque de gestão. É gastar bem o dinheiro público, que já é escasso. Precisamos gastá-lo bem, porque é o dinheiro de cada um de nós. Essa não é uma visão neoliberal. Desculpe-me a sinceridade. Leia um pouco mais para entender o que estamos fazendo.

Por fim, você sabe muito bem que a taxa de segurança pública já existe. Na verdade, a decisão foi mais da Secretaria da Fazenda de incluir algumas taxas adicionais. Certamente, isso ainda será discutido no âmbito da Assembléia, com a participação popular, porque é importante fortalecermos a taxa de segurança pública e o Fundo Penitenciário Estadual.

Nossa grande discussão, em nível federal, é que uma porcentagem da CPMF seja exclusivamente destinada à segurança pública. É o que o Governador Aécio Neves tem defendido na reforma tributária.

Alguém perguntou sobre impunidade.

Defendemos a reforma, não do Código Penal, mas do Código de Processo Penal, a fim de tornar a justiça criminal mais ágil, menos burocratizada. O problema não é do Judiciário, e sim do Código, que precisa ser reformado. É o que Minas está defendendo junto ao Ministro da Justiça.

O Secretário Adjunto João Antônio Filocre Saraiva - Gostaria de manifestar-me sobre vários aspectos abordados, mas, infelizmente, preciso retirar-me para a apresentação dos projetos estruturadores. Eu me limitarei a duas observações relacionadas à área da educação. Sobre a pergunta direta a respeito da OSCIP da área da educação, a resposta é curta e direta. Na área da educação não há nada pensado, examinado, planejado ou cogitado.

Quanto à educação infantil, isso poderá ser discutido na sessão relativa ao projeto estruturador do ensino fundamental. Embora esteja falando em ensino fundamental, também estou falando em educação infantil, em ampliar o ensino fundamental para 9 anos, estendendo esse ensino para o atendimento de crianças de 6 anos. Isso significa que Minas será o único Estado brasileiro onde a educação infantil, ao invés de durar dos 4 aos 6 anos, durará dos 4 aos 5 anos. É o único Estado do Brasil que terá a educação infantil de dois anos apenas. Com essa medida, fica assegurado a todas as nossas crianças pelo menos um ano, que hoje é conhecido como a pré-escola. Todas as crianças de Minas Gerais terão esse atendimento. Nenhum outro Estado tomou essa medida ou foi capaz de fazer isso nessa dimensão que Minas fez. Trata-se de uma medida extremamente importante e poderá ser bem avaliada na discussão do grupo de trabalho.

Agradeço por ter participado da reunião e peço licença para retirar-me. Muito obrigado.

O Subsecretário Rômulo Viegas - Boa tarde. É com muita satisfação que estou representando o nosso Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes, Deputado João Leite.

Quero, rapidamente, esclarecer ao Sívio André de Oliveira que, para mim, essa unificação de conselhos seria um retrocesso. A característica de Santa Catarina é bastante diferenciada da de Minas Gerais, com seus 853 municípios e distritos distantes da sede. Há necessidade de os conselhos atuarem dentro das políticas específicas.

Respondendo à D. Vanete Félix, a respeito da razão pela qual o Município de Ribeirão das Neves não está inserido no Programa Fome Zero, tenho a explicar que se trata de uma decisão do Governo Federal, que resolveu que os municípios mineiros incluídos no Programa deviam ser, num primeiro momento, do semi-árido do Estado. Acredito que, de acordo com as nossas reivindicações e os planos apresentados, mais municípios poderão ser colocados.

As demais perguntas do Anderson, do Robson, da Rosa e do José Dantas são similares. Eles questionam o fato de o Estado ainda não ter uma política de assistência social, com seus programas específicos, e solicitam esclarecimento sobre o percentual dos recursos destinados à política de assistência social. Estou vivendo momento de experiência muito importante na minha vida, porque, sendo Subsecretário do Trabalho e Assistência Social, fui também eleito Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, conselho que já é bastante organizado, qualificado e coloca a política de assistência social de direito, de dever e de qualidade. Historicamente, sabemos que o Estado vem, aos poucos, aplicando recursos nessa área.

Mas o Governo Aécio Neves, com as nossas solicitações, com as nossas reivindicações, acena com a possibilidade de melhoria desse fato. Por exemplo, para o Programa Migrante, para o qual havia recursos pequenos, já há, este ano, um volume de R\$300.000,00. Em breve, ele estará na conta do nosso Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

Há muitas outras coisas. No grupo da tarde, há o programa específico de assistência à família na área da assistência social e também o de proteção e amparo ao idoso. Eles têm recursos ainda pequenos, mas que irão evidentemente retratar meu pensamento, ou seja, o pensamento da Secretaria do Planejamento. Não dá mais para o Estado, nem para a União, muito menos para os municípios conviverem com orçamentos não realistas, ou seja, colocarem rubricas orçamentárias bastante expressivas que, depois, não estarão afinadas com o financeiro. Estamos percebendo, por parte do Governo Federal e por parte da Presidência da República, uma sensibilidade em relação à reivindicação do nosso Governador Aécio Neves para que faça uma reforma tributária adequada. Assim, o Estado será um co-financiador das políticas públicas, principalmente Minas Gerais, que tem 853 municípios com distintas modalidades na área da assistência social. Na parte da tarde, entendo eu, poderemos estar envolvidos com as pessoas indicadas para promovermos os debates necessários.

O Sr. Bernardo Kliksberg - Em nome da Secretária Adjunta Renata Vilhena, responderei a duas perguntas. Uma foi sobre o choque de gestão, e a outra, sobre o Programa Estrada Real. Sobre a última, verifiquei que não consta no orçamento nenhuma previsão desse recurso de R\$1.000.000,00 para a Escola de Samba Mangueira. Acredito que, se ele existe e está sendo destinado à Escola de Samba, deve ser proveniente do Instituto Estrada Real, uma parceria do Estado com a FIEMG e outras organizações ligadas ao turismo. Posso afirmar, com quase 100% de certeza, que não deve estar ocorrendo nenhum desembolso do Tesouro Estadual para que a Escola de Samba Mangueira desfile com o tema Estrada Real, no ano que vem. Aliás, penso que isso, para o Estado, será extremamente importante, porque o carnaval é a maior festa popular que temos. É a festa popular de maior visibilidade do mundo, e ter a Estrada Real com os seus municípios reverenciados pela escola mais tradicional do carnaval carioca trará um grande desenvolvimento, com geração de emprego e renda, para aquela região. Em consequência, haverá também um aumento da qualidade de vida dos seus habitantes, o objetivo de todos nós.

Sobre o termo "choque de gestão" e outros utilizados pelo Governo, quero dizer que eles visam a comunicar à sociedade a intenção do Governo de recuperar o papel precípuo do Estado de atender ao cidadão. Então, a intenção desse termo é estabelecer uma comunicação com a sociedade. Nos diversos níveis do Governo temos exemplos de termos que, criativamente, estabelecem uma comunicação com a sociedade. Temos o "fome zero", o "espetáculo do crescimento", as "vacas magras", que, igualmente e com muita criatividade, estabelecem comunicação com a sociedade, demonstrando uma intenção do Governo de fazer algo. Basicamente, respondi às duas questões colocadas para a Secretaria de Planejamento e Gestão.

A Secretária Maria Emília Rocha Melo - Tentarei ser rápida, pois as perguntas para mim foram muitas. A primeira delas é da Rosângela, que pergunta se há algum projeto estruturado pensado para a prevenção e redução de desastres urbanos. Na verdade, temos grandes projetos preventivos de regularização fundiária, de drenagem, e uma atuação integrada de ações de todo o setor público. A secretaria integra o Sistema Estadual de Defesa Civil, que é componente do sistema nacional. Temos também os Sistemas Municipais de Defesa Civil. No caso de desastres urbanos, que são coisas muito abrangentes, são acionadas as Secretarias específicas para que elas trabalhem no momento das ocorrências.

E, em outros momentos de prevenção, a idéia é trabalhar principalmente com os municípios, porque são questões muito afetas a eles e às suas legislações. Pretendemos trabalhar de forma integrada, principalmente na questão de regularização fundiária, drenagem e melhoria dessa subhabitação.

Ana Maria Murta pergunta se existe algum programa específico para a ampliação dos canais de participação popular no processo de planejamento e gestão das cidades mineiras. Estamos implantando o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, que terá câmaras temáticas específicas sobre habitação, saneamento, problemas urbanos e metropolitanos. Mais ainda, nos dias 22 e 23 de setembro, tivemos a primeira conferência das cidades de Minas Gerais. Foi um evento em que mais de 1.600 pessoas, de mais da metade dos municípios mineiros, vieram discutir sobre essas questões. Pretendemos que essa conferência se realize pelo menos de dois em dois anos.

Obviamente, dentro da diretriz de Governo, a Secretaria está aberta a todos que queiram colocar suas colaborações ou críticas.

Antônio de Pádua e Daniel dos Santos fazem referência ao 1% do ICMS para moradia popular. Essa vinculação não existe em Minas Gerais e, a partir da Constituição de 88, ficou proibida. Essa vinculação é anterior à Constituição, qualquer vinculação a ações específicas depende de emendas constitucionais, como foi o caso da saúde, que ocorreu depois da Constituição, mas foi uma emenda. Mesmo não havendo essa vinculação, o ICMS é uma das maiores fontes de recursos do Estado. Então, é importante que o Estado tenha condições de alocar esses recursos no orçamento, para que com eles se trabalhe a habitação popular também.

Lúcia Maria nos fala sobre a importância do saneamento para a saúde e pergunta se suas questões poderiam rebater isso. Realmente, temos alguns indicadores de que os riscos para a saúde aumentam em 174% para as crianças, quando temos os esgotos escoando por vias públicas. Os riscos para a saúde aumentam, de forma geral, em 97%, devido à disposição inadequada do esgoto ou do lixo. E temos outros indicadores. Como pretendemos enfrentar isso? No Projeto Estruturador Saneamento, Mais Saúde para Todos estamos prevendo um investimento de R\$4.350.000.000,00, sendo que 60% iriam para a área de esgoto, uma questão fundamental no Estado de Minas Gerais. Nossa meta é implementar projetos que constam no programa de Governo do Aécio Neves, passando de 6%, que é o percentual de esgoto tratado atualmente, para 50%, num horizonte médio de pelo menos oito anos. Isso tem uma importância fundamental para a saúde, da mesma forma que a coleta de lixo. Temos uma meta de atender a 830 mil famílias com a coleta de lixo, há ainda os módulos sanitários que mencionei, cuja meta é atender a 60 mil famílias, com sua instalação.

Temos a pergunta da Marciolândia, que nos fala de projetos de retorno ao campo, das mazelas que a urbanização desordenada e desenfreada trouxe para a cidade, expulsando as pessoas do campo. Pergunta se não haveria uma estratégia para esse retorno, se isso é uma meta. Quero dizer que, com certeza, temos vários projetos com enfoque regional e rural.

Citarei o nome de alguns: Potencialização do Agronegócio Mineiro; Minas sem Fome, em que um dos objetivos é dar meios à população rural de produção de alimentos que atendam às necessidades básicas; Projeto Jaíba; um projeto de construção de infra-estrutura rural; Projeto de Combate à Pobreza nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que prevê a fixação do homem no campo; e um projeto de apoio à reforma agrária.

Havia uma questão - e não sei quem a formulou -, sobre quais os recursos previstos para o Lares Gerais e para o Projeto de Saneamento. Para o Lares Gerais, R\$1.034.000.000,00; para o Projeto de Saneamento, R\$4.300.000.000,00, sendo 60%, ou seja, R\$2.580.000.000,00, para a área de esgoto. Dentre as diversas fontes, um destaque para o plano de investimentos da COPASA, que está em R\$2.700.000.000,00; ou seja, mais de 60% dos recursos previstos são da COPASA.

Temos a questão do Sr. Garcia. Não tenho toda a resposta para sua pergunta, com relação ao PROER. O que sei, com absoluta certeza, é que os recursos efetivamente vinculados ao saneamento são do FGTS. Quarenta por cento dos recursos do FGTS são vinculados à área de saneamento e infra-estrutura e 60% à área de habitação. Não é do meu conhecimento que esses recursos tenham sido desviados para o PROER. O senhor pode estar fazendo referência a outros recursos, que talvez se encontrem no BNDES, como o FAT. É apenas o que conheço.

Temos a questão do Asenclever, que fala sobre incentivos fiscais para prestadores de serviços para construção. Nunca pensamos nisso. Quando pensamos em incentivos e subsídios, a tendência é esses recursos irem direto para o beneficiário, constituindo subsídios pessoais, intransferíveis, transparentes, para o beneficiário de baixa renda, e não para os setores prestadores de serviço, da própria construção ou de materiais. Há algo de incentivos para materiais específicos direcionados a famílias de baixa renda, além dos incentivos diretos.

A Sra. Luzia Maria - Uma questão de ordem. Fiz uma pergunta relativa ao saneamento e você falou Lúcia Maria. Gostaria de saber se não houve engano de sua parte.

A Secretária Maria Emília Rocha Melo- Não tenho essa pergunta. Algumas perguntas que chegaram depois...

A Sra. Luzia Maria - Gostaria apenas de saber se é Lúcia Maria ou Luzia Maria.

A Secretária Maria Emília Rocha Melo - É Luzia Maria, desculpe - é a pressa para não extrapolar os 5 minutos.

Proponho-me a responder questões pendentes após o término desta reunião.

O Sr. Presidente - Agradeço à Secretária Maria Emília a disponibilidade e passo a palavra ao Secretário Hely Tarquínio.

O Secretário Adjunto Hely Tarquínio - Respondendo ao companheiro Adelmo Carneiro Leão, não foi apenas figura de retórica; esse é o plano que o Governo tem. É um plano realista, feito com base nos dias de hoje e com uma visão do futuro. É claro que são quatro anos para o PPAG, e não há como solucionar em um passe de mágica um problema de tal monta. Quando iniciei minha exposição, disse que nosso grande problema é a estagnação do desenvolvimento social e econômico. Com um déficit público cada vez maior, fica muito difícil reverter a situação da saúde de uma hora para outra. Não há dúvida de que toda aquela rede solidária e hierarquizada que desenhamos ainda está no papel, mas já temos uma rede funcionando.

Mas o Deputado Adelmo sabe que sempre fui transparente, e estou sempre alertando aos Deputados desta Casa quanto aos gastos com a saúde. Nos três mandatos em que aqui estive, nenhum Governo cumpriu esses gastos, e todos maquiaram. Então, carecíamos dessa emenda, como apareceu. Mas, se observarmos a educação, que é irmã gêmea da saúde no que tange ao IDH, etc., perceberemos que, para a educação, foi preciso haver uma lei complementar. E mais: trata-se de dívida jurídica; é auto-aplicável, mas é discutível. Isso talvez acabe no Supremo Tribunal Federal. Ontem mesmo entraram com uma ação no Supremo a respeito do problema da saúde, em função da desvinculação de 20% das receitas. Temo que isso possa acontecer. O Deputado sabe muito bem que, pela PEC, 15% cabem ao município - e alguns Prefeitos estão gastando até mais. Quanto aos nossos 12%, eles nunca foram gastos. Acredito que isso ainda acontecerá, mesmo com todas essas propostas do Governo, que está tentando gastar de forma realista, com o pé no chão. Mas o fato é que ainda estamos na fase de choque.

Não quero fugir da realidade diante dos senhores, e o Governador nos recomendou transparência, que é exatamente o que pretendo ter nesta discussão. Historicamente, esses 12% nunca foram gastos. Parece-me que neste ano teríamos de gastar 10,8%, e provavelmente isso não vai acontecer. Até porque, se não houver uma lei em que se especifique o que é gasto com saúde, a situação se complica ainda mais. Não podemos dizer, por exemplo, que os gastos de 5% com esgoto são para a saúde. E vocês sabem muito bem qual é a maneira de fazermos as coisas. A própria Constituição está com 41 emendas ou mais, lá em cima, e com 53 aqui. Tudo isso significa desrespeito à lei.

O Governador quer respeitar a lei e está procurando fazê-lo. Mas não há um passe de mágica. Não vejo, de maneira honesta e clara, forma de cumprir-se isso, até porque é o PIB nacional, que é variável, que fornece o gasto da esfera federal, que também não será o exigido. Agora, deixo aqui, para reflexão, a necessidade de que isso seja cobrado.

Também resta-nos a questão ideológica de social democracia e socialismo. Não quero fugir disso, mas é função deste parlamento. Respondendo ao Renato de Bastos, com relação às OSCIPs, está em andamento na Secretaria um debate muito democrático de que você mesmo participa, e isso será discutido neste parlamento, que decidirá de acordo com a maioria - a maioria do arco-íris com que Montesquieu sonhou e em que estão expressas todas as tendências da sociedade. Mas sempre discutimos aqui, meu caro Adelmo Carneiro Leão, sobre o oceano que separa o Estado de direito democrático, que a Constituição consagra, e o Estado que temos de fato, que reflete a diferença entre ricos e pobres. Não acho que se possa mudar essa situação de maneira rápida, mas posso garantir a vocês que o Governo está agindo com coragem, com esforço e com firmeza de alma, com o apoio de todos, mas com liberdade, para que cada um defenda os seus direitos. Para isso, temos de trabalhar para que a emenda à Constituição seja cumprida.

Isso terminará em discussão jurídica porque, se com a educação ocorreu desse jeito, com a saúde não será diferente, apesar de não sabermos quem veio primeiro: a educação ou a saúde.

Com relação ao questionamento da Sra. Anália, relativo ao Programa de Saúde da Família, que diz que esse programa está sendo desmontado; D. Anália, o PSF é um esforço conjugado das três esferas, daí a necessidade de conscientização do SUS.

Portanto, devemos ter uma atuação firme na Conferência Nacional de Saúde, nas conferências municipal e estadual, falar das mazelas, para que se crie a ordem constitucional, infraconstitucional, das leis ordinárias, a fim de que essas leis sejam cumpridas.

Às vezes um município, seja ele qual for, até mesmo um Governo do PT, pode não estar cumprindo com o PSF. Não que tenha algo contra o PT. Hoje, estamos unidos sob todas as necessidades e sonhos.

A seguridade social é triplíce: saúde, previdência e assistência social. Confesso à senhora que a assistência social sempre foi tratada de longe, devido ao próprio subdesenvolvimento brasileiro; não fosse isso, teríamos melhor assistência. Até em Brasília, a assistência social é tratada no Ministério da Previdência e Assistência Social, de tanto que ela é vilipendiada.

A assistência social para os adolescentes deve seguir o esquema do Brizola - não sou do PDT -, mas para melhorar as famílias, elas devem ser responsáveis pelos seus filhos, levando-os e buscando-os na escola à noite. Não sei se têm dinheiro para isso, mas essa é a melhor forma de se combaterem problemas sociais da infância e da adolescência.

Com relação à pergunta do Sr. Renato Barros sobre o hospital da FHEMIG, volto a dizer, a questão está sendo discutida. É preciso melhorar muito e encontrar a gestão ideal. É necessário melhorar a ferramenta da gestão nos hospitais da FHEMIG. Porém, apenas recentemente assumimos essa questão. O PMDI e o PPAG de 2003 são do Governo passado.

Se faltou alguma resposta, estou pronto a responder.

O Sr. Luiz Aureliano Gama de Andrade - Ressalto que vivemos hoje, pela manhã, um espetáculo da democracia. É extremamente importante, numa Casa Legislativa, esse encontro crítico, mas não áspero e desrespeitoso entre Governo e sociedade civil, esta cumprindo com o seu papel de cobrar e avaliar, exigindo que os Governos cumpram o que prometem, para o que receberam um mandato e poder. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: nesse exercício de democracia aparecem limitações, entre elas a de recursos. Os recursos não são infinitos, mas as necessidades são ilimitadas. Então, é preciso que haja discussão, debate, escolha, criatividade para sugerir soluções, até mesmo denúncia de desperdícios, de processos que redundam em perdas, em prejuízo do bem-estar da sociedade.

Acho que esses dois fatos que ocorreram pela manhã justificam largamente este evento, e, com essas observações, encerro a minha participação. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Prof. Luiz Aureliano. Esclarecemos ao Plenário que daqui a pouco os grupos retomarão os trabalhos, e que haverá a redivisão do tempo, com um espaço maior para os debates. Ao final da tarde, no Plenário, haverá a apresentação das sugestões, que poderão ser transformadas em emendas da Comissão. A Presidência agradece a presença das autoridades e dos participantes.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em 9/10/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Adalclever Lopes, Djalma Diniz e Laudelino Augusto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados para obter informações sobre a ausência de balanças para pesagem de caminhões nas rodovias estaduais e federais em Minas Gerais e sobre a substituição do solo mole na BR-381-Fernão Dias, atendendo-se a requerimento do Deputado Célio Moreira. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto, solicitando se realize audiência pública para discutir o modelo de fiscalização feito pelas Receitas Estadual e Federal no transporte rodoviário e ferroviário de carga no Estado e solicitando seja pedido ao Diretor-Geral do DER-MG cópia do relatório elaborado pelo Ministério da Fazenda, a pedido do BID, sobre a BR-381 e informações sobre os aditamentos feitos nos contratos relativos à citada rodovia; e Célio Moreira, em que solicita sejam pedidas ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre valores pagos a empresas para a retirada do solo mole na BR-381 e cópias dos contratos de construção e manutenção das balanças de pesagem nas estradas de Minas Gerais. Registra-se o voto contrário do Deputado Djalma Diniz aos requerimentos do Deputado Célio Moreira. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto objeto da reunião. Registra-se a presença dos Srs. Haroldo Carlos da Costa, Lindberg Ribeiro Garcia e Geraldo Campos Valadão, respectivamente Diretor de Construção e Assessores da Diretoria do DER-MG; Álvaro Campos de Carvalho, da 6ª UNIT do DNIT; Waltair Vasconcelos Sobrinho, Superintendente Substituto da Polícia Rodoviária Federal, e Maj. PM Augusto César Dias, Assessor de Atividades Especializadas do Estado-Maior da PMMG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 14/10/2003

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares e Leonardo Moreira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Mauro Lobo, Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana e José Henrique, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Alberto Pinto Coelho, Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, Dalmo Ribeiro Silva, Dinis Pinheiro, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Jô Moraes, Leonardo Quintão, Lúcia Pacífico, Paulo César, Paulo Piau, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Sebastião Navarro Vieira e Zé Maia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os Projetos de Lei nºs 1.078 a 1.083/2003, do Governador do Estado, que tratam de temas tributários, e que foram convidadas as seguintes Comissões para participar desta reunião: Segurança Pública, Administração Pública, Defesa do Consumidor e Meio Ambiente. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os seguintes convidados, que discorrerão sobre a matéria objeto desta reunião: Srs. Ricardo Luiz Oliveira, Assessor da Subsecretaria da Receita Estadual, e Paulo Roberto de Carvalho Silva, Assessor da Superintendência de Legislação Tributária da Secretaria da Fazenda, representando o Secretário; Antônio de Pádua Silva, Presidente do SINDIFISCO; José Antônio Braga, Juiz-Corregedor Superintendente dos Serviços Notariais de Registro do Estado; e os Tenentes-Coronéis Cláudio Vinício Serra Teixeira, Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, acompanhado do Cap. Carlos Alberto Marques, e Cleunício Alves Ferreira, Chefe da 6ª Seção do Estado-Maior da PMMG, acompanhado do Maj. Itamar de Almeida Sá, os quais são convidados a tomar assento à mesa, e registra a presença dos Srs. Carlos Eloy, Secretário Especial do Presidente do Tribunal de Justiça; Oliveira Santiago Maciel, Chefe da Divisão do Apoio Administrativo do DETRAN-MG; Antônio Eustáquio Oliver, Chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente; Eugênio Klein Dutra, Presidente do Sindicato dos Notários e Registradores; Francisco José Rezende dos Santos, Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado; Maurício Leonardo, Tabelião do Cartório do 8º Ofício de Notas Belo Horizonte; e Jander Filaretti, Vereador à Câmara Municipal de Contagem. A Presidência concede a palavra aos Deputados Chico Simões e Weliton Prado, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Neste instante, o Deputado Ermano Batista assume a Presidência da reunião. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Rogério Correia, Jayro Lessa e Adalclever Lopes, em que solicitam seja convidado o Secretário da Fazenda para debater, nas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, os Projetos de Lei nºs 1.078 a 1.083/2003, do Governador do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Ermano Batista, Presidente - Jayro Lessa - Leonardo Moreira - Sebastião Helvécio - Mauro Lobo - Weliton Prado - Gilberto Abramo - Bonifácio Mourão - Chico Simões.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 89ª reunião ordinária, em 21/10/2003

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do Ciclo de Debates Revitalização e Transposição do Rio São Francisco.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação do nome do Prof. Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação do Requerimento nº 908/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita informações ao Comandante-Geral da PMMG sobre a sindicância aberta para apurar denúncia contra os policiais militares Cabos Ferraz e Fábio, que servem no Município de Ewbank da Câmara. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 915/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Ouvidor da Polícia do Estado de Minas Gerais o envio a esta Casa de cópia do último relatório sobre desvio de conduta de policiais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 931/2003, do Deputado Fábio Avelar, em que solicita informações ao Presidente da COPASA sobre os municípios

em débito com a Companhia e sobre os municípios que negociaram os respectivos débitos e em que bases, bem como o envio a esta Casa de cópia dos contratos celebrados com cada município. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 944/2003, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao Subsecretário de Assuntos Municipais da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana o envio a esta Casa do plano de reorganização e revitalização das agências do Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU - no Estado, em especial o de Coronel Fabriciano, bem como os programas a serem implementados nos referidos órgãos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 946/2003, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente o envio a esta Casa dos documentos relativos ao licenciamento ambiental de Capim Branco I e II, especialmente o parecer técnico contrário à construção dos barramentos e à decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental que deliberou sobre tal licenciamento. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 947/2003, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Secretário de Defesa Social informações sobre o déficit de vagas no sistema prisional e sobre a necessidade de pessoal para exercício de atividade policial nas Polícias Civil e Militar do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481/2003, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maravilhas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568/2003, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Azul o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 143/2003, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o serviço disque denúncia de agressões ao meio ambiente no território do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas de nºs 3 e 4, da Comissão de Meio Ambiente .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 304/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que altera o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.396, de 6/1/94, que cria o Fundo de Fomento Sócio-Econômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 361/2003, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas rodovias estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 740/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goianá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 21/10/2003

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 889/2003, do Governador do Estado; 157/2003, do Deputado Rogério Correia; 867/2003, do Deputado José Henrique; 877/2003, da Deputada Maria Tereza Lara; 871/2003, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Representação Popular nº 1/2003, de autoria popular.

Requerimentos nºs 1.600 e 1.601/2003, do Deputado Alencar da Silveira; 1.605/2003, do Deputado Domingos Sávio; 1.615/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Finalidade: discutir o Projeto de Lei nº 1.004/2003, que altera a denominação e os objetivos sociais da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG -, e dá outras providências.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 21/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 629/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 679/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 806/2003, do Deputado Domingos Sávio; 876/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 964/2003, do Deputado André Quintão.

Requerimentos nºs 1.620/2003, da Comissão Especial da Expansão do Metrô; 1.631/2003, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 21/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.514/2003, do Deputado Zé Maia; 1.549, 1562 e 1565/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.585 a 1587/2003, do Deputado Antônio Andrade; 1.608/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 14h30min do dia 21/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 273/2003, do Deputado Paulo Piau; 99/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Em turno único: Projeto de Lei nº 906/2003, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 381/2003, do Deputado Ermano Batista; 443/2003, da Deputada Cecília Ferramenta; 455/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 475/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 488/2003, do Deputado Antônio Júlio; 726/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 730/2003, do Deputado Ivair Nogueira; 731/2003, da Deputada Maria Olívia; 733/2003, do Deputado Rêmoló Aloise; 753/2003, do Deputado Djalma Diniz; 760/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 763/2003, do Deputado Ricardo Duarte; 772/2003, do Deputado Chico Rafael; 775/2003, do Deputado Dilzon Melo; 783/2003, do Deputado Djalma Diniz; 797/2003, da Deputada Maria José Hauelsen; 820 e 821/2003, do Deputado Padre João; 822/2003, do Deputado Rogério Correia; 825/2003, do Deputado Domingos Sávio; 834/2003, do Deputado Pinduça Ferreira; 851/2003, do Deputado José Henrique; 856/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 857/2003, do Deputado Neider Moreira; 858/2003, do Deputado Paulo Cesar; 860/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 869/2003, do Deputado Neider Moreira; 872/2003, do Deputado Márcio Passos; 874/2003, do Deputado Chico Rafael; 879 e 881/2003, do Deputado Zé Maia; 891/2003, do Deputado Doutor Viana; 897/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 901/2003, do Deputado Dilzon Melo; 905/2003, do Deputado Durval

Ângelo; 908/2003, do Deputado Leonídio Bouças; 910/2003, do Deputado Rogério Correia; 911 e 912/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 914/2003, do Deputado Domingos Sávio; 917/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 923/2003, do Deputado Sargento Rodrigues; 936/2003, do Deputado Alberto Bejani; 967/2003, do Deputado Ricardo Duarte; 995/2003, do Deputado Laudelino Augusto.

Requerimentos nºs 1.535 e 1.536/2003, do Deputado Domingos Sávio; 1.590/2003, do Deputado Biel Rocha; 1.594 e 1.595/2003, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 15 horas do dia 21/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 15 horas do dia 21/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 179/2003, do Deputado Weliton Prado; 647/2003, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 520 e 522/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 22/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 21 de outubro de 2003, destinada I - à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase: à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicação, pelo Governador do Estado, do nome do Prof. Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação; e dos Requerimentos nºs 908/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita informações ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais sobre a sindicância aberta para apurar denúncia contra os policiais militares Cabos Ferraz e Fábio, que servem no Município de Ewbank da Câmara; 915/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Ouvidor da Polícia do Estado de Minas Gerais o envio a esta Casa de cópia do último relatório sobre desvio de conduta de policiais; 931/2003, do Deputado Fábio Avelar, em que solicita informações ao Presidente da COPASA-MG sobre os municípios em débito com a Companhia e sobre os municípios que negociaram os respectivos débitos e em que bases, bem como o envio a esta Casa de cópia dos contratos celebrados com cada município; 944/2003, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao Subsecretário de Assuntos Municipais da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana o envio a esta Casa do plano de reorganização e revitalização das agências do Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU - no Estado e, em especial, o de Coronel Fabriciano, bem como os programas a serem implementados nos referidos órgãos; 946/2003, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente o envio a esta Casa dos documentos relativos ao licenciamento ambiental de Capim Branco I e II, especialmente o parecer técnico contrário à construção dos barramentos e à decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental que deliberou sobre tal licenciamento; e 947/2003, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Secretário de Defesa Social informações sobre o déficit de vagas no sistema prisional e sobre a necessidade de pessoal para exercício de atividade policial nas Polícias Civil e Militar do Estado; e, 2ª Fase: à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis; e dos Projetos de Lei nºs 143/2003, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o serviço disque denúncia de

agressões ao meio ambiente no território do Estado de; 304/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que altera o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.396, de 6/1/94, que cria o Fundo de Fomento Sócio-Econômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE -, e dá outras providências; 361/2003, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas rodovias estaduais; 481/2003, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maravilhas o imóvel que especifica; 568/2003, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Azul o imóvel que especifica; 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia; e 740/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goianá o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

#### Edital de convocação

#### 11ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rêmoló Aloise, Adelmo Carneiro Leão, Dilzon Melo, Antônio Andrade, Luiz Fernando Faria e Pastor George, membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 22/10/2003, às 10 horas, no Salão Nobre.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 20 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Durval Ângelo, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 540, 1.079 a 1.083, 644, 663, 695, 863, 878, 993, 998, 1.037, 1.042, 1.067, 1.101 e 1.139/2003; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Vanessa Lucas, Antônio Júlio, Irani Barbosa e Maria Tereza Lara, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; Sargento Rodrigues, Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública, para as reuniões a serem realizadas nos dias 21 e 22/10/2003, às 10h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.078/2003, do Vice-Governador do Estado e de se discutirem e votarem proposições das comissões.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2003.

Lúcia Pacífico, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Durval Ângelo, Jô Moraes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer e de se apreciarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2003.

Leonardo Moreira, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 371/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe tem por escopo revogar a Lei nº 4.836, de 25/6/68, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Rinhadeiro de Juiz de Fora, com sede naquele município.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal.

Compete agora a este órgão colegiado apreciar conclusivamente a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Argumenta com propriedade o autor da proposição que constitui uma contradição o fato de, por um lado, ser a briga de galos uma atividade ilícita, nos termos do art. 64, § 2º, do Decreto-Lei nº 3.688, de 3/10/41 e, por outro, haver em nosso Estado uma entidade que se presta a tratar o animal com crueldade, em exibição ou espetáculo público, e, mesmo assim, ostentar o título de utilidade pública estadual.

De fato, constitui essa circunstância uma aberração jurídica, pois o espírito da Lei nº 12.972, de 27/7/98, que disciplina a matéria, é o de prestar homenagem às sociedades civis que efetivamente desenvolvam atividades filantrópicas, servindo desinteressadamente à coletividade, o que, evidentemente, não contraria qualquer outra norma do direito brasileiro.

Esta relatoria entende que a anomalia consubstanciada na Lei nº 4.836, de 25/6/68, macula a boa imagem de que goza esta Casa em razão do trabalho sério que realiza. Por isso, a proposição que pretende revogá-la deve ser acatada.

#### Conclusão

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 371/2003.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Sidinho do Ferrotaco, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 409/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o projeto de lei ora analisado pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Dom Bosco de Comunicação de Resplendor, com sede nesse município.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Sociedade Dom Bosco de Comunicação de Resplendor possui como finalidades realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes da região; administrar atividades referentes à cultura e à educação, por meio de canais próprios de radiodifusão, sem finalidades comerciais; e fundar, manter e administrar museus, bibliotecas e centros de lazer, patrocinando eventos culturais como exposições, festivais de artes, espetáculos de dança e de música.

Vê-se, portanto, que a entidade se faz merecedora de título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 409/2003.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Leonídio Bouças, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 759/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Laudelino Augusto, a proposição em tela tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação de Apoio ao Menor Aprendiz de Itajubá - AAMAI -, com sede nesse município.

Examinado o projeto preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Instituída em 1999 sob a forma de sociedade civil, dotada de personalidade jurídica, a AAMAI, em parceria com o poder público, presta

relevantes serviços sociais.

Conforme preceitua o art. 2º de seu estatuto, ela tem por finalidade precípua criar oportunidade de ingresso e integração do menor aprendiz no mercado de trabalho; proporcionar à criança e ao adolescente oportunidades e facilidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social; propiciar-lhes educação eficaz, de modo a dotá-los de espírito crítico e senso de responsabilidade.

Em razão da natureza das atividades da Associação, julgamos meritório que se lhe conceda o pretendido título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 759/2003.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Elmiro Nascimento, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 776/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

O Deputado Dilzon Melo, por meio do Projeto de Lei nº 776/2003, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação Alfenense de Atletismo - ALFA -, com sede no Município de Alfenas.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Alfenense de Atletismo tem por finalidade a difusão da prática de esportes em todas as suas modalidades. Além disso, promove reuniões de caráter social e cultural, palestras e conferências técnicas. Dessa maneira, incentiva as pessoas, por meio do esporte e da cultura, a se tornarem agentes de sua própria transformação e colaboradores na construção de uma sociedade justa e solidária.

Merece, portanto, ser declarada de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 776/2003.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Sidinho do Ferrotaco, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 787/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Sebastião Navarro Vieira, o Projeto de Lei nº 787/2003 objetiva declarar de utilidade pública a Sociedade Recreativa Planaltinho, com sede no Município de Guaxupé.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Sociedade Recreativa Planaltinho possui por finalidade difundir o civismo e a cultura física, principalmente o futebol, podendo ainda competir em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas, inclusive no futebol feminino.

Realiza, também, reuniões de caráter social e cultural com o intuito de promover maior entrosamento entre os seus associados, pelo que merece ser declarada de utilidade pública por meio do projeto em análise.

#### Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 787/2003.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Leonídio Bouças, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 806/2003

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

O Projeto de Lei nº 806/2003, do Deputado Domingos Sávio, tem por objetivo seja declarada de utilidade pública a Associação de Usuários do Transporte Coletivo de Esmeraldas, com sede nesse Município.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, fundada em 15/8/95, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída para promover a integração entre os usuários do transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal com respeito a seus direitos e reivindicações.

Buscando o fortalecimento do segmento, promove debates de interesse dos usuários e desenvolve projetos por melhores condições de transporte e segurança dos coletivos.

O meritório trabalho que a entidade empreende nos leva a propor lhe seja concedido o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 806/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2003.

Gil Pereira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 876/2003

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

O Projeto de Lei nº 876/2003, do Deputado Laudelino Augusto, tem por objetivo seja declarado de utilidade pública o Serviço Voluntário de Resgate - SEVOR -, com sede no Município de João Monlevade.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Serviço de Voluntário de Resgate - SEVOR - tem por finalidade principal congregar e receber voluntários com o objetivo de atender a vítimas de mal súbito e de acidente em áreas urbanas, colaborando com policiais, bombeiros, médicos e outros profissionais capacitados para esse tipo de trabalho.

Tem por finalidade também colaborar com as autoridades municipais, por seus órgãos competentes, quando solicitado, em especial no que se refere ao atendimento a sinistro em rodovias, podendo estender suas atividades a outros municípios.

O reconhecimento da instituição como de utilidade pública fortalecerá as iniciativas que ali vêm sendo desenvolvidas.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 876/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2003.

Gil Pereira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 956/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Projeto de Lei nº 956/2003, do Deputado Miguel Martini, propõe seja declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Arte e Cultura de Arinos, com sede nesse município.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Comunitária de Arte e Cultura de Arinos, sociedade civil, sem fins lucrativos, possui como objetivo primordial a valorização do artesanato local. Em vista disso, divulga peças artesanais e produtos caseiros fabricados na região. Para atingir suas metas, promove feiras, eventos, exposições e salões de arte, no Estado e fora dele.

Promove, também, cursos e seminários sobre temas de interesse dos associados com o intuito de criar melhores condições para o aperfeiçoamento do seu trabalho e para melhor convívio e integração entre eles.

Pelo alcance social de sua obra, achamos conveniente o reconhecimento da instituição como sendo de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 956/2003.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Sidinho do Ferrotaco, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 964/2003

Comissão do Transporte, Comunicação e Obras Públicas

#### Relatório

De iniciativa do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Informação Popular - ACIP -, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição de Justiça, que o analisou preliminarmente, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta, vindo agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, conforme determina o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Comunitária de Informação Popular - ACIP -, fundada em dezembro de 1995, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo propugnar pela democratização dos meios de comunicação em geral e o direito à informação e em especial, pela operacionalização e utilização do Canal Comunitário a Cabo de Belo Horizonte - TV Comunitária. Para tanto, procura agregar organizações não governamentais que se proponham a veicular mensagens e programações de utilidade pública, buscando maior transparência dos poderes públicos.

Tendo em vista a importância de suas iniciativas na área da comunicação, que sem dúvida constitui valiosa contribuição para a sociedade, consideramos ser justa a pretensão de se lhe outorgar o título declaratório de utilidade pública estadual.

#### Conclusão

Pela exposição de motivos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 964/2003.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2003.

Laudelino Augusto, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 5/2003

Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De autoria do Deputado Adalclever Lopes, o projeto de lei em epígrafe "estabelece a cobrança de preço público pela utilização de bens de domínio ou propriedade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências".

Publicada no "Diário do Legislativo" no dia 20/2/2003, a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do disposto no art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Consoante o projeto em análise, o uso, eventual ou não, de bens imóveis de domínio ou propriedade do Estado, a qualquer título, será precedido de permissão e ensejará o pagamento de preço pelo permissionário.

Nos termos da proposição, será obrigatória a remuneração pelo uso, por parte de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, do subsolo,

solo e espaços aéreos de propriedade do Estado.

O projeto determina que a utilização privativa e onerosa de qualquer bem público imóvel será formalizada por decreto e dar-se-á sob a modalidade de permissão.

O preço a ser cobrado será definido em regulamento e não poderá ser inferior ao cobrado pela União, pelo uso de seus bens, nem inferior a R\$ 2,00 por metro linear, ou sua projeção, de área utilizada, mensalmente.

Outrossim, na hipótese de intervenção física não autorizada em imóvel pertencente ao Estado ou sob seu domínio, o projeto prevê a declaração de inidoneidade do infrator, que fica impedido de contratar com o poder público, sem prejuízo da incidência das demais sanções previstas em regulamento, observado o devido processo legal e o amplo direito de defesa.

Quanto aos recursos obtidos com a cobrança do preço público, a proposição determina que sejam destinados ao Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE.

Sob o prisma jurídico-constitucional, pode-se afirmar que a matéria de que trata o projeto se insere no rol de competência do Estado membro, visto tratar-se de assunto afeto ao direito administrativo, o qual, em face do princípio autonômico, é suscetível de disciplinamento jurídico por parte dos três entes políticos componentes da federação.

Tanto é assim que, no âmbito da União, a utilização privativa e onerosa dos bens a ela pertencentes é disciplinada pela Lei nº 9.636, de 15/5/98.

Trata-se, pois, de introduzir, no âmbito da legislação estadual, o disciplinamento da utilização de bens do Estado de maneira similar ao que ocorre no plano federal.

Ressalte-se ainda que a matéria versada na proposição não se encontra sob reserva de iniciativa, o que respalda a deflagração do devido processo legislativo por iniciativa parlamentar.

Entretanto, o projeto apresenta inúmeras impropriedades técnico-jurídicas, as quais são suscetíveis de correção, o que fazemos por intermédio do Substitutivo nº 1, apresentado ao final deste parecer.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5/2003 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a utilização, por terceiros, de bem patrimonial do Estado, das autarquias e das fundações públicas e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A utilização, por terceiros, de bem patrimonial do Estado, das autarquias e das fundações públicas dar-se-á com a observância do disposto nesta lei.

Art. 2º - Os instrumentos públicos de outorga de uso privativo de bem patrimonial do Estado, das autarquias e das fundações públicas são a concessão, a permissão e a autorização.

§ 1º - Concessão de uso é o contrato administrativo por meio do qual o particular se utiliza privativamente de bem público de conformidade com sua destinação, observado o devido procedimento licitatório.

§ 2º - Permissão de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário mediante o qual a administração pública faculta ao particular a utilização privativa do bem público para fins de interesse público.

§ 3º - Autorização de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário por meio do qual se faculta ao particular a utilização de bem público com caráter de exclusividade.

Art. 3º - A permissão e a autorização de uso serão formalizadas por prazo indeterminado e poderão ser revogadas, a qualquer tempo, pela autoridade administrativa competente, independentemente de indenização ao usuário.

Parágrafo único - É facultado à administração, por razões de interesse público, atribuir prazo à permissão de uso, caso em que a sua revogação antecipada implica dever de indenização ao permissionário.

Art. 4º - O uso privativo de bem patrimonial será remunerado e dependerá de licitação quando destinado a finalidade econômica.

Parágrafo único - O uso privativo de bem patrimonial poderá ser gratuito quando se destinar a outra entidade de direito público, ou a entidade assistencial, religiosa, educacional ou esportiva, desde que verificado relevante interesse público.

Art. 5º - Os bens imóveis públicos de valor artístico, histórico ou cultural poderão ser utilizados por terceiros para fins exclusivamente culturais.

Art. 6º - O compartilhamento de espaço, de qualquer modalidade e a qualquer título, deverá ser previamente comunicado à autoridade competente, que promoverá a cobrança, proporcional ao compartilhamento, acrescida de, no mínimo, 30% (trinta por cento) sobre o preço cobrado por metro linear.

Parágrafo único - A ausência de comunicação e a constatação posterior do compartilhamento consistirá em infração, punível com multa nunca

inferior a cem vezes o valor do preço, apurado mensalmente.

Art. 7º - Decreto do Poder Executivo estabelecerá os critérios e valores para o uso remunerado dos bens de que trata esta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Weliton Prado - Gilberto Abramo.

#### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 50/2003

##### Comissão de Constituição e Justiça

###### Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o Projeto de Lei nº 50/2003 cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica da Pampulha, situada nos Municípios de Belo Horizonte e Contagem, e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/2/2003, a proposição foi distribuída a esta Comissão para exame dos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, do Regimento Interno.

Este relator apresentou requerimento na reunião do dia 24/6/2003, solicitando fosse a proposição baixada em diligência ao titular do Instituto Estadual de Florestas, para que se manifestasse sobre a viabilidade técnica da proposição.

Transcorrido o prazo de suspensão da tramitação do projeto, previsto no art. 301 do Regimento Interno, emitimos nosso parecer, embora, até o momento, não tenha sido recebido o resultado da diligência.

###### Fundamentação

A proposta de criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica da Pampulha, de iniciativa parlamentar, não está acompanhada dos estudos técnicos exigidos pelo art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

A mencionada lei federal estabelece normas gerais sobre a matéria para todos os entes que compõem a Federação, com base na competência da União para editar normas gerais sobre meio ambiente, prevista no art. 24, VI, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal.

Sendo assim, por não atender aos requisitos exigidos pela citada lei federal, a proposição não deve prosperar nesta Casa.

###### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 50/2003.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Weliton Prado (voto contrário) - Gilberto Abramo.

#### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 207/2003

##### Comissão de Constituição e Justiça

###### Relatório

O Projeto de Lei nº 207/2003, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.021/2002, do Deputado José Milton, tem como objetivo regulamentar a instalação de aparelho eliminador de ar nos hidrômetros e dar outras providências.

Publicado em 1º/3/2003, no "Diário do Legislativo", foi o projeto distribuído preliminarmente a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Foi anexado à proposição em exame o Projeto de Lei nº 1.061/2003, nos termos do art. 173, § 2º, do Regimento Interno.

###### Fundamentação

A proposição em epígrafe visa a obrigar a concessionária do serviço público de fornecimento de água a instalar gratuitamente aparelho eliminador de ar na tubulação, evitando-se, com isso, lesar os consumidores.

Esse tema já foi exaustivamente debatido nesta Casa, quando da tramitação do Projeto de Lei nº 682, de 1997, que culminou na aprovação da Lei nº 12.645, de 17/10/97. Posteriormente, o Projeto de Lei nº 2.021/2002 foi detidamente analisado nesta Casa, não sendo, todavia, apreciado por todas as instâncias do processo legislativo. A proposição em apreço visa a alterar as normas da mencionada lei, segundo a qual, por solicitação do consumidor, a concessionária que explora o serviço de água no Estado deverá instalar, às expensas do usuário, equipamento eliminador de ar na tubulação. A proposição em exame e o projeto a ela anexado pretendem instituir a gratuidade desse procedimento.

Quanto à competência parlamentar para deflagrar o processo legislativo neste caso, verifica-se a plena legitimidade do Deputado. Não há óbice a que o parlamentar subscreva projeto de lei dessa natureza, cujo conteúdo não está arrolado como matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo (art. 66 da Constituição mineira). Ademais, busca-se regulamentar a prestação de um serviço público enquadrado como verdadeira relação de consumo (arts. 3º e 4º da Lei Federal nº 8.078, de 1990), o que permite ao Estado, como ente federado, legislar concorrentemente sobre a matéria (art. 24, V, da Constituição Federal).

Recentemente, a Lei nº 8.987, de 1995, Estatuto da Concessão e Permissão de Serviços e Obras Públicas, reiterou a observância da boa doutrina e do art. 22 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CDC -, Lei nº 8.078, de 1990. Em seu Capítulo II, art. 6º, "caput" e §§ 1º a 3º, dispõe que toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme as normas pertinentes que a lei ou o respectivo contrato estabelecem. Para os efeitos da referida norma, "serviço adequado" é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Diante desse comando, deverá a concessionária adotar as melhores técnicas e adquirir os melhores equipamentos para atender tais exigências, incorporadas hoje aos direitos básicos dos consumidores.

As falhas comprovadas no sistema de fornecimento de água, em virtude da entrada de ar na tubulação, ensejam inexoravelmente prejuízo para os consumidores, que pagam por uma quantidade de água que, de fato, não lhes foi fornecida. Parece-nos, entretanto, impróprio apontar o tipo de equipamento a ser instalado para corrigir o problema, uma vez que toda norma deve ser genérica e abstrata. No caso em tela, entretanto, após reiteradas discussões nesta Casa acerca do tema, entendemos ser razoável a instalação do eliminador de ar, conforme propõe o projeto em estudo.

#### Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 207/2003.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Leonardo Moreira, relator - Ermano Batista - Leonídio Bouças - Weliton Prado - Gilberto Abramo.

#### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 919/2003

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em epígrafe determina notificação compulsória de violência contra a mulher atendida nos serviços de urgência e emergência.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 7/9/2003, foi o projeto distribuído a esta Comissão para receber parecer quanto aos seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto determina que o profissional de saúde responsável pelo atendimento de mulher vítima de violência preencherá formulário oficial de notificação do fato à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes. O referido formulário conterá nome, idade, profissão, cor e endereço da vítima, o tipo de violência sofrida, o diagnóstico, a descrição dos sintomas e lesões, a conduta médica adotada como tratamento e o encaminhamento realizado. Trata-se de medida voltada para os fins de estatística e subsequente formação de diretrizes de trabalho para subsidiar as políticas públicas de segurança.

Sob o enfoque da segurança pública, a matéria encontra respaldo constitucional, especialmente no art. 2º, inciso V, da Constituição mineira, que estabelece, entre os objetivos prioritários do Estado, o de se criarem condições para a segurança e a ordem públicas. Merece destaque, também, o "caput" do art. 136 da Carta Estadual, que dispõe que "a segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio".

Quanto ao mérito, a proposição é passível de aprimoramento, o que buscamos fazer por meio das emendas apresentadas.

A primeira delas tem como fundamento o princípio da igualdade jurídica entre homens e mulheres, assegurado no inciso I do art. 5º da Constituição da República, que estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". Diante dessa verdade constitucional, entendemos o objetivo do projeto aos homens. Assim, por meio da Emenda nº 1, damos nova redação ao art. 1º do projeto, dispondo que a notificação compulsória se dará nos casos de violência contra a pessoa, e não apenas contra a mulher.

O "caput" do art. 2º, o § 2º desse artigo e o art. 3º do projeto estabelecem atribuição para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, órgão integrante da administração direta do Poder Executivo, o que contraria o art. 66, III, "e", da Constituição mineira. Não pode o membro do Poder Legislativo, por sua própria iniciativa, atribuir competência a órgão pertencente à estrutura do Poder Executivo e diretamente subordinado ao Governador do Estado, sob pena de invadir esfera de competência outorgada a outro Poder pela Constituição Federal, haja vista o disposto no seu art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", incorrendo, dessa forma, em desrespeito ao princípio da separação dos Poderes. Diante da inconstitucionalidade apontada, apresentamos as Emendas nºs 2 a 4, que remetem tais atribuições a órgão competente do Poder Executivo a ser determinado pelo Governador do Estado por ocasião da regulamentação da matéria. A Emenda nº 4 estabelece, ainda, que o prazo máximo para o encaminhamento da notificação ao órgão competente será contado a partir do atendimento da paciente pelo profissional de saúde responsável.

Conforme assevera o próprio autor na justificação do projeto, "grande parte da violência ocorre dentro dos lares, incluindo casos de estupro, e sobrevem, muitas vezes, do provedor da família". A pessoa torna-se vítima de lesão corporal e de agressão moral, com possíveis seqüelas psicológicas e mentais que provocam constrangimentos de toda ordem, os quais poderão ser maximizados se o Estado adotar os procedimentos propostos no projeto, obrigando a vítima a aceitar que fatos muitas vezes constrangedores sejam expostos e retratados em cadastro acessível a terceiros, à revelia da própria vontade da paciente. Este é o cerne da questão: não se pode obrigar a vítima de violência a expor sua própria pessoa e imagem.

Na expressão do constitucionalista Alexandre de Moraes, em sua obra "Direito Constitucional"<sup>1</sup>, "os direitos à intimidade e a própria imagem formam a proteção constitucional à vida privada...". Além disso, "intimidade relaciona-se às relações subjetivas e de trato íntimo da pessoa,

suas relações familiares e de amizade, enquanto vida privada envolve todos os demais relacionamentos humanos, inclusive os objetivos, tais como relações comerciais, de trabalho, de estudo etc.". Segundo, ainda, a doutrina de Alexandre de Moraes, "no restrito âmbito familiar, os direitos à intimidade e vida privada devem ser interpretados de uma forma mais ampla, levando-se em conta as delicadas, sentimentais e importantes relações familiares, devendo haver maior cuidado em qualquer intromissão externa".

Diante desses argumentos, visando preservar a intimidade e a privacidade da pessoa, apresentamos a Emenda nº 5, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 2º do projeto, retirando dos dados de identificação pessoal o nome e o endereço da paciente e incluindo a referência ao sexo, ao bairro residencial e ao município por fim, ainda no que tange ao art. 2º, em razão de estarmos nos referindo à pessoa física, apresentamos a Emenda nº 6, que dá nova redação à alínea "b" do inciso II do § 1º do referido artigo, retirando a expressão "estupro ou abuso sexual", porque restritiva do tipo de violência sexual.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 919/2003 com as Emendas nºs 1 a 6, a seguir apresentadas.

#### EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a notificação compulsória de violência contra a pessoa atendida nos serviços de urgência e de emergência dos hospitais públicos e privados."

#### EMENDA Nº 2

Dê-se ao "caput" do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - O profissional de saúde responsável pelo atendimento deverá preencher o formulário oficial da notificação e encaminhá-lo ao órgão competente do Poder Executivo, a ser discriminado em regulamento."

#### EMENDA Nº 3

Dê-se ao § 2º do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

§ 2º - Para fins de estatística e subsequente formação de diretrizes de trabalho, será mantido cadastro junto ao órgão competente do Poder Executivo."

#### EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - A notificação a que se refere o art. 1º será encaminhada ao órgão competente no prazo máximo de 48 horas, contado a partir do atendimento da vítima pelo profissional de saúde."

#### EMENDA Nº 5

Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

§ 1º - ...

I - dados de identificação pessoal: sexo, idade, cor, profissão, bairro residencial e município;"

#### EMENDA Nº 6

Dê-se à alínea "b" do inciso II do § 1º do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

§ 1º - ...

II - ...

b) violência sexual - de que resulte ou não lesão corporal, gravidez indesejada ou transtornos mentais;"

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Leonídio Bouças - Weliton Prado.

<sup>1</sup> - Obra citada, 9ª edição, Editora Atlas, pp. 73, 74.

## Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 992/2003

### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 992/2003, do Deputado Gil Pereira, modifica a Lei nº 9.760, de 20/4/89, alterada pela Lei nº 10.419, de 16/1/91, que concede passe livre aos deficientes físicos e visuais no transporte coletivo intermunicipal do Estado, e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 29/8/2003, foi o projeto encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Compete a esta Comissão emitir parecer sobre a juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposta em análise estende o benefício do passe livre às pessoas que estejam utilizando o transporte coletivo intermunicipal com destino a bancos de sangue, a fim de fazer doação. Como se vê, a medida se reveste de forte conteúdo social. Não há dúvida de que muitas pessoas deixam de doar sangue porque não dispõem de recursos nem sequer para a passagem. Por outro lado, é notória a insuficiência de sangue em face da demanda existente. Ademais, não há óbice jurídico-formal à aprovação da matéria. O Estado tem competência para estabelecer normas de proteção à saúde, e a iniciativa, no caso, não é privativa de qualquer dos Poderes Estaduais, à vista do art. 66 da Constituição mineira.

Todavia, do ponto de vista prático, a proposta é inexecutável, ferindo princípios constitucionais da maior relevância.

A maior dificuldade é a comprovação do destino do passageiro. Não basta que o futuro doador empenhe a sua palavra. Ele precisará de um documento eficaz, que ateste o seu destino. No entanto, é muito difícil determinar que documento seria este, bem como quem o emitiria. Ainda que não fosse, muitas vezes o custo com a passagem para a obtenção do documento já não justificaria o projeto.

Por outro lado, na hipótese de reembolso, a pessoa receberia, no banco de sangue, um atestado e retiraria, na empresa ou no órgão governamental competente, o dinheiro que despendeu. Mas o deslocamento do passageiro para obter o reembolso poderia, conforme o caso, ser tão oneroso ou mais que o deslocamento para o banco de sangue.

Diante dessas dificuldades, talvez fosse o caso de assegurar a gratuidade da passagem no retorno do passageiro. Nesse caso, ele apresentaria um comprovante expedido pelo banco de sangue, demonstrando que em determinado horário daquele dia ocorreu a doação de sangue. Mesmo assim, o comprovante poderia ser fraudado, uma vez que existem bancos de sangue em todo o Estado, e o controle do poder público sobre eles é impossível.

A única maneira de viabilizar medidas como esta seria a emissão pelos organismos públicos de um documento permanente, o que também não é possível pois o doador se encontra nessa condição em caráter transitório e eventual.

Não bastassem essas dificuldades práticas, ainda se deve lembrar que esse tipo de medida interfere no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, que, por lei, deve ser mantido, ou seja, o ônus financeiro da gratuidade não poderia ser suportado pelas empresas que prestam o serviço de transporte coletivo intermunicipal. Ou o poder público passaria a subsidiar as tarifas, ou o seu preço seria majorado. Na primeira hipótese, o projeto traria despesas para os cofres públicos; na segunda, a sociedade é que iria pagar a conta. Essa situação representa uma dificuldade a mais para a aprovação da matéria.

Diante disso, conclui-se que os termos da proposta desafiam princípios constitucionais como o da razoabilidade e o da proporcionalidade. Os poderes públicos devem estabelecer regras viáveis, cuja aplicação não cause transtornos maiores do que o benefício pretendido.

#### Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 992/2003.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Ermano Batista, relator - Weliton Prato (voto contrário) - Gilberto Abramo (voto contrário) - Leonídio Bouças.

## CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 20/10/2003, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 118/2003\*

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Nos termos do artigo 69 da Constituição Estadual solicito a essa Egrégia Assembléia Legislativa que o Projeto de Lei nº 1.079/2003 que altera a Lei nº 12.735, de 30 de dezembro de 1997, seja apreciado em regime de urgência.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

\* - Publicada de acordo com o texto original.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 14/10/2003

A Deputada Marília Campos\* - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, amanhã, dia 15 de outubro, em todo o País, acontecerão atividades que marcarão o Dia Nacional de Mobilização por uma Educação Pública de Qualidade. Essas atividades, incluídas na proposta da Ciranda pela Educação, é uma forma de chamar a atenção de todos e de todas, para que a educação pública de qualidade seja inserida no centro das atenções.

O Dia Nacional de Mobilização por uma Educação Pública de Qualidade é promovido pelas entidades que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que representa a ação de mais de 120 instituições de todo o Brasil, incluindo ONGs nacionais e internacionais, sindicatos, universidades, Secretárias e Secretários de Educação e organizações estudantis e juvenis. A campanha quer efetivar os direitos educacionais garantidos em lei, por meio de ampla mobilização social, para que todos os cidadãos e cidadãs brasileiras tenham acesso à escola pública de qualidade.

Apesar de termos uma Constituição avançada, que afirma o direito à educação, e declarações internacionais, que reafirmam esse direito, o contingente de pessoas sem acesso à escola e ao ensino de qualidade é alarmante. No Brasil, há cerca de 16 milhões de analfabetos com mais de 14 anos de idade. Mais da metade das crianças de 4 a 6 anos estão fora da escola, assim como uma em cada cinco pessoas entre 10 e 17 anos. Isso significa que 7 milhões de crianças e adolescentes estão privados do direito humano à educação fundamental. Na educação infantil, segundo o IBGE, o déficit chega a 4,6 milhões de vagas.

Não é possível pensarmos um País socialmente justo e economicamente desenvolvido enquanto houver exclusão de contingentes inteiros de crianças, jovens e adultos dos processos de aprendizagem e reflexão que a escola propicia. Por essa razão, em outubro de 1999, foi lançada a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, buscando garantir o direito de todos os cidadãos a uma educação pública de qualidade. As escolas públicas municipais, estaduais ou federais são responsáveis pelo atendimento a 87% de todos os estudantes do ensino básico no Brasil. Portanto, a melhoria da educação pública é crucial ao desenvolvimento de nosso imenso País. A campanha busca disseminar amplamente o conceito de educação, vista como direito humano fundamental, e tem como focos de ação o aumento de financiamento para a educação pública, a valorização do magistério e a ampliação dos processos participativos em educação. Todos esses focos relacionam-se com seu principal desafio: qualidade da educação pública.

As ações da campanha são desenvolvidas pelos seus comitês estaduais, espalhados por 13 Estados brasileiros. A coordenação geral cabe ao comitê diretivo, formado por oito instituições que atuam local ou nacionalmente. O Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação é composto de oito instituições escolhidas pela assembléia geral, que reúne todas as entidades participantes. Atualmente, fazem parte do Comitê Diretivo as seguintes instituições: Ação Educativa, Action Aid, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, Centro de Cultura Luiz Freire, CNTE, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Uma das reivindicações da campanha é que os vetos impostos ao Plano Nacional da Educação - PNE - por Fernando Henrique Cardoso sejam derrubados. Em janeiro de 2001, o Congresso Nacional aprovou o PNE, que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando a formação e valorização do magistério e financiamento e gestão da educação nos próximos dez anos. O Plano orienta as ações do poder público na União, Estados e municípios e tem respaldo legal na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Ao sancionar o Plano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou nove artigos relacionados à ampliação de recursos para a educação. Isso transformou o PNE em mera carta de intenções.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação quer derrubar os vetos presidenciais ao PNE, principalmente o que impede o comprometimento do poder público de elevar o investimento em educação para o mínimo de 7% do PIB.

Esse veto desfigura o plano. O Brasil investe aproximadamente 4,6% do PIB, e o aumento progressivo para 7% significaria um acréscimo de R\$24.000.000.000,00.

É indispensável que o PNE indique o investimento mínimo necessário para cumprir as metas. Sem o compromisso de aumentar investimento em educação, não há como melhorar a qualidade do ensino, ampliar a oferta em todos os níveis e modalidades e aumentar a remuneração dos profissionais da educação.

Em nota técnica, a Consultoria de Orçamento da Câmara e do Senado avaliou e argumentou os vetos. Concluiu que não há qualquer impedimento na LRF aos dispositivos vetados e que cabe ao PPA, e não ao PNE, compatibilizar os recursos disponíveis com os gastos referentes à execução do plano.

Além disso, o art. 5º do PNE declara que os planos plurianuais serão elaborados para dar suporte às metas do PNE e dos planos estaduais e municipais. Esse artigo existe justamente para garantir coerência entre metas educacionais e meios financeiros para realizá-las.

A luta pela derrubada dos vetos, dirigida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é justa e merece nosso apoio. Por isso peço apoio dos colegas e solicito a todos que assinem a proposta de derrubada dos vetos, que está sendo apresentada hoje nesta Casa pelos dirigentes estaduais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Solidarizo-me com o pronunciamento de V. Exa. Conclamo os Deputados a assinarem o abaixo-assinado. Convido-os para que amanhã, dia 15, às 11h30min, no Instituto de Educação, possamos fortalecer o movimento e a luta em favor da educação. É um ato que está sendo convocado pela UNE, pela UNDIME, pela CNTE, pelo MST, pelos sindicatos em geral e pelas entidades que fazem a defesa da educação pública de qualidade.

A questão educacional deve ser uma prioridade em nosso País. É a agenda principal que precisamos ter. O Governo Lula tem compromisso com

a educação, sendo necessárias mais verbas. É obrigação do Estado sustentar, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, não apenas o ensino fundamental, como também a educação infantil e o ensino médio.

A criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico, para que sejam agregados mais quatro anos no currículo das crianças e jovens, é algo que está no programa de eleição do Governo Lula.

Como participo da Comissão de Segurança Pública e fui relator da CPI do Narcotráfico, vi que, infelizmente, a juventude não tem acesso à educação quando criança e, posteriormente, quando jovem, em especial a partir da 8ª série, é entregue a uma luta que nós, os professores e os que lutam pela educação, fazemos. Uma luta também contra o tráfico de drogas e a marginalidade. Uma parcela imensa da juventude corre o risco de cair numa vida que não desejamos para ninguém.

Tanto a questão da geração de emprego e renda quanto a oferta da educação são fundamentais. Isso sem falar na necessidade que vivemos no dia-a-dia. Sentimos que há falta de acesso da juventude ao ensino de 3º grau.

Como as vagas são poucas nas universidades públicas poucas e muito caras nas particulares, é necessário que o Governo dê atenção especial a esse aspecto. Neste ano, a oferta para o antigo crédito educativo teve aumento de 50% em relação a 2002. No entanto, é muito pouco diante da demanda para o ensino de 3º grau. Ou a educação é prioritária ou não avançaremos, a fim de que o Brasil se constitua como nação, que é o nosso desejo e o do Presidente Lula.

Parabéns, Deputada Marília Campos! Reitero o convite para que todos participem, amanhã, às 11h30min, no Instituto de Educação, do ato denominado Ciranda pela Educação, a fim de que seja considerada prioridade para o País.

A Deputada Marília Campos\* - Obrigada, Deputado Rogério Correia. Com certeza poderemos combater a violência se investirmos em prevenção: lugar de criança é na escola, mas escola de qualidade. Para isso, solicitamos mais recursos federais e estaduais. Reforço o convite para que todos compareçam amanhã, às 11h30min, no Instituto de Educação, a fim de participarem da ciranda em defesa da educação de qualidade. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitei a palavra para, em primeiro lugar, protestar contra a atitude do Governo Aécio Neves, no que diz respeito ao projeto que cria taxas e aumenta alíquotas de impostos, o chamado tarifaço. Em segundo lugar, conclamo os Deputados contrários a esse pacote para que façamos, amanhã, o lançamento, de iniciativa do Bloco PT-PCdoB, do movimento popular contra o tarifaço, denominado "Xô, Fora Tarifaço". Essas são as duas questões que abordarei.

Não está havendo um debate sério em torno dessas questões. Havíamos acordado um trâmite para esse pacote, em que o debate poderia fluir. No entanto, até agora nada debatemos. A Comissão de Justiça simplesmente aprovou todos os projetos, sem atender ao que havíamos solicitado, ou seja, uma audiência pública especial antes de aprovar o tarifaço, a fim de que debatêssemos os aspectos constitucionais, visto que existem muitas dúvidas relativas a algumas taxas que estão sendo criadas. A Comissão de Justiça, infelizmente, optou por passar um rolo compressor, aprovando, sem debates jurídicos, as taxas, apesar de existirem opiniões diferentes entre os estudiosos das questões judiciais.

Rapidamente, a Comissão preferiu aprovar a constitucionalidade dessas taxas. O projeto veio para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, mas fizemos um acordo para que tramitasse nas outras comissões, permitindo a realização de debate em cada uma delas. Ao invés disso, resolveram promover única discussão nas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira, convidando as outras comissões para discutirem o tarifaço. É claro que gostaríamos que houvesse debate específico na Comissão de Segurança Pública para analisar a taxa de prevenção de incêndio. Mas decidiram em apenas uma reunião, que foi convocada às pressas. Para a nossa surpresa, o Secretário da Fazenda, que foi convidado, preferiu ausentar-se, e mandou técnicos competentes para substituí-lo, mas não enviou o Secretário Adjunto, como seu representante político. Estão todos reunidos até agora, desde a parte da manhã, com os Deputados das duas comissões, fazendo esclarecimentos técnicos. O debate real, político e sério, com o objetivo de avaliar a necessidade ou não das taxas, e se é justo criá-las neste momento, precisa ser feito com a equipe de Governo, que deve responder politicamente. Somente o enfoque técnico, com esclarecimentos acerca da cobrança e dos valores das taxas, além da previsão de arrecadação, não é suficiente. Esses dados são importantes, os técnicos realmente têm-nos ajudado, porém apenas isso não basta. O debate também deve ser político.

No Congresso Nacional, está havendo amplo debate sobre a reforma tributária. Aliás, essa discussão é antiga, o Governo Fernando Henrique Cardoso ficou oito anos e não promoveu essa reforma. Já estamos, neste primeiro ano do Governo Lula, realizando tal reforma, que pode não ser a dos nossos sonhos, mas é a possível de ser efetivada, tendo em vista a correlação de forças existente na Câmara Federal, no Congresso e no Senado. É um debate que envolveu a sociedade. Antes de ir ao Congresso Nacional, o Presidente Lula discutiu o assunto com entidades empresariais, com as centrais sindicais dos trabalhadores e com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O projeto passou pela Câmara Federal; o relator, Deputado Virgílio Guimarães, foi a quase todos os Estados fazer algum tipo de debate, inclusive a Minas. Enfim, a discussão foi ampla, os Governadores se mobilizaram, reuniram-se com o Presidente e fizeram suas reivindicações. Ontem, o Aécio Neves esteve no Senado pedindo a aprovação da reforma, por reconhecer que Minas ganha com ela, assim como ganhou com a reforma previdenciária. Portanto, os Estados da Federação estão sendo levados em consideração, para que o pacto federativo tenha validade e a situação possa melhorar. As discussões estão sendo muito sérias. Essa reforma muda o curso da arrecadação dos Estados, haja vista que a palavra de ordem é não aumentar a carga tributária. Esse foi o clamor nacional, a plataforma de todos os partidos políticos e o compromisso assinado por todos no Senado.

Essa foi a palavra de ordem de todos os partidos. O PFL foi à televisão para reclamar que estava havendo aumento de carga tributária. O PSDB, os Deputados do PT, do PCdoB, da Base de Governo renegociaram com os Governadores, que estão favoráveis ao projeto na forma como está agora. Esse processo em torno da reforma tributária é para que os Estados não fiquem no sufoco em que estão, dependentes da União, graças a uma política nefasta do Governo Fernando Henrique, sem um centavo a mais que viesse do Governo Federal durante esses oito anos. Inicia-se uma reversão, 25% da CIDE, mais o Fundo de Desenvolvimento Regional e outros que colocarão os Estados em melhor situação. Já se está debatendo a possibilidade de minimizar os acordos feitos para pagamento. Então, há boa-vontade do Governo Federal em reverter a situação dos Estados. Mas, exatamente nesse momento, o Governo do Estado, na contramão do debate nacional, envia seis projetos aumentando e criando taxas tributárias, muitas delas injustas, do ponto de vista da divisão de renda.

O debate também vem em hora errada. É óbvio que o Estado de Minas precisa arrecadar, há déficit, mas o Governo exagera no rombo. Ele disse que este ano o rombo seria de R\$2.300.000.000,00, mas, até o final do ano chegará a R\$800.000.000,00. Houve um inchaço da perspectiva de rombo. Isso serve, em primeiro lugar, como propaganda, para dizer que o Governo conseguiu diminuir o déficit, dada a primeira expectativa. Mas o déficit é que estava superestimado. Em segundo lugar, para dizer aos diversos setores da sociedade que o Estado está em situação difícil, por isso é que não podem reivindicar - que os servidores públicos desistam do plano de carreira, que os servidores da saúde e da educação sosseguem, porque o Estado está falido. Terceiro, para suplementar verba, e o fazem não em uma discussão global, mas naquilo que for interesse do Governo. Quarto, para justificar o aumento de taxas. Para o próximo ano, é fictício o rombo de R\$1.400.000.000,00, porque nele o próprio Governo diz que não estão contabilizados os ganhos que virão das reformas da Previdência e tributária, pois não se sabe se serão aprovadas. O argumento não é verdadeiro, porque lá estão as taxas e as perspectivas de aumento. Não sabemos se será aprovado, as

taxas entraram, os outros não. O Governo, no arrazoado que manda ao enviar o orçamento, diz que espera das reformas previdenciária e tributária um aumento de cerca de R\$500.000.000,00. Ele está subestimando; será mais. O próprio Governador Aécio Neves, ao terminar a votação na Câmara Federal, voltou de Brasília comemorando um ganho de cerca de R\$800.000.000,00 só com a reforma tributária, fora a previdenciária. É evidente que os Estados serão beneficiados com as reformas. O rombo de R\$1.400.000.000,00 não condiz com a verdade que o orçamento significará no próximo ano. Essa superestimação é uma justificativa para se propor o aumento das taxas.

Portanto, o aumento das taxas vem na contramão da discussão real de como estará o Estado no ano que vem. Essa é a discussão política que queremos fazer, e não apenas a discussão técnica. Repito, a discussão técnica é importante. Os técnicos vieram, compareceram com boa-vontade, mas queremos fazer uma discussão política: o que é o orçamento, como deve ser feito, e o que é justo e injusto. É evidente que o Estado precisa ser forte e ter dinheiro.

Deputada Jô Moraes, é justo aumento de 20% do IPVA de carro a álcool? É justo o aumento de 50% a 100% do IPVA de moto? O veículo é o mais barato, e quem irá pagá-lo será justamente o mais pobre, ou aquele que o utiliza para o trabalho, para entrega de remédio ou pizza. É justo também o aumento do diesel das caminhonetes que fazem carro? Se a taxa de lucro diminuir, e já é pequena, terão de cobrar mais caro. O aumento do IPVA taxará exatamente os setores menores.

Além disso, o Governo continua com a guerra fiscal. Ele diz que é contra, mas, como não tem outro jeito, continua. Portanto, o Governo, por causa da guerra fiscal, diminuirá, isentará e dará incentivo fiscal para outros setores que perdem na arrecadação. Esse é outro assunto que o Senado está analisando.

Precisamos fazer uma discussão política do orçamento e não uma discussão meramente técnica. Como o Governo quer passar o rolo compressor, estamos nos precavendo. Então, mais uma vez, convido os Deputados e a sociedade a participarem amanhã, das 15 às 17 horas, na Praça Sete, do "Xô, Fora Tarifaço", para tentarmos sensibilizar a nossa Assembléia Legislativa.

A Deputada Jô Moraes\*(em aparte) - Caro Deputado Rogério Correia, hoje fiquei chocada, porque o Secretário não compareceu a esta Casa para discutir assunto dessa dimensão, com a natureza e com o conteúdo político dessas discussões, demonstrando desprezo inexplicável. Com certeza, as comissões convocadas poderiam alterar a agenda da audiência, desde que o Secretário se colocasse à disposição desta Casa, não para discutir números, mas para discutir quem paga a crise, porque até agora são os menores, os pequenos e os trabalhadores quem paga.

As empresas não ficarão com o ônus do crescimento, porque repassam os custos das taxas para os seus serviços. Quem pagará essa taxa será exatamente quem menos possui condições de fazê-lo, com o agravante de que Minas Gerais é o Estado que mais arrecada com essa taxa no Brasil. A arrecadação média dos tributos no Brasil é de 1,9%; em Minas são 3%. Pasmem! A arrecadação "per capita" daqui é de R\$17,00, enquanto a do Rio de Janeiro é de R\$1,00, e a média do Brasil são 11%.

Insisto nessa questão para registrar o meu protesto. Com certeza, será o protesto de mais outros Deputados. O Secretário da Fazenda tem de ter sensibilidade. Queremos discutir a dimensão política do pagamento dessas taxas e a crise e não números, que podemos acessar por meio do "site" da Receita Estadual. Obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço à Deputada e ao Presidente. Apresentei requerimento - espero que as comissões o apreciem e o aprovem - convocando o Secretário. Veremos se virá a esta Casa para prestar esclarecimentos. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, TV Assembléia, visitantes, gostaria de externar nossa preocupação e indignação em face dos últimos episódios que envolveram as mortes dos policiais militares. Na última quinta-feira, o Soldado Diógenes Felicíssimo Soares, 48 anos, foi baleado na favela Cabana do Pai Tomaz, região Oeste de Belo Horizonte. Atingido por vários tiros, foi internado em estado gravíssimo no Hospital Militar. Segundo o jornal "O Tempo" do dia 11 de outubro, o policial militar foi vítima de perseguição por três gangues que comandam a favela.

Solicitamos empenho ao Cel. Rômulo Berbert Diniz, responsável pelo policiamento da Capital. Que os policiais do 5º Batalhão, que tem a jurisdição da Cabana do Pai Tomaz, bem como o Grupo de Ações Táticas da Polícia Militar - GAT - e a ROTAM esforcem-se diuturnamente na prisão dos marginais que balearam o tranqüilo e pacato policial, que residia na favela. Carlos Alberto Martins da Silva, vulgo Betinho, foi preso pela Polícia Militar. O cidadão é também um dos integrantes das três quadrilhas que comandam o tráfico de armas e de drogas. Na Cabana do Pai Tomaz, existem três gangues: a dos Ratos, uma comandada por Demar e outra, por Dune.

É necessário que o Chefe e o Superintendente da Polícia Civil determinem operações com a Polícia Militar para que os bandidos, que cometeram mais de 20 homicídios, sejam presos. Até agora não obtivemos resposta efetiva. Que o Cel. Rômulo Berbet se sente à mesa com o Dr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil, para traçarem planejamento, ação imediata e concreta contra o problema. Não podemos permitir que bandidos matem policiais.

Houve outra morte em Belo Horizonte. O Soldado Rodney Prata Severino foi morto ontem ao reagir a assalto a ônibus coletivo. Há 17 anos, desde 1986, estava na Corporação, e o assalto aconteceu no ônibus da linha 2230, que liga São José da Lapa a Belo Horizonte, na MG-10, próximo ao Jockey Clube, no Bairro Serra Verde. O policial era casado, deixou três filhos menores, residia em São José da Lapa e, por volta das 16 horas, deslocava-se para a Companhia de Policiamento de Guarda.

Portanto, perdemos mais um companheiro. A audácia e o enfrentamento é grande. O principal motivo da morte foi o fato de o policial estar fardado. Quando os marginais anunciaram o assalto, não tinha como fugir de dentro do coletivo em movimento. Até o momento não obtivemos resposta efetiva sobre a prisão e a recaptura dos marginais foragidos.

Há um total de 18 policiais militares mortos neste ano. Nunca vivemos uma época em que tantos policiais são mortos ou abatidos no enfrentamento com marginais em Belo Horizonte, na região metropolitana e no Estado. Em 1999, desde o primeiro ano de mandato, acompanhamos de perto essa situação, mas nunca tivemos um registro do número de homicídios contra policiais tão assustador quanto hoje. Quer dizer, há um grande enfrentamento de marginais com os policiais militares e civis. Então, é necessário que as Polícias Militar e Civil deem uma resposta imediata. Se os policiais militares ou civis são abatidos de forma tão covarde por marginais, imaginem o cidadão que não pode portar uma arma e usá-la de maneira ágil e não possui o preparo, a técnica, a destreza e a perspicácia do policial! Imaginem o que não passa o cidadão no seu dia-a-dia, ou seja, no trabalho, na escola e no lazer!

Em algumas emissoras de rádio, de televisão e na imprensa escrita, disse que os nossos policiais devem aprender a perder um certo receio que, infelizmente, ainda está na formação e na cultura, especialmente, da Polícia Militar. Os instrutores, durante o período acadêmico, impõem certo medo e zelo excessivo ao policial quanto ao embate. Diz-lhe que deve ter cuidado e não pode atirar, senão poderá responder a inquérito policial militar e sofrer condenação. Devemos acabar com isso que ainda é latente nas academias de polícia do Estado. Repito que o policial não

deve esperar o bandido atirar primeiro. Não deve esperar que dê um tiro para o alto ou acerte a sua perna.

Está previsto no excludente de criminalidade, ou seja, na lei que o policial pode matar outra pessoa em legítima defesa ou de terceiros. Se o marginal sacou da arma, o policial deve matá-lo. Não deve esperar que atire primeiro e baleie ou mate o policial para depois reagir. Isso não é correto. Vários companheiros perderam a vida, como o Soldado Rodney Prata Severino, com 17 anos de serviço prestado à Polícia Militar do Estado, que deixou esposa e três filhos. Não podemos permitir que policiais do Estado sejam abatidos dessa forma. Logo, devemos utilizar o excludente de criminalidade, e o policial deve perder esse receio. Depois que vai para o cemitério, não tem volta. Não queremos as mesmas pessoas preocupadas com a morte desse policial. Quem socorrerá a sua família?

No tempo de patrulhamento nas ruas, não esperava bandido atirar primeiro. No comando da viatura da ROTAM, composta por quatro policiais, ordenava aos patrulheiros que não deixassem o bandido atirar primeiro. Qualquer cidadão com lucidez sabe que a intenção do bandido, ao sacar uma arma para um policial fardado ou não, é matá-lo para tirá-lo do caminho. Isso foi o que aconteceu com o Soldado Rodney Prata Severino.

Quando os marginais entraram no coletivo e anunciaram o assalto, perceberam a presença dele, que estava fardado. A única coisa que restava era eliminar o policial. Não tem essa de esperar o bandido atirar para depois efetuar os disparos em legítima defesa ou de terceiro. Bandido que saca uma arma para um policial quer matá-lo e retirá-lo do caminho para que possa empreender fuga. Depois que fogem, temos que revirar o Estado inteiro, todas as favelas, experiência que tive durante 15 anos. Não é nada fácil recapturar e efetuar a prisão de indivíduos como esses. Portanto, temos que cobrar dos Comandantes de Batalhões, em especial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e dos Delegados de Polícia que não deixem seus policiais morrerem nas mãos de bandidos. O policial é o último obstáculo, o único braço armado do Estado que está ali para reter e restringir sua ação. Na medida em que um marginal atira contra a pessoa de um policial fardado, está passando pela última instância do Estado, que é seu braço armado. A resposta tem que ser imediata. Quero deixar claro que não podemos continuar vendo tantos policiais sendo mortos no confronto com bandidos. Infelizmente, ainda não tivemos uma resposta imediata quer seja na prisão dos marginais, quer seja na recaptura de outros que, num passado próximo, cometeram homicídios e ainda estão soltos.

Quero cobrar do Governador do Estado. A pedido nosso foi criado um órgão para apurar crimes contra autoridades e policiais. Que esse órgão venha se empenhar o máximo possível na prisão desses indivíduos! Quero deixar claro que aquele que saca uma arma para um policial fardado tem que ser morto imediatamente, de preferência com um tiro na testa, para que a morte seja instantânea e não possa incomodar mais nenhum pai de família, como vem incomodando. É duro acompanhar o velório de policiais militares mortos por bandidos. Não temos o que dizer para a família e para os filhos desse policial que estava ali defendendo a sociedade ordeira, que trabalha, que paga impostos, que cumpre as regras sociais impostas pelas leis e pelos costumes. Portanto, na medida em que temos um enfrentamento declarado por parte de marginais contra o nosso aparato policial, é necessário que a resposta seja na mesma altura e proporção. Não quero aqui, Sr. Presidente, pregar a lei de Talião, "olho por olho, dente por dente", mas existem os excludentes de criminalidade. A exclusão de criminalidade pode ocorrer com a seguinte previsão: o agente do Estado pode utilizar da exclusão da criminalidade quando pratica o fato em estado de necessidade, em estrito cumprimento do dever legal, no exercício regular de direito ou em legítima defesa. O Código Penal Brasileiro prevê o excludente no art. 23; o Código Penal Militar, no art. 42, incisos I, II, III e IV; e o Código de Processo Penal, no art. 386, incisos III e V. Ou seja, não vou exercer, como pai de família, a função de policial militar, de policial civil ou de bombeiro, já que também tivemos dois bombeiros mortos, para ser morto de forma covarde nas mãos de bandidos. Entre eu e um bandido, que vá primeiro o bandido. É um conselho que dou desta tribuna, ao vivo, pela TV Assembléia: quando policial recebe tiro de bandido, o revide tem que ser imediato, a resposta tem que ser na mesma altura. Imaginem o cidadão que está transitando pela rua, pegando ônibus, seu carro, indo ao supermercado, à danceteria, ao Mineirão, e que não tem esse mesmo preparo.

Se o cidadão está sendo abatido da forma como está, entendemos que está em situação horrível, pior. É necessário utilizar a excludente de criminalidade. Se o bandido saca a arma para o policial, é porque está com intenção de matar o agente do Estado, que, em defesa própria ou de terceiro, pode revidar e matar o indivíduo para que não morra.

Essa era minha posição quando era policial militar. Por isso, estou vivo nesta tribuna, na qualidade de Deputado, em condição de fazer este pronunciamento. Na época em que combati o crime nas ruas, se tivesse esperado, estaria também dentro de um caixão, enterrado no cemitério, como aconteceu com vários companheiros do Batalhão ROTAM, do 5º Batalhão.

Não dá mais para ocupar a tribuna da Assembléia para lamentar a morte de companheiros. Se vidas têm de ser perdidas, que sejam dos vermes da sociedade, daqueles que não têm dó da vida do policial militar, do agente da lei ou do cidadão que vem tentando sobreviver e romper, no dia-a-dia, os obstáculos que a vida lhe oferece.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero também ser solidária com a família dos policiais que estão sendo assassinados. Entendo a indignação do Deputado Sargento Rodrigues, que tão bem tem representado na Casa os policiais civis e militares. Quero fazer uma reflexão em relação à segurança pública. Estamos vivendo uma crise que ocorre também na sociedade internacional. Temos que cobrar dos governantes que invistam no preparo dos policiais, que têm atribuição de defender a sociedade. Deve haver mais investimentos em equipamentos e na formação.

Não podemos generalizar, porque é perigoso. Quando estava na Comissão de Direitos Humanos, sempre defendi os policiais civis e militares sérios, éticos, cumpridores da sua obrigação e que respeitam a população. Há exceções, como existem em todas as categorias. Há risco de que os policiais que não têm esse mesmo compromisso com a sociedade, que são exceção, possam ser incentivados a usar também da violência.

Em Betim, onde resido, a violência está uma loucura. Há poucos dias, mataram um jovem aos pés de nossa assessora. Recentemente, perto da Praça Sete, por volta das 19 horas, foi colocado um revólver na cabeça de nosso motorista. A violência é generalizada. Uma das grandes causas dessa violência é a falta de valorização dos profissionais que defendem a sociedade.

Não podemos deixar de registrar que o nosso sistema penitenciário e carcerário está falido, forma criminosos, ao invés de proporcionar alternativa de recuperação aos presos. Às vezes, um jovem rouba um botijão de gás, vai para a cadeia e sai criminoso. Como V. Exa. disse, a situação é grave, mas temos, por meio da Comissão de Segurança Pública, de continuar a enviar esforços para que todos os recursos possíveis sejam bem aplicados. O Governo Federal vai enviar verbas para Minas Gerais. Há um grupo de estudiosos discutindo essa questão.

Ao mesmo tempo em que sou solidária com essas famílias, repito, tenho o maior respeito pelos policiais civis e militares que têm cumprido com ética, honestidade, transparência a sua função de defender o povo brasileiro. Tenho amigos nessa área. Há um Capitão que mora no nosso condomínio e tenho acompanhado seu trabalho. É um risco muito grande generalizar.

Toda generalização é perigosa. Se incentivarmos todos a matarem à primeira reação, poderemos estar estimulando os que não têm o mesmo compromisso com a vida a tomarem atitudes que levem a um ato de injustiça contra trabalhadores, jovens, etc. Obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Agradeço, Deputada Maria Tereza Lara. Há cinco anos estou exercendo o mandato de Deputado e temos feito todos os esforços com relação à segurança do Estado. Na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública, temos cobrado do Governador e do Governo Federal a liberação de verbas para essa área. Os Deputados da nossa comissão têm feito as mesmas cobranças, e

estamos defendendo as taxas para a segurança, mesmo não compondo a base do Governo. Entretanto todos esses esforços são pequenos com relação ao que está acontecendo nas ruas: o teatro das operações.

Nas ruas, a situação está caótica, e não podemos permitir que vidas sejam ceifadas por bandidos. Quando dizemos que o policial tem que matar em legítima defesa, referimo-nos a situações em que o bandido saca uma arma para ele, pois quem age dessa forma não é cidadão de bem e não deve estar vivo para matar um policial, tem que ser morto antes. Esse é o nosso posicionamento, que está previsto em lei. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público das galerias, telespectadores da TV Assembléia, a Carta Magna de um país é o documento maior que norteia os rumos de uma nação, de seu povo, das Constituições dos Estados que o compõem. Os direitos à saúde, à educação, à liberdade de expressão, entre muitos outros, são resguardados e deveriam, por estarem regidos por uma lei superior, ser respeitados e cumpridos por todos os Poderes constituídos, seja Legislativo, Executivo, Judiciário.

Infelizmente, creio que nunca foi realizada uma pesquisa sobre a porcentagem da população que efetivamente conhece a Constituição mineira ou Federal e seus direitos ali inseridos. Uma Constituição, sem que necessariamente o povo esteja ciente, só serve para alimentar a distância entre as leis e os direitos dos cidadãos. E esta Casa não pode permitir fatos desse teor.

O jornal "O Globo", edição de 5/10/2003, de outubro de 2003, publicou um caderno especial a respeito da nossa Constituição Federal, que completou 15 anos de mudanças naquele dia, e que, apesar de ter consolidado nossa democracia, ampliado direitos sociais, entre outros, ainda guarda segredos e está inacabada, segundo o próprio veículo de comunicação.

Um dos pontos mais gritantes refere-se às revelações do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nélson Jobim, que começou a escrever um livro sobre nossa Carta Magna, o que irá romper um silêncio de 15 anos, após "pacto realizado entre Jobim, então Deputado Federal Constituinte e um dos relatores do texto constitucional, e o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte" de 1988. Agora, Jobim relata que trechos de nossa Carta Magna foram incluídos sem votação.

O mesmo assunto também foi objeto de matéria publicada no jornal "Estado de Minas" e em outros.

Deixo aqui minha mensagem, para que os meus colegas federais possam avaliar mais profundamente os fatos narrados pelo Ministro Nélson Jobim e para que promovam uma revisão constitucional ou qualquer outra ação que possa validar os direitos e os deveres do nosso povo brasileiro e mineiro. A Constituição Federal já possui 40 emendas. A necessidade de estudar sua reformulação faz-se urgente. Podemos dizer que, em 1988, quando foi promulgada, a idéia central focalizava o regime jurídico único na administração pública, e, com as próprias reformas instituídas pelas emendas, existe hoje um retorno à administração pública dos regimes jurídicos mistos: celetista e estatutário. Aconteceu, nos últimos 15 anos, uma total mudança de posicionamento entre os entes federados, referente à tributação, à política, ao direito urbanístico, ao direito agrário, etc. Faz-se premente a necessidade de uma revisão mais abrangente da Constituição e, quem sabe, de outra Constituinte.

Um país democrático não pode fechar os olhos ao perceber o grito silencioso de sua população, que clama por justiça e dignidade humana.

Abordarei também outro assunto, referente aos 86 anos de funcionamento do Lions Clube Internacional, que, atualmente, possui mais de 43 mil clubes de serviço, distribuídos em aproximadamente 190 países e áreas geográficas, contando com os serviços de 1.400.000 sócios voluntários, incluindo-se aí milhares de brasileiros.

O Lions Clube Internacional, por meio de seus diversos distritos, possui atuação mundialmente destacada no campo social, com incessantes ações de assistência e de promoção voltadas para as comunidades carentes, com a realização de cursos de capacitação profissional, de ações preventivas de saúde e de outros procedimentos assistenciais e promocionais necessários ao bem comum.

O Distrito LC-4, leal aos princípios leonísticos, segue criterioso objetivo de trabalho solidário e dedicado, razão pela qual deve receber as nossas congratulações pela data festiva, representando o Lions Internacional; além do Lions Clube de Curvelo, do qual faço parte e cujas ações ainda acompanho.

O dia 8 de outubro também está reservado à celebração do Dia Mundial de Serviço Leonístico, ou Dia Mundial do Leonismo. Nesse mesmo dia, comemoraram-se os 86 anos de fundação do Lions Clube Internacional, idealizado pelo agente de seguros Melvin Jones, em Chicago, Estados Unidos, no ano de 1917.

Trata-se de um trabalho totalmente voluntário, que deve ser encorajado sempre. Essa lembrança é um agradecimento aos incontáveis benefícios que o Lions oferece às comunidades, estimulando, assim, que os "leões", as "domadoras" e os jovens "leões" dêem prosseguimento a tão importante missão.

Parabéns a todos que fazem parte do Lions Clube Internacional. Continuemos sempre assim, prestando serviços voluntários às nossas comunidades mais carentes.

O Deputado Paulo Cesar (em aparte) - Caro amigo Deputado Doutor Viana, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parabéns também o Lions Internacional. Sou sócio fundador do Lions Clube Nova Serrana, onde já promovemos várias campanhas para ajudar toda a região. Nova Serrana não possuía área de lazer.

Foi por meio do Lions Clube que conseguimos construir, naquela cidade, um clube hoje respeitado não só em Nova Serrana, mas também em toda a região. Como última investida junto ao Lions Clube, na última semana, tivemos, em Nova Serrana, a presença da Presidente do Banco do Povo. Na ocasião, não tivemos o apoio do Prefeito na celebração de convênio para instalar o Banco do Povo em nossa cidade. Fá-lo-emos por intermédio do Lions Clube. Além de campanhas beneficentes, o Lions Clube também está ajudando em outros setores. A idéia do Banco do Povo é nossa. A Presidente Ângela Coutinho gostou muito dessa idéia e quer levá-la a outras cidades do interior do Estado, que também não tiveram oportunidade de instalar o Banco do Povo, em convênio com as Prefeituras. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana\* - Isso mostra, mais uma vez, que as obras do Lions não são só assistenciais, mas também promocionais. Desejo também antecipar minhas felicitações aos professores, que amanhã comemoram o seu dia. A situação está difícil para muitos mestres abnegados, principalmente os de escolas públicas, mas nem por isso nossos valorosos professores e professoras demonstram desinteresse em sua nobre missão de repassar conhecimentos. Continuam firmes na profissão que escolheram, contribuindo para a formação intelectual de nossas crianças e jovens, na busca de um futuro melhor. Parabéns!

No "Bom Dia Minas" de hoje, assisti a uma denúncia feita por servidores do Estado, da cidade de Pouso Alegre, sobre o atendimento do IPSEMG, afirmando que os servidores públicos estão sem nenhuma espécie de atendimento, apesar de contribuírem para o IPSEMG. Os hospitais declaram que houve diminuição nos valores de repasse mensal pelo IPSEMG. Além disso, existem débitos referentes ao último trimestre do ano de 2002. Os servidores ressaltaram ainda a falta de credenciamento de médicos, dentistas e outros profissionais, clínicas e laboratórios.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado. Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Com relação ao último tópico, que se refere ao IPSEMG de Pouso Alegre, manifesto-lhe que a Assembléia Legislativa, por meio da Comissão Especial, sabatinou hoje o Dr. Hélio César Brasileiro. Ouvimos dele longa nota explicativa dos fatos que acontecem em Pouso Alegre e outras cidades. Pela seriedade, competência e transparência com que dirigirá os destinos do IPSEMG, temos esperança de que encontrará soluções para Pouso Alegre, Governador Valadares e demais cidades do Estado.

Vários questionamentos foram feitos pelo Deputados Neider Moreira, Fahim Sawan, relator desta matéria, e Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão. Ficamos esperançosos quanto ao restabelecimento do atendimento aos servidores do Estado, que necessitam do hospital do IPSEMG. O IPSEMG é referência para o Estado. O Dr. Hélio Brasileiro e toda sua equipe, em breve, resgatarão a credibilidade que o IPSEMG sempre teve. Pela vontade do Governador Aécio Neves, o IPSEMG tornar-se-á modelo em termos de benefícios e aposentadorias para todos os servidores.

Porém, a palavra do Presidente nos tranqüilizou. Tenho certeza de que verificará a situação da região de Pouso Alegre.

O Deputado Doutor Viana\* - Agradeço o aparte do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. É importante vermos a decisão do nosso Presidente. Estive com o Dr. Hélio Brasileiro e percebi que o Governador acertou ao indicá-lo. Parece que esta Casa aprovará sua indicação, regularizando a situação para que ele possa mostrar seu trabalho, sua vontade, sua competência e sua capacidade para resgatar a credibilidade do nosso Instituto.

Consultado o IPSEMG, a reportagem noticiou que aquele Instituto atende 400 mil servidores e que, se houve diminuição, foi porque não existe lei autorizativa. E a Assembléia Legislativa é que faz as leis.

A repórter também informou que consultou esta Casa e, infelizmente, não existe nenhuma lei que trata do assunto em tramitação. Discordo do fato, uma vez que aprovamos, em 15 de julho, uma lei que veio do próprio Executivo autorizando o Estado a abrir crédito suplementar no valor de R\$36.532.084,00, a pedido do atual Governador, para sanar um déficit da administração passada, especialmente às questões referentes aos débitos com o IPSEMG nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002.

Também não aprovamos nenhuma lei que diminuísse o leque de atendimento do IPSEMG. Por isso informo que estamos confiantes na atuação do Dr. Hélio Brasileiro; e estou à disposição da reportagem, como médico, como parlamentar e como cidadão preocupado com os rumos da saúde em nosso Estado, para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o assunto. Obrigado!

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público nas galerias, gostaria de tratar de dois assuntos nesta tarde. O primeiro refere-se à questão trazida pelo Líder da Oposição, Deputado Rogério Correia. Desde já, conclamo, juntamente com ele, todos os mineiros e belo-horizontinos para estarem na Praça Sete, amanhã, às 15 horas.

Gostaria de somar-me ao Deputado Rogério Correia nessa convocação para estar na Praça Sete, até mesmo para questionar o Prefeito Fernando Pimentel sobre como e onde colocou R\$5.000.000,00 naquele pirulito. Quando as pessoas forem lá, seria bom que levassem as faixas perguntando onde estão os R\$5.000.000,00 gastos e qual a ordem de prioridade do Prefeito do PT.

O Deputado Célio Moreira\* (em aparte) - V. Exa. é testemunha das várias vezes em que questionei o desperdício do dinheiro público aplicado na Praça Sete, enquanto os hospitais, escolas, vilas e favelas estão precisando de obras. Há anos, Belo Horizonte não tem uma obra estruturante. Além disso, no Barreiro, por exemplo, no Bairro Milionários, há uma estação em que foram aplicados milhares de reais, em convênio com a ACESITA e que foi derrubada. Como é que se joga dinheiro público fora? O povo paga seus impostos, e toda a região do Barreiro está se perguntando o que foi feito com o dinheiro. Gastar R\$5.000.000,00 na Praça Sete coloca em dúvida quais sejam as prioridades de Belo Horizonte. Não seriam os leitos neonatais? Ou as famílias desabrigadas com as chuvas? Quantas moradias poderiam ser construídas com esse dinheiro? E o pronto-socorro de Venda Nova? Há tantas parcerias sendo feitas entre os Governos Federal, Estadual e municípios, por que não se resolve a questão da rodoviária? E a BHTRANS fecha ruas, derruba estação ponto etc. E as obras do Orçamento Participativo que já foram aprovadas e não são concluídas?

O Deputado Miguel Martini - Parece que adotaram o "xô tarifaço", "xô INSS da UNIMED".

O Deputado Célio Moreira\* (em aparte) - "Xô lazer", estão cobrando taxas nos campos de futebol amador.

O Deputado Miguel Martini - O que desejamos é conclamar a sociedade belo-horizontina para ir à Praça Sete perguntar onde está o dinheiro da UNIMED que a Prefeitura de BH não quis receber. Será que "xô tarifaço" é isso, não querer receber?

Mas, ao mesmo tempo, queremos perguntar se a prioridade de Belo Horizonte era rasgar o concreto - que estava bom - fazer outro, limpar o pirulito da Praça Sete e gastar R\$5.000.000,00? Essa é a prioridade do PT e do Governo Fernando Pimentel? Enquanto isso, fecha-se o atendimento do pronto-socorro do Hospital da Baleia e do Hospital Universitário São José.

O Deputado Célio Moreira\* (em aparte) - Deputado Miguel Martini, contratei algumas pessoas para fazer levantamento das construções realizadas em outros municípios, como Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Sabará, onde houve doação de dinheiro pela Prefeitura. Passarei os valores. Vemos propaganda no horário nobre das televisões, nos jornais e nas revistas. Esses R\$5.000.000,00 não incluem a festa. Realizou-se uma festona.

O Deputado Miguel Martini - E ninguém fala da verba de publicidade.

O Deputado Célio Moreira\* (em aparte) - Não falam quanto gastam.

O Deputado Miguel Martini - Em torno de R\$16.000.000,00.

O Deputado Célio Moreira\* (em aparte) - Daria para construir quantas moradias, postos de saúde e hospitais?

Então, farei o levantamento e, no máximo em duas semanas, levarei ao conhecimento dos senhores e de toda a comunidade quais são as prioridades do Governo Municipal. O jornal "Estado de Minas", nos últimos quatro dias, fez matéria sobre o abandono e o descaso da grande metrópole de Minas, Belo Horizonte. A Pampulha precisa de obras de recuperação da lagoa. Mas só vemos obras na Pampulha, na Praça Sete, na Praça da Estação e no trevo do Belvedere. E as comunidades carentes, mais pobres, como ficam? Estão apenas maquiando Belo Horizonte.

Ano que vem, acredito que a avaliação - contribuiremos nessa divulgação - será que Belo Horizonte está carente de empreendedor, de um administrador que não dê tapinhas nas costas, mas pegue e faça.

O Deputado Miguel Martini - Belo Horizonte precisa de pessoa séria.

O Deputado Célio Moreira\* (em aparte) - Não precisa gastar dinheiro com publicidade para divulgar o que fez. Não fez mais que a obrigação. O povo pagou os impostos, e o dinheiro foi investido em obras. Precisamos de obras estruturantes na Capital.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado. Lembro-me de que o saudoso Mário Covas dizia que não gastava dinheiro com publicidade, ao invés disso, ele o traduzia em obras. Fez obras maravilhosas no Estado. O Vice-Governador que assumiu não teve tempo de inaugurar todas as obras realizadas pelo competente Mário Covas.

Aqui, parece-me que não é essa a prioridade. Vi nesse folheto que me foi entregue pelo Deputado Rogério Correia: taxa de atendimento, ocorrência, solicitações feitas à Polícia Militar, 12.49. Para discutir a questão e até influir no seu aperfeiçoamento, temos de partir de fatos verídicos, senão cada um fala o que quer. Não há como discutir coisas irreais. O que acontece em relação a essas taxas?

Elogio a competência do Deputado Rogério Correia, porque desqualifica a razão principal para a cobrança de determinadas taxas. Diz que, contrariando os economistas, os contadores e todos os documentos oficiais do Estado, o Governo não tinha R\$2.300.000.000,00 de déficit. Isso é a contabilidade que mostra; esses números não foram inventados.

E o déficit de 1,4 apresentado na LDO também fundamenta-se na sustentação contábil dos fatos. A previsão era reduzir apenas R\$1.000.000.000,00, mas, se reduziu mais que isso este ano, trata-se de competência gerencial-administrativa. Aqui se enxugou o excesso de pessoal das secretarias e dos órgãos. Em contrapartida, o Governo Federal criou ministérios e órgãos para acertar o emprego dos companheiros que perderam as eleições. O fato é grave porque há déficit para o próximo ano. Mas pode ser revertido. Esse é o trabalho do Governador e equipe, e nossa responsabilidade é abrir discussão para reverter o déficit. Assim, ajudaremos não apenas o Governo, mas também o povo de Minas Gerais.

Como não concordamos com muitas taxas que vieram como propostas, estamos propondo ao Governador que as modifique. Estamos trabalhando com afinco na questão, já que não queremos, diferentemente do Governo Federal, que o comprometimento do PIB, de 36%, aumente para 41% com a reforma tributária. Em Minas, há sensibilidade para minimizar o indispensável. O Estado não apresenta condições de investir nem ampliar os mecanismos de segurança do Corpo de Bombeiros e das Polícias Civil e Militar. A Polícia Militar precisa de aproximadamente 3 mil homens. O Governo contratará agentes penitenciários para desobrigar a Polícia Militar da guarda de presos. Em incêndios com maiores proporções, o Corpo de Bombeiros encontra obstáculos, pois não dispõe de escadas "Magiro" adequadas.

Qual a postura do Governador? Torce para que não aconteçam acidentes ou toma medidas para suprir a deficiência, cobrando dos que usam o serviço de segurança para fins particulares e angariando recursos para dar à sociedade como um todo. Em festinha particular em clube bacana da Zona Sul, contratam a segurança da Polícia Militar, carros, viaturas e homens; esses pagam para que outros tenham garantida a segurança. Entretanto, nenhum cidadão pode pagar um centavo por qualquer atuação das polícias e do Corpo de Bombeiros em ações de segurança inerentes ao Estado.

Se houver um assalto ou ameaça de assalto a sua casa e a Polícia Militar for acionada, não se pagará nem um centavo, porque isso é uma obrigação do Estado. Discutimos o que faremos para que a taxa relativa ao Boletim de Ocorrência não exista. No caso de vítimas, a responsabilidade e a obrigação é do Estado, que deve cumpri-la. O BO não está previsto nesses casos, mas naqueles em que o indivíduo, num acidente sem vítimas, tem o seu veículo abalroado. Precisa do BO para reivindicar o seu direito com o seguro, no embate com a justiça e etc. Então, o que está em jogo é o particular, e não o público. Sem a presença da polícia, poderá ir a uma delegacia para fazer o registro de ocorrência e não pagará nada. Porém, cobrar-se-á a taxa se desejar a presença da perícia ou da polícia, porque é interesse particular. Aliás, nesses casos também discutimos a não-cobrança da taxa. Quais os caminhos que nós, da base governista, buscamos? Desejamos que haja vinculação entre a receita e o benefício previsto, ou seja, que o recurso seja destinado à segurança pública, quer seja para as Polícias Civil e Militar, quer seja para o Corpo de Bombeiros.

Hoje a PM vive profundas dificuldades financeiras. Na maioria dos municípios, precisa contar com a benevolência do Prefeito para abastecer suas viaturas a fim de se deslocar. Não há recursos para as peças de reposição. Logo, esse recurso possibilitará não só a ampliação do número de viaturas e de policiais militares, como também as verbas de custeio necessárias para o pleno funcionamento da PM. Seria bom que esses fatos não acontecessem.

Na realidade, o Governador Aécio Neves assumiu um Estado quebrado. O déficit e a folha de pagamento eram altíssimos. Nos últimos quatro anos nada foi realizado, acarretando um verdadeiro desastre. A nossa educação, que se encontrava em 1º lugar, caiu para o 4º lugar. Aliás, perdemos para nós mesmos. A saúde estava um caos. Então, o Governador deve trabalhar todas essas questões, principalmente a segurança pública, que é a palavra de ordem do Brasil e do mundo. O nosso País sofre muito com a falta de segurança. Devemos atacar esse problema.

A taxa é prevista para uma contraprestação de serviço. Quer dizer, paga quem utilizar; do contrário, não paga. Perdíamos receita para o Paraná, que cobrava das locadoras IPVA mais baixo que Minas Gerais. Isso é a guerra fiscal. Não é justo que outros Estados, que emplacam os veículos, recebam o IPVA dos que circulam em Minas. É correto que isso seja proibido por lei. Mas depende de legislação federal, que esperamos seja votada no Congresso Nacional. Enquanto isso não ocorrer, perderemos? Não, porque, no mesmo nível, traremos esses veículos para serem emplacados em Minas Gerais. Há uma lógica nisso. Quem possui um veículo de R\$100.000,00 ou R\$150.000,00 pode pagar mais imposto que o que possui um de R\$2.000,00. Isso não se refere aos veículos de transporte de carreto, mas aos veículos chiques, utilizados para passeio e lazer. Aliás, esse é um direito deles. Devemos cobrar dos que possuem mais e preservar os que possuem menos condições.

Deputado Rogério Correia, certamente V. Exa. me apoiará quanto à questão da aplicação de certas taxas. Por exemplo, hoje muitas taxas que os cartórios cobram podem ser reduzidas, pois estão em desequilíbrio.

As taxas servirão para reduzir as contribuições que hoje são cobradas e que estão superestimadas. Queremos trabalhar com o objetivo de reduzi-las, ou quem sabe até de recebê-las e transferi-las, como fizemos aqui com a questão do selo de fiscalização. Cerca de 60, 70, R\$80.000.000,00 que não estavam indo para o Estado, para os cofres públicos, por uma lei de nossa autoria, lei do selo de fiscalização, podem

ser cobrados pelo Estado, permitindo toda a reforma do Poder Judiciário, que nos deu a honra de receber da Corregedoria uma medalha pelo benefício prestado ao Poder Judiciário em Minas Gerais. Enquanto temos cartórios de registro civil passando por profundas dificuldades, temos cartórios de imóveis, de protestos, de notas ganhando rios de dinheiro. Temos que fazer essa correção.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Deputado Miguel Martini, acredito que todos os Deputados tenham recebido em seus gabinetes correspondência da Câmara Municipal de Belo Horizonte em que a Vereadora Neuzinha Santos, que foi péssima administradora na Regional Barreiro, convida para a comemoração dos dez anos do Orçamento Participativo. "Tenho a honra de convidar V. Exa. e família para a reunião solene em comemoração aos dez anos do Orçamento Participativo."

O Deputado Miguel Martini - A Praça Sete estava no Orçamento Participativo?

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Não, não é prioridade.

O Deputado Miguel Martini - Não foi executada. Todos os outros foram executados.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Não.

O Deputado Miguel Martini - Não?

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Não foram executados. Fui delegado do CONFORÇA, participei, nos primeiros anos, do Orçamento Participativo, mas depois virou enganação. Administradores e alguns Secretários da Prefeitura fretam ônibus e levam todos os funcionários das Regionais e das Secretarias. Tenho certeza de que a essa audiência pública na Câmara Municipal comparecerão mais funcionários da Prefeitura do que a comunidade. A comunidade está indignada, porque vota no Orçamento Participativo, e as obras não são concluídas.

O Deputado Miguel Martini - A obra da Praça Sete foi concluída.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - A Praça Sete não foi obra prioritária, por isso não entrou no Orçamento Participativo. A obra da Praça Sete é eleitoreira. Gastou-se muito dinheiro público ali para turista ver. Quando saímos da Antônio Carlos, da Afonso Pena, da Amazonas, começamos a ver a diferença. Quando vamos nos aproximando da periferia, começamos a ver a diferença. São dez anos de Orçamento Participativo. As comunidades são colocadas para brigar porque as prioridades são muitas, e depois os delegados eleitos se reúnem e fazem acordo para aprovar determinada obra. Começam a afunilar.

O Deputado Miguel Martini - Mas não é o povo que decide?

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - É, mas aquele que vai com muita esperança e expectativa de ser atendido fica para trás, e aqueles mais espertinhos combinam com os delegados e as obras prioritárias, como já falamos aqui, ficam realmente para depois, para as próximas reuniões do Orçamento Participativo. Na reunião do Orçamento Participativo levam os ônibus com as pessoas, oferecem um copinho de água e uma maçã para falar de todas as obras da administração, para fazer propaganda, mostram quais são as prioridades, mas, na hora de decidir, decidem por aquelas em que há pessoal levantando bandeira, em que há líderes simpáticos ao partido.

Infelizmente, as comunidades mais carentes ficam nessa situação. V. Exa. está convidado, o Deputado Leonardo Quintão deve ter recebido o Orçamento Participativo. Vemos que obras de 1994, 1995, 1997 e 1998, aprovadas no Orçamento Participativo, não foram executadas. Acredito que há gente que ainda cobra obra de dez anos atrás.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Célio Moreira.

O Congresso Nacional, o Palocci, o José Dirceu e o Presidente Lula estão tentando, de todas as formas, ampliar a concentração de receitas na União, aumentando o percentual de comprometimento do PIB, mas não se está pensando nos entes da federação, nos Estados e municípios. Ele está dizendo que Minas ganhou, mas não foi pelos belos olhos do Governador. Foi devido à pressão e ao embate político, à reivindicação democrática e justa que está sendo feita no Congresso Nacional.

Minas agora é ouvida. Em razão disso, não estão sendo aprovadas as propostas mirabolantes que tramitam no Congresso Nacional. Hoje, os jornais trazem a notícia de que para salvar a reforma estão sendo atendidos os pleitos dos Governadores. Não sei se podemos chamar isso de reforma tributária, porque, na verdade, é um remendo tributário. No Congresso Nacional, estão também sendo desrespeitadas cláusulas pétreas da Constituição, como no caso dos entes da federação.

Está havendo ingerência da União nos Estados e municípios. Já denunciei isso desta tribuna. Estão querendo legislar sobre imposto genuinamente estadual, o ICMS. Querem retirar do Poder Legislativo essa competência de legislar sobre impostos estaduais. Em Minas Gerais criamos a Lei Robin Hood, que tantos benefícios trouxe a diversos municípios carentes. Se for aprovado o que querem, a Lei Robin Hood acaba no dia seguinte. Dizem que será feito por uma lei complementar do Congresso Nacional.

Pela ótica do nobre e competente Deputado Rogério Correia, parece que o Lula é democrático, respeita a Constituição e é o bonzinho que faz favores para Minas. No entanto, a história tem outro lado, porque não é bem assim. Não se está aprovando o que querem, porque há uma mobilização política para impedir que façam do jeito que querem. Achamos que se deve fazer o mínimo reconhecendo-se o papel dos Estados e municípios.

Dizem que o orçamento precisa ser discutido. Acho também que deve ser discutido. A Assembléia também discutiu o Orçamento Participativo em Minas Gerais, mas houve frustração, porque também não foi cumprido. Como acontecia no município, aconteceu no Estado. A Assembléia então decidiu não mais fazer Orçamento Participativo, porque não se cumpria. Cria-se uma expectativa, uma esperança no povo, mas não se cumpre.

A maior festa do parlamento inglês é o dia em que se vota o orçamento. Em Minas Gerais, infelizmente, ainda não conseguimos isso. Temos esperança ainda de que cada parlamentar comece a perceber a importância disso.

O Governador Aécio Neves está dando sua contribuição, pois está tratando o orçamento como um instrumento realista, e não como uma peça de ficção.

Os orçamentos sempre foram feitos, em Minas Gerais, de trás para a frente. Como a Lei nº 4.320 estabelece que deve estimar-se a receita e fixar-se a despesa, calculavam a despesa para depois ver qual seria a receita. Nesse caso, inventavam uma receita que todos sabiam ser imaginária, e, no final do ano, vinha o déficit.

O Governador foi mais coerente, definiu a receita e a despesa reais, com um déficit de R\$1.400.000.000,00. Essa é a verdade, e isso significa dizer que ele irá cumprir o orçamento. Aí, sim, passa a ser interessante para nós, Deputados, discutir o orçamento.

Perdemos o interesse, porque era uma peça de ficção, com emendas do tipo: asfaltar 100km com R\$1.000,00. Eram as benditas janelas que permitiam ao Poder Executivo mexer no orçamento como bem entendia. A suplementação girava em torno de 60% ou 70% e, na verdade, não aprovávamos o orçamento, mas fingíamos que o aprovávamos.

Agora o assunto é tratado com mais seriedade, e é muito importante que todos os parlamentares se debruçam sobre ele, pois essa é a hora de definir as prioridades.

Aproveito a oportunidade ainda para lamentar uma decisão do Judiciário de Minas Gerais. Certamente, se comentarmos o fato em outros lugares, ninguém acreditará, mas isso realmente aconteceu aqui.

No final do ano passado, fiz aprovar um projeto de lei que, ao que parece, foi a única que não recebeu o veto do Governador Itamar Franco. Derrubei o veto de todas as outras, mas não precisei fazer o mesmo com essa, porque não foi vetada. Ela diz respeito a um aumento de R\$0,20 para R\$0,40 na taxa que garante a gratuidade do nascimento ou óbito, e foi então encaminhada ao Governador Aécio Neves, que tinha até o dia 15 de janeiro para sancionar ou vetar. Ele não se pronunciou sobre o assunto e, como diz claramente a nossa Constituição, nesse caso, a promulgação é tácita: "perdido o prazo de o Executivo manifestar-se, cabe ao Presidente da Assembléia Legislativa promulgar". Isso foi feito no dia 16, e, no dia 18, a lei estava em vigor.

Entretanto, alguém, provavelmente mal-intencionado, no dia 17 de janeiro, colocou-a para que o Governador vetasse, e, feito o veto, esse era um ato nulo, pois já havia acontecido a promulgação tácita.

Já era lei, mas em 4 de fevereiro, o Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais entraram com um mandado de segurança contra o ato de promulgação da Lei Estadual nº 14.579, de 17/1/2003, requerendo a nulidade desse ato e a declaração da inconstitucionalidade do art. 2º da referida lei.

Apesar de se tratar de uma lei, Deputado Rogério Correia, eles entraram com um mandado de segurança para sustar os seus efeitos. Mas essa lei ainda dependia de uma regulamentação da Corregedoria de Justiça do Estado. Portanto, ainda não tinha efeito. Sendo assim, não cabia mandado de segurança para a questão. Mas o mandado foi concedido, apesar do absurdo, e logo depois, recentemente, foi votado pelo Pleno e mantido. Como a lei já existia, não cabia mandado de segurança para a questão. Quando muito, caberia uma ação direta de inconstitucionalidade, que não existiu. Mas os atos de cartório passaram de R\$0,20 para R\$0,40, porque, equivocadamente, o Tribunal de Justiça manteve a liminar que sustava o efeito da lei. Isso é um absurdo! Como já se tratava de uma lei, não cabia mandado de segurança, pois não tinha efeito imediato, já que dependia de regulamentação da Corregedoria da Justiça.

Foi realizada a defesa pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Lerei o argumento de defesa de um caso semelhante, acontecido em outro Estado da Federação. O Ministro Dijaci Falcão ressaltou que a segurança teve como efeito inevitável a imediata suspensão da execução da emenda constitucional em tela, àquela altura já em vigor, sob a alegação de inconstitucionalidade e de ilegalidade do seu ato de promulgação, por inobservância a preceitos relacionados a processo de emenda ao texto da Lei Maior. Salientou o relator que o Tribunal se adiantou em prestação jurisdicional impossível, medida que só seria viável pelo Supremo Tribunal Federal mediante aquela propositura de ação direta de inconstitucionalidade. Concluiu que, ao ser atingida pela ordem concessiva da segurança, já representava a emenda constitucional ao legislativo completo e acabado, incorporado à integridade do texto da Constituição do Estado em plena vigência. A Corte Superior do nosso Tribunal de Justiça deu provimento ao mandado de segurança, considerando nulo o ato de promulgação da lei pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Esse ato foi praticado no prazo e na forma constitucional, dada a omissão do Governador do Estado. A Procuradoria da Assembléia recorrerá desses atos. É claro que sairemos vitoriosos no Supremo, pois há um caso semelhante. Mas, nesse período todo, deixou de ser cobrada a taxa. Quando se discute o controle do Poder Judiciário, há de se questionar essas questões. Mesmo sabendo que ao ato não cabia uma liminar, que contrariava até mesmo uma decisão do Supremo Tribunal Federal, ela foi concedida. Depois, na fase do julgamento do mérito, ela foi mantida, porque esse prazo permite que esse recurso não seja arrecadado e que alguém ganhe com isso.

Sem dúvida, aqueles que deixaram de pagar se beneficiaram, em detrimento dos que poderiam se beneficiar, se houvesse justiça. Trago essa questão ao Plenário desta Casa, objetivando fazermos uma reflexão. Temos de nos questionar sobre o nosso verdadeiro papel. Ademais, é preciso reivindicarmos o espaço que nos cabe, como Poder fiscalizador, legislador. Não podemos mais conviver com esses desmandos, desrespeitos à legislação, à nossa Constituição e ao Presidente do Poder Legislativo de Minas Gerais. Este Poder foi desconsiderado por ato de um Desembargador.

Montesquieu previu a independência e a harmonia dos Poderes. Contudo, é preciso haver respeito entre os Poderes. Temos de exigir, e não pedir respeito. O Poder Legislativo de Minas Gerais precisa tomar uma posição, visto que já abrimos mão da competência fiscalizadora para o Tribunal de Contas. Com isso, o Poder Legislativo quase não exerce seu papel fiscalizador. O Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, praticamente não nos auxilia. Também não reivindicamos. Já está passando da hora de o Poder Legislativo de Minas Gerais começar a exigir respeito. Não dá mais para fazermos as leis, neste parlamento, para serem descumpridas e desrespeitadas pelos órgãos e Poderes; não dá mais para deixar outros legislar em nosso nome. Leis votadas aqui são descumpridas e desrespeitadas. O mais grave é que essa foi desconsiderada. A promulgação realizada pelo Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais foi desrespeitada.

Teremos de fazer outra lei. Essa será julgada, e vamos ganhar, mas não sabemos quando. Nesse caso, o prazo beneficia aquele que não quer pagar. É lamentável. Estamos vivendo novo momento em Minas Gerais e no Brasil. É preciso discutirmos essa questão. Felizmente, o Poder Legislativo já foi passado a limpo. O que faltava mostrar à sociedade, há 15 dias, o Presidente mostrou. Abriu o Poder Legislativo. Agora, é hora de este Poder começar a entrar nos outros Poderes para exercer seu papel fiscalizador; é hora de exigirmos que os órgãos e os Poderes também sejam passados a limpo. A sociedade, nós a representamos. Temos essa responsabilidade, essa obrigação, e não podemos abrir mão desse dever. Somos o Poder legiferante, fiscalizador e representativo da sociedade. É assim que devemos agir.

Cito o exemplo de quando fui Presidente da UNALE. Com muita alegria, a Assembléia Legislativa do Acre deu um belíssimo exemplo. Começou a ocupar seu espaço. Temos o mecanismo, a ferramenta, o instrumento, que é a comissão parlamentar de inquérito. Precisamos usar mais e melhor esse instrumento. É hora de resgatarmos o papel do Poder Legislativo.

Não podemos aceitar que um Desembargador, a seu bel-prazer, sem nenhuma sustentação legal, desqualifique, desrespeite uma legislação que cumpriu todo o rito previsto. Foi discutida e aprovada nos dois turnos, foi para a redação final e, posteriormente, para a sanção do Governador. Esperou o prazo previsto, o Governador não se manifestou. De acordo com a Constituição, o Presidente promulgou. Promulgação tácita. Foi publicada, tornando-se lei.

Um Desembargador, sem mais nem menos, resolve dar uma liminar! Imaginem se isso vira moda! Uma liminar para uma lei já em vigor! Será que um Desembargador não sabe o que é isso? Claro que sim. Se o Ministro do Supremo sabe, ele também sabe. Não caberia mandado de segurança. Sabe-se lá o que estava pensando o Juiz quando o expediu! Quando foi a julgamento de mérito, foi mantido, mesmo com a brilhante defesa da Procuradoria da Assembléia Legislativa.

Cabe ao Poder Legislativo ocupar seu espaço, pois possui mecanismos e autorização legal para isso. Só precisa despertar. Depende de cada parlamentar se perguntar: de que Poder sou? Qual é a minha missão? Não dá para nos abaixarmos a ponto de, depois, não termos mais condições de nos levantar. A sociedade depende de um Poder Legislativo forte. O pior para a sociedade é que os poderes estejam enfraquecidos. Cabe a nós esse papel. Não temos de esperar que outros nos façam concessões, mas que nos respeitem e que nos façamos respeitar. Obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/10/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

exonerando Arlete Gonçalves dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Eduardo Benedito Ottoni do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando João Carlos Dominguito do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando Renata Bastos Silva Castro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Roberta Silva Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Arlete Gonçalves dos Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Isabella Braga Teixeira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando João Carlos Dominguito para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Renata Bastos Silva Castro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Roberta Silva Resende para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando Glaucia Cristina Novy de Castro Brito do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas;

nomeando Clelton Ferreira de Carvalho para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas.

#### Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado José Milton de Carvalho Rocha, matrícula 9665-2, no período de 16 a 20/10/2003.

Mesa da Assembléia, aos 20 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.